Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Mestrado em Comunicação

# COQUE: MORADA DA MORTE?
## Práticas e disputas discursivas em torno de um bairro do Recife

João Pereira Vale Neto

Prof. Yvana Carla Fechine de Brito (orientadora)

RECIFE

Abril/2010

Universidade Federal de Pernambuco

Centro de Artes e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Mestrado em Comunicação

# COQUE: MORADA DA MORTE?
## Práticas e disputas discursivas em torno de um bairro do Recife

Dissertação de mestrado apresentada por **João Pereira Vale Neto** à banca examinadora do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como exigência parcial para obtenção do grau de mestre em Comunicação, sob orientação da prof.. Yvana Carla Fechine de Brito.

RECIFE

Abril /2010

**Vale Neto, João Pereira**

**Coque: Morada da morte?: práticas e disputas discursivas em torno de um bairro do Recife / João Pereira Vale Neto. – Recife: O Autor, 2010.**

**127 folhas. : il., fig.**

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Comunicação, 2010.**

**Inclui bibliografia.**

**1. Comunicação. 2. Análise do discurso. 3. Comunidade - Coque. I. Título.**

| | | |
|---|---|---|
| **656.3** | **CDU (2.ed.)** | **UFPE** |
| **302.2** | **CDD (22.ed.)** | **CAC2010-114** |

FOLHA DE APROVAÇÃO

**Autor do trabalho:** João Pereira Vale Neto
**Título:** Coque: morada da morte? Práticas e disputas discursivas em torno de um bairro do Recife

Dissertação apresentada por **João Pereira Vale Neto** à banca examinadora do programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como exigência para obtenção do grau de mestre em Comunicação, sob orientação da Profª. Doutora Yvana Carla Fechine de Brito.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Prof. Drª. Yvana Carla Fechine de Brito
1ª Examinadora/Presidente

Prof. Drª. Cristina Teixeira de Melo
2ª examinadora

Prof. Drª. Maria Eduarda da Mota Rocha
3ª Examinadora

RECIFE, 28 de Abril de 2010

*Ao Lama, refúgio de três jóias*

# AGRADECIMENTOS

À Yvana, pela energia dinâmica, coragem milagrosa, amizade, confiança incondicional, palavra precisas e fé genuína que acompanharam esse trabalho a partir de uma interlocução sincera. Sem as contribuições verdadeiras dela, nada disso tudo teria feito sentido. Obrigado, Yvana!

A Rafael Filipe, Roberta Lira, Andrea Maciel, Gutemberg Lira, Sandokan Xavier, Mônick e Mônica França, pela forma cuidadosa com a qual construíram o presente corpus, bem como todas as pessoas que de algum modo participaram desta construção.

Mais uma vez, um agradecimento especial a Rafael por ter cuidadosamente preparado o corpus no qual esse trabalho baseia e pelo seu carinho constante que me nutriu em vários momentos da minha vida.

A Vinicius Andrade, Igor Cabral, Carolina Senna, Francisco Ludermir, Mário Jarbas por madrugarem na revisão desse trabalho com um cuidado e apreço extraordinários.

Mais uma vez, um agradecimento especial à Carolina Senna (Lena), amiga querida, por aparecer vinte e quatro horas antes da entrega e, como uma bodisatva, ajudar a dar mais sentido e coerência a esse trabalho (Incluindo a adequá-lo, item por item, às normas da ABNT)

À minha mãe por me abastecer de café nas horas árduas.

A meu pai, pela coragem de enfrentar desafios.

À Eduarda, Tina e Cris, pelos aprendizados diretos e indiretos que estão refletidos aqui, pela amizade e pelo amor que manifestam livremente.

A Alexandre, por construir atalhos em caminhos que a princípio seriam árduos

A cada um do Coque Vive (UFPE), MABI e NEIMFA, três corações que formam um só.

A Lígia Bittencourt, por ter me apoiado como minha mestra de Dakshina Tantra Yoga.

A todos os jovens do Coque que morreram em situações de violência.

À intenção iluminada, sempre presente, que me recebeu várias vezes quando precisei, que se manifestou nos amigos queridos, companheiros de jornada e se materializou na família da vida e do Coque, amada e abençoada, que ofereceu todo o suporte necessário para chegar até aqui.

À FACEPE, por acreditar que este trabalho teria alguma contribuição no campo das políticas públicas do estado de Pernambuco,

A todos vocês, presto minhas homenagens.

*Seja onde estivermos, poderemos nos reconstruir, de modo livre, em outra direção.*

Lama Padma Samten

# RESUMO

O presente trabalho investiga as representações midiáticas sobre o Coque, uma comunidade apontada pelos moradores do Recife como uma das mais violentas da capital, a ponto de ser rotulada, em jornais locais, como “morada da morte”. Além dos graves problemas de desemprego, educação, saúde, moradia e saneamento, os moradores do Coque sofrem com o preconceito provocado pela atuação histórica na comunidade de grupos criminosos ligados, sobretudo, ao narcotráfico. Para compreender como o bairro tornou-se, entre moradores do Recife, sinônimo de “perigo”, o presente trabalho analisou um conjunto formado por mais de duas mil reportagens publicadas, ao longo de mais de três décadas (1970-2007), pelo Diario de Pernambuco, o jornal mais antigo do Estado. Apoiado no aparato teórico-metodológico das teorias do discurso (Análise de Discurso, Semiótica Discursiva), o trabalho constatou que, nas reportagens analisadas, o Coque adquiriu, em determinados contextos sociohistóricos, estatutos distintos de sujeito: de uma comunidade representada como sujeito da transformação social, que lutava por direitos sociais – como a permanência e posse da área ocupada às margens do Rio Capibaribe –, passou a ser tratada, preferencialmente, como um sujeito vocacionado à marginalidade e à violência. Recuperando nas análises a historicidade dos discursos, o trabalho contribui, a partir do estudo de caso do Coque, para uma melhor compreensão do modo como as práticas e representações midiáticas contribuem para a construção e/ou consolidação de estereótipos e estigmas que retroalimentam ciclos viciosos de exclusão social.

**Palavras-Chave:** Discurso, representações midiáticas, estigmas, jornal, comunidade, Coque

## ABSTRACT

This study investigates media representations about Coque, a community pointed by residents of Recife as one of the most violent in the capital of Pernambuco-Brazil, labeled in local newspapers as "the abode of death". Beyond the serious problems of unemployment, and the limits to the education, health, housing and sanitation, the inhabitants of Coque suffer the prejudice caused by the historical performance in the community of criminal groups linked mainly to drug trafficking. To understand how the neighborhood has become, among residents of Recife, a synonym for "danger", this study examined over two thousand articles published over more than three decades (1970-2007) by Diario de Pernambuco, the oldest newspaper in the state. Backed by the theoretical apparatus of theories of discourse (Discourse Analysis, Semiotics Discourse), the results showed that, in the reports analyzed, Coke acquired in specific sociohistorical contexts, different statutes of subject: a community represented as a subject of social transformation, which fought for social rights – such as residence and possession of the occupied area along the Capibaribe river – started to be treated, preferably, as a subject oriented to crime and violence. Recovering, through the analysis, the historical aspect in the discourse, this research contributes, from the case study of Coque, for a better understanding of how the media practices and representations contribute to the construction and/ or consolidation of stereotypes and stigmas that feedback a vicious cycle of social exclusion.


**Keywords:** Discourse, media representations, stigma, newspaper, community, Coque.

# LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Rota do medo (VIDA URBANA, p.2 – 25/10/2003).....36
Figura 2 Tiroteio no Coque (DP NET, 07h52 - 09/03/2004) .....37
Figura 3 Guerra do Tráfico faz outra vítima no Coque (POLÍCIA, B9 – 25/11/1996).....37
Figura 4 Traficante do Coque é capturado (POLÍCIA A, 23/04/1991).....38
Figura 5 Passageiros de ônibus assaltados no Coque (VIDA URBANA, Capa, 25/10/2003) 43
Figura 6 Tratores vão limpar morros (CADERNO 1 A, Geral p.7 - 09/01/1980).....58
Figura 7 Câmara convocada para apreciar proposta de venda da Ilha Joana (CIDADE, A4, 09/01/1985).....59
Figura 8 No Coque ninguém é de ferro. Pernas “pro” ar (OPINIÃO, A11, 14/12/1984).....64
Figura 9 Servente detido com um quilo de maconha (POLÍCIA, Caderno 1 B, 15.01.1993)..75
Figura 10 Joana Bezerra terá polícia 24 horas (CAPA, 09/11/2005).....80
Figura 11 Guerra do Tráfico faz outra vítima no Coque (POLÍCIA, B9, 25/11/1996.).....82
Figura 12 Adolescente assassinado no Coque VIDA URBANA, p. 4 - 22.05.99) .....84
Figura 13 Moradores do Coque lembram promessa (CADERNO 1 A, Geral p.7 - 03.05.1982)

.....95
Figura 14 Centro: Miséria e Decadência (CADERNO 1A, Geral – p.16 - 26/10/1981).....99
Figura 15 Justiça grátis em bairros mais pobres (CADERNO 1A, Geral - pag.8 - 29/09/1980)

.....101
Figura 16 Milhares de pessoas em Pernambuco sonham com a casa própria. Sonham.....104
Figura 17 “Realeza”, nova favela as margens do rio Capibaribe (CADERNO 1 06/01/80. A Local, página 9).....106
Figura 18 URB desapropria imóveis ao lado da linha férrea (CADERNO 1 A Geral – página 6

- 02.05.1980) .....110
Figura 19 Projeto sobre venda da Ilha é retirado (CAPA - 25/01/1985).....112
Figura 20 Favelados cobram promessa de Figueiredo (CADERNO 1 A Geral p.12, 20.08.1981).....114
Figura 21 Mulheres já brilham até como porta-estandarte (CADERNO 1B – Cidades, p.3. 12/02/1993).....118

# SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....10
2. LINGUAGEM E JORNALISMO.....17
1.1 Linguagem, jornalismo e representações sociais.....17
1.2. Percepção do mundo, disciplina da linguagem .....21
1.3. Discurso jornalístico e normalização.....25
1.4. Ethos e Ressonância .....28
3.O ESTIGMA .....35
4. PERCURSO METODOLÓGICO .....46
5. ANÁLISE DOS DADOS A PARTIR DE TRÊS SUJEITOS.....57
5.1. O Sujeito Estado .....57
5.2. O Sujeito Polícia.....70
5.3.O Sujeito Coque .....95
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....121
REFERÊNCIAS .....125

# CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O bairro do Coque está localizado na Ilha de Joana Bezerra, a cerca de 2,5 km do centro da cidade do Recife, e a 3,5 km de Boa Viagem – considerados os dois pólos econômicos mais importantes da cidade – e na passagem central entre outras zonas economicamente importantes: a Ilha do Leite, a Ilha Paissandu e a Ilha do Retiro. O acesso ao bairro é feito pela Avenida Agamenon Magalhães, uma das principais vias do Recife, em direção à Estação do Metrô Joana Bezerra, uma das maiores da cidade.

Algumas matérias colhidas no contexto da presente pesquisa situam a ocupação do bairro a partir do início da década de 1950. Outros relatos populares indicam que o Coque surgiu no início do século, com o desmatamento do manguezal nas margens do rio Capibaribe, para aterragem de lixo, e como conseqüência da ocupação irregular da área por migrantes da zona da mata, agreste e do sertão nordestinos. Hoje, o bairro alcançou um contingente de cerca de 12.755 habitantes (IBGE, 2000), em uma situação de pobreza e exclusão que é das mais graves da capital.

Atualmente, a comunidade tem como vizinhos o Fórum Jurídico Desembargador Rodolfo Aureliano e o maior pólo médico privado de Pernambuco, que inclui o complexo hospitalar HOPE-Esperança, Hospital Memorial São José, Hospital da Unimed e mesmo o Real Hospital Português, além de clínicas e laboratórios. Em 2008, foi ainda anunciada pela Prefeitura do Recife a intenção de transformar o local ainda em Pólo Jurídico, com a doação de um terreno na área para a construção da nova sede da Ordem dos Advogados do Brasil. O desenvolvimento ocorrido nos últimos anos nos arredores da comunidade, entretanto, não implicou em melhorias significativas nas condições de vida dos seus moradores. Pelo contrário, apenas evidenciou as desigualdades historicamente existentes:

> A Ilha Paissandu, vizinha da Ilha de Joana Bezerra, possui 99,6% de crianças entre 5 e 9 anos alfabetizadas. Já a ilha do Coque possui apenas 29,5%, constituindo o menor índice de alfabetização da cidade. Outro vizinho importante do Coque, o Bairro de Boa Viagem, concentra em sua orla, até o Pina, um índice de Desenvolvimento Humano (IDH) maior que o da Noruega. (...) O Coque, na verdade, é o bairro mais pobre do Recife: cerca de 66% da população do bairro pode ser considerada indigente uma vez que vive com menos ¼ de um salário mínimo (R$ 37,65). (VALE NETO, 2007: 28)

Segundo o IBGE (2000), no Coque, dos 3.275 domicílios sem renda, quase 2.000 não possuem atendimento sanitário eficiente, utilizando mecanismos rudimentares para escoamento

das fezes ou mesmo não dispondo de mecanismo algum de esgotamento sanitário. Já no que diz respeito aos domicílios com algum tipo de renda, cerca de quase 5.000 recebem até um salário mínimo, e cerca de 3.000 recebem até dois salários mínimos.

No que diz respeito a questões de educação, os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2005) do Município do Recife afirmam que o percentual de analfabetos funcionais no Coque é muito alto, configurando 81% para a população adulta e 74% para os jovens entre 18 e 14 anos. A categoria de analfabetos funcionais, criada pela UNESCO em 1978, indica que essas pessoas sabem ler, mas não compreender os textos.

O próprio Atlas (Recife, 2005) demonstra uma auto-reflexão sobre a falta de perspectivas para a Ilha Joana Bezerra/Coque:

> Pior do que isso é constatar que não existe, no escopo das próximas gerações, nenhuma perspectiva de mudança para essa realidade: o coeficiente de variação entre as Unidades de Desenvolvimento Humano no indicador de jovens-adultos (18 a 24 anos) freqüentando curso superior chega a 1,23%.(...) Já nas 10 UDHs (Unidades de Desenvolvimento Humano) de renda per capita mais alta, a proporção é superior a 30%, chegando a 58% em Graças/Aflitos/Espinheiro/ Derby[1].

Os discursos jornalísticos, contudo, tentaram dimensionar o Coque não a partir dos graves problemas sociais que a comunidade enfrenta. Ao contrário, tais discursos midiáticos têm representado o Coque a partir de uma chave-mestra extremamente estigmatizante – a da violência – conforme exemplificado nas matérias a seguir.

> Desemprego, prostituição e promiscuidade são fatores que concorrem para a marginalização dos habitantes do Coque. [...] O Coque passou para a história policial do Recife com seus bandidos, suas mulheres de vida fácil e suas crianças iniciantes na vida do crime (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 27/07/1975).

> Crianças chafurdam na lama com suas armas de brinquedo em punho. [...] Despenteadas, sujas, catarro escorrendo no nariz. Mais lama fedorenta ao fundo. Alguns mocambos semi-destruídos. O clima parece tranqüilo, a comunidade parece já estar acostumada à miséria e à violência do local." (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19/09/1976).

De acordo com as análises realizadas na presente pesquisa, é possível afirmar que o jornalismo privilegiou a narração da história do Coque a partir da violência, instaurando-a como a maior lembrança possível sobre a comunidade. Esse fenômeno, embora bem localizado na mídia impressa, repercute em todos os meios jornalísticos. Na TV Jornal, canal 02, afiliada

[1] Bairros nobres da cidade do Recife.

local do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), o programa *Bronca Pesada*, veiculado no nobre horário do meio-dia, refere-se ao Coque como bairro que "pega fogo", pondo em evidência de maneira sensacionalista os "marginais do Coque", e apelando para o crescimento de um sentimento de vingança contra todos os "bandidos" da região. É através de imagens e discursos como esses que se instaura o Coque como *Morada da Morte* a partir da mídia pernambucana; como símbolo claro da violência na cidade do Recife.

Desse modo, a partir do impacto da abordagem midiática na cidade, a simples menção da palavra "Coque" tornou-se motivo para uma série de "anedotas" populares associadas ao risco de ser morto por se viver no Recife. "Passar pelo Coque" gerava uma sensação de medo pelos transeuntes e motoristas que precisavam utilizar a Ilha de Joana Bezerra para chegar em algum outro ponto na cidade. Por outro lado, os moradores do Coque, por possuírem laços mais intensos com a comunidade, laços de pertencimento e afetividade, eram nitidamente marginalizados pelo restante da cidade, encontrando dificuldades, por exemplo, de conseguir um emprego. Muitos eram os relatos de que a simples menção da palavra "Coque" era suficiente para destruir qualquer expectativa de trabalho. Assim, os moradores do bairro precisavam dizer que eram de outros lugares, como do bairro de São José. O rótulo da violência aprisionou continuamente os moradores do bairro à imagem de que eram, efetivamente, violentos, isto é, os sujeitos protagonistas da violência da cidade.

Essa imagem, contudo, não passou despercebida pelos próprios moradores, como pelo Movimento Arrebentando Barreiras Invisíveis – MABI e o Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis, NEIMFA. O MABI era um grupo de jovens que havia se reunido através da música e da compreensão de que o Coque não era, em definitivo, o lugar da morte. Realizavam, por isso, uma série de eventos culturais – marcadamente a partir do *rock´e´roll* para trazer à tona a mensagem de que os "muros invisíveis" do preconceito, que separavam o Coque do restante da cidade, precisavam ser rompidos. O NEIMFA era uma associação de caráter mista, envolvendo moradores do Coque e de diversos outros lugares do Recife motivados por valores como compaixão, amor e liberdade em suas várias manifestações filosóficas e espirituais. A origem da instituição ocorre na metade da década de 80, quando, a partir da evangelização espírita, um grupo de jovens espíritas construiu vínculos afetivos com muitas pessoas da comunidade. Desde sua origem, o NEIMFA se deteve a trabalhar especialmente com mulheres, crianças e jovens – logo, à medida que viam que o rótulo da violência produzia uma série de preconceitos ao redor dessas pessoas, a instituição passou a priorizar a compreensão da violência simbólica, o preconceito, e sua superação, como uma de suas principais metas (cf.VALE NETO, 2007; SILVA, 2010; AMADOR, 2010).

Em 2005, a professora Yvana Fechine, que havia trabalhado como professora da UNICAP e havia sido repórter no mercado muitos anos, passou no concurso para professora adjunta da UFPE. As idéias de Yvana, de modo geral, apontavam para um jornalismo com qualidade tanto técnica quanto conceitual. Assim, ao assumir a sua primeira turma de jornalismo na UFPE, cuja meta do semestre era produzir um jornal-laboratório, Yvana fez questão de mostrar como o jornal a ser produzido, uma vez que estava dentro de uma Universidade de caráter público, precisava possuir qualidade e pertinência para valer a pena ser publicado.

O surgimento da pauta "Coque e preconceito" nas aulas de Yvana surgiram a partir de um encontro fortuito entre alunos da UFPE e o NEIMFA/MABI. Yvana, a partir do momento em que ouviu essa pauta, compreendeu a sua importância social e viu que seria possível realizar um trabalho técnico e qualitativo interessante. Para isso, desenhou uma série de percursos e possibilidades de abordagem sobre o Coque, que se mostraram bastante férteis. A partir da decisão coletiva da turma de aderir à pauta do Coque, o jornal "Coque" como foi conhecido foi então produzido. Com a sua publicação, em 2006, a qualidade técnica e conceitual do jornal foi reconhecida pelo Prêmio Caixa de Jornalismo Universitário e também pela satisfação dos sujeitos do próprio Coque – o MABI e o NEIMFA que convidaram a Universidade a se deter, para além do Jornal, ainda mais na problemática do preconceito sofrido pelos moradores do Coque.

Assim, partir da publicação do jornal, em 2006, iniciou-se um processo arqueológico e afetivo entre o bairro e a UFPE que pode ser sintetizado na constituição, no mesmo ano, de um projeto de extensão chamado "Coque vive". Arqueológico, porque, no projeto, houve um comprometimento de compreender de que forma o dispositivo da violência estava imbricado com o nome da comunidade, a partir das mídias. E afetivo porque houve também o surgimento de um vínculo a partir da amizade estabelecida entre os estudantes universitários e as pessoas que faziam parte do MABI e do NEIMFA, preocupados com a prevalência da violência nas representações midiáticas do bairro.

Dessa forma, o presente trabalho é tributário direto dessa  ação de extensão da UFPE, que em 2010 comemora quatro anos, o projeto Coque Vive, e tem ligações profundas tanto com a perspectiva arqueológica quanto com a afetiva. Foi entre essas duas perspectivas que, em 2007, um grupo de jovens, capitaneados por Roberta Lira dos Santos e Rafael Filipe Souza da Silva, coordenaram uma pesquisa para a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e reuniram 1.209 textos que continham a palavra "Coque" no Diário de Pernambuco, entre os anos de 1970 e 2007. Com *textos*, referimo-nos aos gêneros jornalísticos em geral – cartas,

publicidades, matérias, notícias, notas, colunas, etc. – abrangidos todos pela pesquisa A escolha do grupo pelo Diário de Pernambuco se deu por este se tratar do mais antigo jornal em circulação no estado, e também por ser o impresso com a maior quantidade de material digitalizado.

Desse trabalho, o grupo realizou uma publicação intitulada *Coque Vive – Livro de Notícias*[2], contendo os textos considerados mais representativos a partir do confrontamento com o *corpus*. Por participar do mesmo projeto de extensão, o autor desta pesquisa foi convidado a contribuir desenvolvendo uma análise sobre o enorme *corpus* reunido. De modo geral, todos no projeto víamos nesse *corpus* a possibilidade de responder uma série de perguntas, principalmente àquelas que diziam respeito a mostrar como o Coque havia se tornado um nome equivalente à violência na cidade do Recife. A presente pesquisa constitui-se num exercício desse desejo por respostas.

## Considerações teórico-metodológicas da pesquisa

Na presente pesquisa, escolhemos, inicialmente, não trabalhar apenas com o livro de *clipagens* produzido, mas com todos os 1.209 textos. Acreditávamos que quanto mais pudéssemos compreender o sentido histórico e social, mais estaríamos perto de compreender realmente o que desejávamos, e dar conta de todos os textos seria, portanto, o procedimento mais apropriado. Podemos dizer que esta se revelou como uma tarefa excessivamente árdua, o que fez com que recuássemos no nosso intento, pois, afinal, era necessário ser capaz de evidenciar as relações que encontramos no texto. Assim, para realizar uma mínima categorização do material, redimensionamos o *corpus* de 1.209 textos para 266[3] (os quais apresentamos nos anexos). Fundamentamos esse redimensionamento a partir daqueles materiais que possuíam a palavra "Coque" no título, uma vez que estes revelam um alto grau de investimento por parte do meio de produção jornalístico. Ainda assim, para uma fundamentação mais sólida de nossa análise, realizamos a leitura de todo o *corpus* e não apenas dos textos que foram categorizados.

A análise foi baseada inicialmente na inquietação já apresentada: como o Coque se tornou uma imagem de violência? Que configurações sociais e históricas faziam com que o Coque se tornasse sinônimo de "morte"? Essas perguntas nos encaminharam para um desejo arqueológico de compreender o *corpus* de uma maneira mais ampla, uma vez que, como

[2] O material coletado nessa tarefa heróica foi disponibilizado em cópias digitais no site do projeto (www.coquevive.org).
[3] Das quais duas estão fora da análise por serem simplesmente referentes a acidentes, como incêndios e morte por descarga elétrica.

achávamos, estávamos trabalhando inicialmente com um discurso do Coque como um local violento. Para encontrar respostas, investigamos o próprio surgimento dos discursos a partir de sua constituição (FOUCAULT, 1972; MAINGUENEAU, 2005), seus efeitos, como o *ethos* (AMOSSY, 2008; MAINGUEANEAU, 2008) e sua relação com a realidade simbólica (GOMES, 2003; 2008). Em seguida, Mouillaud (2002), além da própria Gomes, demonstraram como o jornalismo potencializava as funções do discurso e da linguagem, criando relações próprias entre o dispositivo jornal e os leitores. Esses ganchos permitiram-nos chegar à construção do Coque como um local estigmatizado como violento dentro do discurso, valendo-nos aí da noção de estigma tal como formulada por Goffman (1988).

Nesse ponto, contudo, quando já havíamos demonstrado como o estigma do Coque ocorre a partir do funcionamento do discurso das mídias, houve uma ruptura no trabalho porque, devido à própria exposição ao *corpus*, encontramos figuras que não eram necessariamente figuras da violência. Assim, há uma ruptura no percurso do trabalho, uma vez que de um lado tínhamos a possibilidade de aprofundar diretamente ainda mais na questão da violência, de outro, passávamos a ter figuras que nos remetiam a outras compreensões históricas e a outros "Coques" não-restritos à violência. Como, o tempo todo, nossa motivação na Extensão universitária era superar o estigma do Coque como um local violento, determo-nos nas figuras que talvez apontassem nessa superação era uma premissa quase obrigatória.

Essas figuras, em sua diversidade, dentro do texto, serviam de revestimento para a ação de três protagonistas básicos, chamados sujeitos, presentes no *corpus*: o Estado, a Polícia e próprio Coque. Compreender de que modo esses protagonistas surgiam, quais eram suas motivações de base e quais as relações entre eles e as condições sócio-históricas que os constituíam tornou-se nossa tarefa principal. De modo geral, valemo-nos de alguns autores como Cardoso de Mello & Novais (1998), e Martins & De Luca (2006) que trouxeram à tona contextualizações sociais e históricas que permitiam-nos estudar a época – 1970 a 2007, em que aquelas figuras surgiram.

Outros pesquisadores, como Santos (2006) e Sarlet (2007) nos ajudaram a investigar a maneira pela qual se deu emergência do Coque como protagonista no *corpus*; Rolim (2006), Wacquant (2001; 2007) e Souza (2008) contribuíram para a análise da constituição da Polícia como sujeito da narrativa e por fim, Foucault (2008a, 2008b), junto com Anderson (2007), Fiori (2003) e Oliveira (2007) possibilitaram compreender como o Estado tornou-se e deixou de ser sujeito da narrativa.

Ao final, compreendemos que a violência, afinal, não estava localizada estritamente em nenhuma parte do discurso, mas era um efeito que estava profundamente conectado ao

“percurso” desses três sujeitos dentro da narrativa. Agora, porém, retornemos, pois ainda precisamos mostrar como essa violência, efetivamente, funciona dentro do discurso jornalístico e aprisiona o Coque no rótulo do estigma.

# 2. LINGUAGEM E JORNALISMO

## 1.1 Linguagem, jornalismo e representações sociais

Esse é um trabalho – substancialmente – a partir do discurso jornalístico sobre o Coque. Com essa afirmação inicial, pretendemos realçar nossa compreensão do discurso como prática social e do jornalismo como discurso. Dilui-se, assim, de antemão, uma separação corrente no senso comum entre mídias e linguagem, a partir da qual o jornalismo sustenta sua "transparência" com o real, mascarando o fato de que todo enunciado emana de um enunciador identificado, empiricamente, com determinados grupos sociais. Assumimos também, como pressuposto, que o discurso jornalístico, como prática associada a esses grupos sociais, possui conseqüências diferentes de outros gêneros discursivos, como o coloquial, por exemplo.

O ponto que ata os fenômenos do jornalismo e linguagem está na própria construção simbólica do humano. Dizemos aí que há um homem "real" que pensa e se comunica. Então, entendemos que há uma prática desse homem, que se confunde com o que ele é e com o que ele diz de si. Afirmamos, portanto, que reconhecemos esse humano na sua realização lingüística, que une o que ele faz e o que ele diz. Gomes (2003:19) demonstra que a linguagem surge como "fabricante" do humano, uma vez que opera o corte do mundo "real" para que este próprio mundo seja explorado/apropriado/dominado através de artefatos físicos e mentais, mas, sobretudo, artefatos lingüísticos. Fazendo uso do exemplo de uma imensa floresta verde, a autora afirma que "nomear é isolar campos, é instrumento de não representar o mundo como ele é, mas de recortar: arrancamos uma parte do verde e a instituímos num outro tipo de existência" (GOMES, 2003: 20). Assim, a linguagem é constitutiva do social, como afirmam BEIVIDAS & RAVANELLO (2006:135):

> (...) Contentar-se em ter uma concepção de linguagem como simples instrumento de transmissão ou de meio de representação do mundo é muito pouco perante o modo como ela *impõe* ao real as suas categorias, suas nomeações (...). A linguagem e o discurso *não criam* o mundo *ex nihilo*, mas uma vez em cena, o mundo está *recriado* à sua imagem e estrutura.

Essa percepção é bastante pertinente, uma vez que vislumbramos *o poder da palavra* em circunscrever campos do real e identificá-los com nomilizações. Gomes (2003) destaca que esse "ato constitutivo" próprio da linguagem é um corte que, ao passo que marca um distanciamento (uma vez que distingue o contínuo social do contínuo lingüístico) realiza uma

ordenação ou reaproximação. A autora destaca que essa ordenação entre a língua e o real, isto é, pelas dimensões falante e social do humano, pode ser vista a partir de uma homologia de relações que se estruturariam como sistemas. "Na dimensão da linguagem nunca temos um elemento que signifique por si só, ele só se coloca em significância por oposição e sua significância se determina somente em relação a outro" (GOMES, 2003: 26). Essa diferenciação que se estabelece na própria linguagem, a partir do momento em que sistemas são instalados, faz surgir, de imediato, relações de poder. Para a autora, tal como para Foucault, a percepção de que o poder está em toda parte ocorre, justamente, pela capacidade da linguagem de distinguir e erigir sistemas.

> As operações simbólicas, as diferenciações que num nível chamamos de substituição e noutro de permuta e troca, implicam, instituindo regras, restrições e organizações. (...) A discriminação é forma fundamental; implica normas, é a forma do jogo que é condição para seu exercício. (GOMES, 2003:31-32)

No entanto, ainda a partir de Gomes, afirma-se que esse mergulho do sujeito no mundo real e simbólico não se dá no vazio, mas em organizações sucessivas, ordenações precedentes e indicações sobre o que *deve ser visto*. Ocorre, portanto, na História.

> O sujeito assim subsumido à ordem simbólica se coloca em construção, construção de sua subjetividade nos discursos que organizam as relações sociais e os saberes de sua época. Processos de identificação dizem respeito a exatamente isso: ver-se ali, em determinado lugar, é ali se fazer. (GOMES, 2003: 33-34)

Gomes destaca que não poderíamos compreender essa "apresentação do mundo" ao sujeito que "inaugura" o mundo se não contemplarmos a permanente educação, ou a idéia de molde, nos valores instituídos e prevalecentes. Somos "assentados" no mundo, nos termos de Deleuze (apud GOMES, 2003), somos desterritorializados, para sermos territorializados, sempre esse processo de reterrioralização na ordem simbólica. "Sobre estes valores herdados emitimos juízos: isto é bom, aquilo é mau, justo ou injusto. Sob estes valores agimos e nossas ações são julgadas adequadas ou não; também sob esses valores recebemos recompensa ou punição" (GOMES, 2003, p.35-36).

Assim, ao compreendermos o fenômeno duplo da linguagem, de criar e relembrar o mundo, percebemos que discurso e sociedade se interdefinem, expõem-se um às características do outro, demonstram modos de ver a realidade, direcionam a paisagem a ser olhada, constroem seu próprio tempo. Ainda segundo Gomes (2003:41), "é preciso dizer dos discursos

que eles representam uma forma de narrar o mundo e nessa forma está embutido o mundo a ser vivido". Maingueneau (2005:121), por sua vez, afirma que:

> O discurso demanda Tradição e cria sua própria tradição, sendo o essencial poder dizê-lo como ele já foi dito, inscrever sua enunciação nos traços de uma enunciação anterior. Dupla memória que é polêmica, lenda de combates vitoriosas ou de derrotas significativas(...)

É no discurso que as regras sociais se estabelecem e se assentam, é o discurso que as expressa e as legitima. Destacamos, então, o desdobramento dos discursos: sua capacidade de, ao mesmo tempo, ordenar e empoderar. Como indica Gomes (2008:93):

> As linguagens são sistemas classificatórios e toda classificação automaticamente hierarquiza pela colocação de pontos-chave, pela divisão que gera subdivisões, pelo estabelecimento de relações entre termos, etc. Se as classificações se fazem pela diferenciação e a diferenciação implica positivação e negativização, não há como conceber um sistema classificatório que não implique relações de poder.

O poder, então, "constrói não só verdades, mas o que nelas está implicado: todo o corpo social; ele perpassa dominantes e dominados da mesma forma, sobretudo com isto não está em nenhum lugar" (GOMES, 2003: 46). Essa afirmação de Gomes é correlata ao que diz Michel Foucault, segundo quem é preciso:

> (...)não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; (...) O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. (FOUCAULT, 2006:183)

Mas como o poder age? A partir da linguagem? Age sempre colocando um dado em relação a outro. Constrói assim o bem e o mal, verdade e mentira. Toda e qualquer diferenciação no plano simbólico significa um desdobramento em dois campos que, por esse mesmo ato de diferenciar, tornam-se antagônicos. Maingueneau (2005:103) detalha como esse processo ocorre:

> Cada discurso repousa, de fato, sobre um conjunto de semas repartidos em dois registros: de um lado, os semas "positivos", reivindicados; de outro, os semas "negativos", rejeitados. A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados do seu Outro, traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema.

O autor, a partir dessa percepção – que é bastante próxima da acepção semiótica que diz: *o sentido só surge da diferença* (GREIMAS, 1979) –, traz também duas características do discurso: o mascaramento de sua invulnerabilidade e sua legitimidade. A legitimidade diz respeito à afirmação do discurso perante o real. Não há outro bem, não há outro mal, não há também outro modo de diferenciar a não ser validando a diferenciação. Ao validá-la, institímos também o jogo do poder com todos os outros discursos que se posicionam conosco no real. Com isso, construímos a noção daqueles que estão conosco ou contra nós. Afirma Maingueneau (2005:110):

> Como se vê, a formação discursiva não define somente um universo de sentido próprio, ela define igualmente seu modo de coexistência com os outros discursos. O que diz Verón do discurso político, a saber, que ele "não pode suportar que haja outro discurso político", que "sua tendência mais profunda é anular o discurso do outro", é certamente verdadeiro para qualquer discurso(...)

Já o mascaramento da invulnerabilidade do discurso é a estratégia que existe no discurso em se mostrar "aberto" quando, na verdade, essa abertura diz respeito a uma constante reapropriação de outros discursos para re-afirmação do discurso que "quer falar". Por isso, dizemos que, no instante em que põe a falar, o discurso é invulnerável, mas que essa invulnerabilidade necessita ser mascarada, caso contrário o discurso não poderia ser reconhecido pelos outros discursos, seria monológico. O mascaramento da invulnerabilidade ocorre a partir de outra característica da linguagem: a polêmica. A polêmica, que é constitutiva do discurso, permite sempre essa reapropriação da fala do outro, essa retomada sobre a qual fazemos nossa aproximação ou distinção de outrem.

> Poder-se-ia dizer que a polêmica é necessária porque, sem essa relação com o Outro, sem essa falta que torna possível sua própria completude, a identidade do discurso correria o risco de desfazer-se. É inegável, mas a essa se junta uma outra razão, a saber, a necessidade de mascarar a invunerabilidade do discurso. Por definição, o discurso tem resposta para tudo e não pode ser apanhado em erro. Ele está, assim, apto a representar uma figura do Todo. Entretanto, ele não pode ser reconhecido e acreditado a não ser que possa oferecer a prova do contrário, que mostre que não é invulnerável. O discurso não tem razão a não ser na medida em que ele crê que ele pode ser ameaçado, isto é, que é de fato o Outro que ele destrói, e não o seu simulacro. Cada refutação bem sucedida é uma vitória do verdadeiro sobre o falso, e esse combate ritual legitima e conforta a crença. É necessário pensar que o discurso é vencedor porque ele diz o Real e o Bem, e não que é de sua natureza ser sempre vencedor e não ter exterior. Necessidade que não é um segredo inconfessável guardado por alguns mistificadores interessados, mas a condição mesma da discursividade. (MAINGUENEAU, 2005: 118)

A necessidade de distinguir para se afirmar foi bastante evidenciada, segundo Gomes, por Nobert Elias em *Estabelecidos e Outsiders* (2000), obra na qual o autor demonstra como "a partir de nenhuma diferença concreta, constroem-se campos distintos, com seus estigmas e estereótipos, muitas vezes intransponíveis" (GOMES, 2003: 48). Assim, damo-nos conta que estamos lidando sempre com campos em construção, que desejam validar-se por si e para isso se referem ao outro. Essas campos, continuamente, constroem o mundo em que vivemos.

## 1.2. Percepção do mundo, disciplina da linguagem

Gomes (2003) chama a atenção para a característica *dimensionante* da linguagem, segundo a qual esta dimensiona o mundo, realizando, por isso, cortes na realidade a partir do quais os mesmos cortes dão novas dimensões ao que é real. Contudo, segundo a autora, antes que possamos ver na linguagem a capacidade de formação dos discursos, existe, nela própria, uma característica anterior: ao aprendermos a língua, internalizamos regras que colocam as coordenadas da nossa apreensão do mundo.

> Em outras palavras, a própria linguagem funciona como um mapa, quadriculando o mundo em eixos de latitude e longitude. É assim no aprendizado dual que elas nos propõe entre masculino e feminino, ou sujeito e objeto, um quadro de oposições fazendo o recorte da paisagem. (GOMES, 2003:56)

Para a autora, a linguagem só pode funcionar como mapa porque ela detém *per si* propriedades que, embora sejam significantes, antecedem qualquer significação. Em outras palavras, o poder que a enunciação significa é um poder não-enunciado, uma vez que ocorre *em ato*. Sobre a linguagem ser um fenômeno em ato, é conhecida a passagem em que Bakhtin demonstra a impossibilidade de alcançar o instante em que se enuncia:

> Se narro (ou relato por escrito) um facto que acaba de me acontecer, eu já me encontro, como "narrador" (ou escritor), fora do tempo e do espaço em que o episódio teve lugar. A identidade absoluta do meu "eu" com o "eu" de quem eu falo é tão impossível como pendurar-se alguém em si próprio pelos cabelos (BAKHTIN, 1978 apud AMORIM, 2008:105)

No entanto, Gomes (2003) chama atenção não apenas para essa inalcançabilidade do sujeito que enuncia, mas para a função "cognoscente" da linguagem, uma vez que não é ela, necessariamente, quem constrói a si própria. Ela sempre funciona na possibilidade entre um discurso e outro, isto é, na possibilidade do sujeito que enuncia o discurso. Dizemos, assim,

que ocorre não no discurso, mas, justamente, na própria construção dos discursos. Essa percepção foi apreendida por Michel Foucault (2006), que via, dentro da linguagem, a possibilidade dela ser compreendida como dispositivo disciplinar do real, identificando, portanto, o poder que existe subsumido à linguagem em normalizar o mundo. Gomes (2003:57) nos diz que "um discurso delineando os saberes e as verdades de uma época não pode fazê-lo a menos que esta propriedade da ordem e do comando esteja lá, no discurso, inscrita." Há um desejo, portanto, no discurso, de "delinear", "fazer nascer" ou como queremos ressaltar, "conquistar" o real.

Utilizamos assim uma nova terminologia para lidar com a função da linguagem sobre o real: disciplina. A compreensão da "disciplina da linguagem" é bastante válida porque inclui também o aprendizado que co-existe com cada palavra, a inserção do sujeito no discurso da Tradição. A palavra não traz em seu recorte apenas a lembrança anterior, mas convida também a uma educação. Diz Gomes (2003:58): "Uma vez instalado o discurso, a palavra pode funcionar exatamente como dispositivo disciplinar, nos mesmos termos em que operam as instituições (família, escola, etc.) educando para um enfoque específico. (...)" É por isso que, segundo a autora, Foucault pode afirmar que: "Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo" (FOUCAULT, 1996:44) Para Foucault, toda disciplina encerra um projeto de controle, controlando e circunscrevendo campos que são efetivados em discursos. Assim, ao considerarmos as características de "mascaramento da invulnerabilidade" e de "legitimidade" do discurso, percebemos que cada discurso opera no afã de *normalizar* o real, isto é, dar ao real as suas normas.

Ao fazermos essa normalização, imediatamente erguemos "semas", que são identificados como mais próprios para definir determinado fenômeno social. Ao realizarmos essa "imantação" sobre determinado ponto, construímos figuras-chave, baseadas em idéias-tema previamente alocadas para ordenar a realidade. Assim, isolamos características, identificamos sua oposição. Normalizamos aqueles que possuem as características afins, excluímos os que são identificados pela ausência destas. Seguimos gerando, a partir daí, uma prática social que vá ao encontro dessa normalização realizada e fechamos o círculo da linguagem e do real. Por trás da palavra,

> (...) há pressupostos tidos como verdadeiros, há imagens dos indivíduos a que ela se refere, há valorações, há desenho da norma, de suas variações e, até mesmo da sua infração. Claro que há um forçamento da classificação: sobre a diferença infinitamente desdobrada se impõe uma modelagem. Esta nos permite a uma tomada cognitiva de forma rápida, ainda que os casos sejam

> infinitamente variáveis. A padronização é responsável pela rapidez, pois instala uma maneira de lidar organizadamente com nossas percepções. Trata-se então de convencionalizar um objeto de forma que tenhamos dele uma concepção definida que nos oriente em nossos acessos à vida. (GOMES, 2008:96)

Para a autora, a partir dessa normalização, passamos a definir uma representação social como um espaço criado onde coisas e pessoas se encaixam de modo a se constituírem de acordo com uma figuração que os representará. "De cada um deles esperam-se atitudes prefiguradas, a cada um valoriza-se em conformidade com estas figurações, para cada um se tece um padrão de vida" (GOMES, 2008:96).

Lembramos que as representações, tal como compreendidas por Moscovici (2003), não são criadas por cada indivíduo como uma singularidade. Antes, são vivenciadas por estes indivíduos como se fossem suas, na particularidade de cada um e, sobretudo, na não-consciência desse acontecimento. Na mesma direção, (GOMES, 2008:98) nos diz que:

> Assim, podemos dizer desses processos de socialização que há sempre uma precedência do veredicto sobre o julgamento e que são também os de construção de subjetividade. Esse fato é marcado pelos estereótipos com bastante clareza porque nos fazem operar nas expectativas que uma "imagem" nos oferece de determinado campo. Naturalmente, palavras delimitam um campo e marcam as estereotipias.

Retornando a Moscovici (2003), pode-se dizer que as representações se estruturam a partir de duas etapas distintas: ancoragem e objetivação. A ancoragem diz respeito à uma familiarização do real com imagens pré-existentes, e a objetivação é a concretização da ancoragem na forma de uma figura estável. Para o autor (2003:71) objetivar é atribuir uma qualidade icônica a uma idéia, reproduzindo um conceito em uma imagem. Já Gomes (2008) desenvolve as conceituações do pesquisador russo da seguinte forma:

> Entende-se que os processos classificatórios implicam a eleição de um traço distintivo sobreposto a outros. Mas também implicam a formação de lugares que serão assumidos tanto pelo indivíduo que se ancora nesta classificação, para colocar-se no discurso do mundo, quanto por aquele sobre o qual se fala, trazendo-o à sua esfera. A ancoragem é acompanhada de uma objetivação que consiste em encontrar um núcleo figurativo. (GOMES 2008:99)

Desse modo, a partir da evidência de como as representações se fundam, a noção de "sema", presente na semiótica greimasiana, pode funcionar como um atalho importante entre as representações sociais e a linguagem. Os semas são as unidades mínimas da significação que constituem os sememas, ou os significados dicionarizados. Aqui, contudo, estamos

evidenciando o momento no qual os semas se dispõem e influenciam a construção de sentidos que serão ancorados e objetivados na realidade social

> O sema não é um elemento atômico e autônomo. A sua existência reside na oposição ou afastamento de outros semas. A sua natureza é unicamente relacional e não substancial e o sema não se pode definir como um termo confinante da relação que se instaura e que se apreende com outro termo do mesmo denominador comum. (NABAIS, 2005)

Como já dissemos anteriormente, a constituição do núcleo figurativo das representações sociais ocorre a partir da escolha (consciente ou não) por parte dos indivíduos de semas correlatos ao que se quer ancorar. Esses semas atuam formando uma imagem que, embora possa ser inédita, os ampara, fortalecendo os sentidos sociais do indivíduo, ou seja, a própria semântica que existe no indivíduo e na sociedade.

A idéia de semas que estruturam as representações sociais vai ao encontro do que diz Moscovici (2003:209-210). Para ele, as representações se apresentam como uma "rede de idéias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluidas que teorias". Gomes, contudo, chama atenção para uma pergunta: por que determinadas representações são constituídas em detrimento de outras? Ou melhor, por que essas representações se ampliam em proporções mais amplas e massivas?

> Tal resposta pede atenção às repetições não só porque elas operam como fixação, mas, sobretudo, porque elas operam como redução semântica, apagando diferenças e subsumindo variações, estruturando campos de visibilidade. (GOMES, 2008:100)

As repetições de determinados semas, portanto, atuam fixando-os, mas também reduzindo a potencialidade que eles teriam de significarem outra coisa. Essa noção é bastante similar àquelas desenvolvidas por Goffman (2006), nas quais a percepção do mundo surge em composições de quadros que delimitam "campos dentro e fora". Os quadros determinam o que deve ser visto, mas não por um direcionamento efetivo e sim por uma focalização que unifica os dados de determinada cena. Assim, os semas vão se agrupando em torno de núcleos ou de temas. Nesse sentido, Gomes (2008:102-103) contribui dizendo que:

> Os temas surgem na progressão dos processos primeiros que são de natureza lingüística: estruturam todo campo social e se objetivam como nossa realidade. Os temas são tanto idéias primárias, que operam na direção do simbólico, quanto as idéias-fonte que lhes acompanham e que operam na direção do imaginário.

Funcionam, portanto, como "pacotes de discurso" que, por sua vez, resultam em representações sociais ou pontos de identificação na realidade social. Os temas se organizam, basicamente, a partir da eleição de uma característica comum. Assim, há um "processo valorativo na representação de coisas que vai rebater sobre a representação dos indivíduos" (GOMES, 2008:105). Esse processo, como diz a autora, é bastante caro à "diversidade do real", porque significa, continuamente, a exclusão de algumas características em detrimento do que foi eleito como "traço comum". Poderíamos dizer que dada à diversidade de sentidos possíveis, no momento em que se recorre a um específico, já adicionamos outros correlatos e, efetivamente, marcamos a distinção daqueles que não são comuns a um tema específico.

Dessa maneira, realizamos uma conexão entre a capacidade que a linguagem tem de normalizar o real e do próprio real ser normalizado pela linguagem. Com a idéia de semas que se aglutinam em temas, encontramos também a comunicação social como local de passagem fundamental para compreender os processos da nossa sociedade, uma vez que, nos dizeres de Gomes (2008:103), a comunicação atua como freqüência. Freqüência que, ao repetir temas, repete "um quadriculado que organiza o campo onde todo o sentido vem se inscrever". Tal afirmação se coadnua também com o que diz Moscovici (2003: 242) no esclarecimento de que os temas tomam a forma de noções, de "'locais potenciais' de significado como geradores de concepções, eles são 'virtuais' porque esses 'locais' somente podem ser caracterizados através do discurso, através de justificações e argumentos que os 'alimentam' na forma de produções de sentido".

## 1.3. Discurso jornalístico e normalização

Delineado o quadro conceitual que nos permite operar com uma noção de representação social forjada no âmbito da linguagem, podemos retomar agora a discussão sobre discurso jornalístico como um gênero com conseqüências fundamentais na constituição desses construtos simbólicos. O discurso jornalístico não apenas sustenta determinadas normalizações como também expande o ponto dessas representações sociais, compondo figuras e temas do real. Logo, podemos dizer que esse discurso trabalha com o que ocorreu, mas "dizer 'o que ocorreu' obriga selecionar certos dados e ligá-los, entre si, para formar um fio; então, 'algo ocorreu', figuras tornam-se manifestas no tecido existencial" (MOUILLAUD, 2002: 42).

Segundo o autor, é nessa passagem, entre a percepção cotidiana e a narrativa jornalística, que encontramos uma percepção comum:

> Continuamente, a percepção quotidiana enquadra cenas para poder-ver, à maneira de uma cena de teatro, que isola certos personagens em uma unidade de espaço e de tempo em que se opera uma certa transformação em suas relações (...). Continuamente, o que fica fora do campo, sai do quadro. (...) Os cenários da vida privada, assim como aqueles da vida pública, são, em sua maioria, pré-construídos. Os jornalistas trabalham com baterias de informações preparadas. (MOUILLAUD, 2002:43)

Levando em consideração o potencial que as mídias têm de potencializar temas e representações, isto é, de potencializar os próprios processos (e efeitos) que constituem a linguagem e o discurso, damo-nos conta do poder específico das mídias em normalizar o real. A normalização, como vimos, é característica própria da linguagem: instala "campos a serem desejáveis e os valores assumíveis como legítimos que implicam uma modelagem, via dispositivos disciplinares, dos indivíduos" (GOMES, 2008:116). Um dos efeitos da normalização potencializados pela mídia é a homogeneização que consiste na adoção de princípios gerais por uma coletividade. Assim

> A identidade normal, ou seja, aquela que se constrói por identificação dos parâmetros vigentes, tende a ser vista como natural. Ela passa a ser essencializada no sentido em que é entendida como único vetor possível, senão o único vetor legítimo; ela é a identidade social que conta, *a* identidade. Assim, ela deixa de se perceber como construção, barrando qualquer questionamento sobre suas fundamentações. (GOMES, 2008:116-117)

A força da normalização se dá também pela diferenciação, ou melhor, pela exclusão. Da mesma forma como o discurso mascara sua invulnerabilidade, a normalização exclui as formações indesejáveis: exclui, é claro, a partir de sua própria força, constituindo os normais e apropriando-se dos anormais, do mesmo modo que o discurso apropria-se da fala do outro a partir da polêmica. Gomes (2008:117) considera que:

> As posições que nos são oferecidas pelas organizações discursivas supõem mecanismos próprios de poder, pois dão os lugares a partir dos quais alguém pode falar. A partir desses lugares emana o poder de inclusão e de exclusão e, conseqüentemente, os poderes que lhe são correlatos: o de falar e o de não falar.

Adicionaríamos que o "não falar" implica justamente em *ser falado*. O agregado de significados (temas) que reduz a potencialidade sêmica da linguagem e instala um campo de

veridicção tem, portanto, um poder extraordinário, porque pode se apropriar de outrem, ou melhor, falar por outrem.

> Esse poder, função co-extensiva das operações de instalação e do jogo entre ordem simbólica e ordem imaginária, é um poder de construção de subjetividade ao apresentar opções, as escolhas possíveis que são sempre vistas como as únicas. (GOMES, 2008:117-118)

A mídia é, desse modo, dispositivo-chave para compreendermos como determinadas assunções de temas e figuras se ancoram e objetificam a realidade social. Dentro da Semiótica greimasiana, a figuratividade é uma propriedade semântica fundamental da linguagem e proporciona manifestações graduais que variam do nível mais abstrato (baixa figuratividade) ao nível mais icônico (alta figuratividade). O figurativo, contudo, precisa ser compreendido por um tema, ou seja, é a tematização que dá sentido às figuras. Isso acontece porque o tema condensa um conjunto de seqüências figurativas, como afirma Bertrand (2002:213): "A tematização consiste em dotar uma seqüência figurativa de significações mais abstratas que têm por função alicercar os seus elementos e uni-los, indicar sua orientação e finalidade, ou inseri-los num campo de valores cognitivos ou passionais." As figuras, por sua vez, podem ser articuladas para sairem do virtual ao real, demonstrando assim um alto índice possível de iconicidade: a imagem de um cadáver, por exemplo, nos remete muito mais ao nosso real que a foto de um policial explicando aquela morte. Contudo, em relação às mídias, podemos perceber que não seria necessário um alto índice de iconicidade para fazer com que o sujeito se aproximasse do que está sendo figuratizado como "o real". A própria função ressonante, isto é, sequência e repetitiva, dos meios, faz com que os temas e as figuras, independente da sua abstração ou iconicidade, se consolidem na realidade social dos indivíduos. É por isso que, no que diz respeito à nossa análise, conforme descreveremos na metodologia, estaremos atentos à instância em que as abordagens discursivas da mídia ocorrem e o seu efeito no discurso.

Assim, a mídia passa a definir o que Gomes (2008:123) chama de "topologia", os lugares onde o sentido irá se inscrever. No momento mesmo que a mídia constitui esse local topológico, esses lugares já surgem impregnados do sentido das mídias. É assim que entendemos como um sentido pode privilegiar determinada temática em detrimento de outra, como, por exemplo, produz-se notícias sobre o Governo com tons de aprovação ou de insubordinação, etc. A mídia, portanto, como um grande artefato lingüístico da humanidade, passa a atuar no isolamento e na classificação da realidade, re-operando aí as normalizações que se misturam ao real, tentando apreendê-lo e habitualizando-o.

## 1.4. Ethos e Ressonância

Segundo a retórica clássica, o *ethos* nasce da vontade do orador de se exprimir. É co-partícipe da invulnerabilidade do discurso, que havíamos conceituado anteriormente, porque faz com que o orador seja fiável. O *ethos* protege o conteúdo mesmo do que está sendo dito, chamando atenção para um dizer que é também emocional, cognitivo, estilístico. Soma-se ao conteúdo do que o locutor diz, a maneira como ele diz. Maingueneau (2008:72) afirma que a "leitura faz emergir uma origem enunciativa, uma instância subjetiva encarnada que exerce o papel de fiador". Esse fiador se constitui a partir de indícios textuais que são investidos por determinações físicas e psíquicas, que são, respectivamente, a corporeidade e o caráter, atribuídos justamente nas representações sociais. O "caráter" é constituído, justamente, pelos traços morais e psicológicos do fiador, já a "corporeidade" corresponde a uma compleição corporal, uma forma de vestir-se e de mover-se no espaço social. O *ethos* é, portanto, dependente do sócio-histórico, pois suas atribuições – caráter e corporeidade - correspondem a um imbricamento com "o conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apóia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar" (MAINGUENEAU, 2008:72).

Mais adiante, vamos ver como o *ethos* do discurso jornalístico sobre o Coque aponta para um Coque a ser falado e ser priorizado na memória. Seriam necessários outros estudos para compreender justamente qual é e de quem é a corporalidade dessa instância subjetiva que surge dentro do texto e apontar: "eis aqui a verdade sobre o Coque". O que vai nos interessar é justamente o ato de apontar, a maneira pela qual o fiador se apropria do Coque a partir da própria enunciação - enquanto lugar físico e moral -, e direciona o leitor a se apropriar exatamente da mesma forma, se quiser acreditar no que está sendo dito. Nesse ponto, em que o fiador deseja a adesão do leitor (co-enunciador), é que reside propriamente o nosso interesse, pois nele surge um só discurso. Como afirma Maingueneau (2008:73), "essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo da comunidade imaginária dos que aderem a um mesmo discurso". Que duas incorporações seriam essas? A primeira é a que faz surgir o próprio fiador, instância subjetiva dentro do texto com características físicas e psíquicas. A segunda diz respeito ao ponto no qual o que o texto diz produz ressonância no co-enunciador e este identifica que o mundo no qual o fiador "dá sua palavra" é o mundo que ele, co-enunciador, habita. Existe ainda uma terceira incorporação, que se daria quando a adesão é

total e o co-enunciador confunde-se com o enunciador ou locutor: mesmo caráter, mesmo corpo, mesma informação. Como afirma Maingueneau (2008:73):

> O texto não é para ser contemplado, ele é enunciação voltada para um co-enunciador que é necessário mobilizar para fazê-lo aderir "fisicamente" a um certo universo de sentido. O poder de persuasão de um discurso decorre em boa medida do fato de que leva o leitor a identificar-se com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados. A qualidade do *ethos* remete com efeito, à figura desse fiador que, mediante sua fala, se dá uma identidade compatível com o mundo que se supõe que ele faz surgir em seu enunciado.

Como um "fluxo", o *ethos* do discurso jornalístico orienta o leitor a se posicionar na cidade e a moralizá-la. Assim, o *ethos* sinaliza fisiologicamente, dentro do jornal, a paisagem da cidade. O *ethos* também é dependente de uma prática de ressonância*, pois* necessita ser "sedimentado": no ato de visão e discernimento do real, le está presente, porque "(...) permite a adesão aos valores comungados por um grupo social dominante, que os faz passar por indiscutíveis" (AMOSSY, 2008:26). É a partir do funcionamento do *ethos* discursivo que o fluxo de estereótipos pode atravessar as relações sociais e precisar de que forma estamos concebendo a realidade social. Como veremos, o funcionamento das mídias é crucial nesse processo, pois são elas as instâncias físicas e objetivas que se dispõe a atestar a verdade e a necessidade dos estereótipos. Constrói-se assim um ciclo, do qual a ressonância e o *ethos* alimentam os estereotipos, social e discursivamente, sendo maximizados a partir de técnicas midiáticas que reforçam, significativamente, suas próprias características.

Aqui, chegamos a um ponto chave. Ponto em que a marca, o *ethos* do jornal e *a ressonância* se encontram de uma maneira técnica, co-produzindo-se, aliados a saberes industriais, a táticas empresariais relacionadas à comunicação de massa. É o ponto em que começamos a examinar propriamente como o nome Coque se torna um registro: um discurso que se materializa institucionalmente, que possui uma instância de enunciação característica. É interessante percebermos que essa institucionalização não apenas constrói os discursos, mas opera junto com eles. Maingueneau (2005: 34) nos alerta que

> Essas reflexões sobre a relação entre semântica do discurso e instituição nos conduzem, pois, a tomar distância em relação à idéia segundo a qual ela seria um simples "suporte" para as enunciações que seriam fundamentalmente exteriores a ela. Ao contrário, parece muito claro que essas enunciações são parte da mesma dinâmica semântica que a instituição. Não se poderia, pois, fazer funcionar aqui o esquema de tipo "infraestrutural", sendo a instituição a causa e o discurso seu reflexo ilusório. A organização dos homens aparece como um discurso em ato, enquanto que o discurso se desenvolve sobre as próprias categorias que estruturam essa organização

Para Mouillaud (2002), essa institucionalização ocorre no jornalismo impresso quando o entendemos como um dispositivo. Tomar o jornal como um dispositivo é considerá-lo como composto por formatos, diagramações, textura de papéis e conteúdos, figuras, cenas, imagens, imerso, ele próprio, em outros dispositivos informacionais como *redes de informação*. Ao mesmo tempo, o fato jornalístico só pode ser entendido como o real construído em fato no dispositivo.

> Descrevemos os dispositivos como sendo matrizes (muito mais do que suportes) em que se vinham inscrever os textos. Nesse sentido, o dispositivo (livro, jornal, canção, disco, filme, etc) existe antes do texto, ele o precede, comanda sua duração (...) e a extensão (...). A antecipação do dispositivo não significa, contudo, a passividade do texto. Se o jornal gerou os títulos, como a cidade gerou vitrines e tabuletas, os títulos "fazem" o jornal e as tabuletas a cidade, da qual elas são a receita. (MOUILLAUD, 2002:33)

Nele, podemos ver como o Coque tornou-se propriedade de um certo "fazer" jornalístico e também podemos intuir como essa prevalência do impresso pôde ter influenciado outras mídias.

> O jornal pertence à rede de informações que começou a tecer-se em torno de nosso globo no século passado e que o envolve em um fluxo imaterial que está em perpétua modificação(...). Uma rede que não impõe ao mundo apenas uma interpretação hegemônica dos acontecimentos, mas a própria forma do acontecimento. (MOUILLAUD, 2002:32)

Distinguimos, assim, o que seria propriamente um discurso jornalístico: o discurso que é construído enquanto dispositivo, na materialidade e imaterialidade, que se inscreve e provoca reinscrições da informação e da sua própria prática de informar, que se encaixa em dispositivos outros da informação e constrói sub-dispositivos internos (o sistema de títulos, por exemplo), que está imbricado com as relações de linguagem e sociedade. Como afirma Mouillaud (2002:42), o jornalismo realiza uma transformação de dados difusos em unidades homogêneas. Não constrói, portanto, nada diferente de todo trabalho social: torna-se "apenas um dos múltiplos operadores pelos quais uma sociedade se torna visível a si própria".

No entanto, nesse processo contínuo de *visibilizar-se*, existem características próprias do fazer jornalístico (seu *ethos*), características estas que se internalizam a partir da ressonância e que são oferecidas a partir da simples leitura recorrente do jornal. Mouillaud (2002: 175) diz que:

> Abrir o jornal é um gesto duplamente inaugural: o frescor das informações descobre, a cada manhã, a novidade do mundo. Ele se reconhece na forma

> interrogativa: o que há no jornal?; o que ocorre no mundo?; O ato de iniciar tem seu inverso, no declínio que acompanha a leitura, que perde seu frescor ao mesmo tempo em que o dia; consome mais a informação do que a acumula; funciona como um gasto. A realidade é, entretanto, mais complexa. Se a informação é um capital que se gasta na medida em que prossegue a leitura (empobrece-se até que o jornal se torne, no fim, um conjunto vazio), o ato de leitura é, ao mesmo tempo, acumulação de um capital: um saber que está a salvo do tempo. Saber e informação estão em uma relação invertida, na qual os ganhos e as perdas se fazem às expensas um do outro: a informação se gasta no próprio tempo em que um saber se acumula.

Como vemos, mais uma vez a ressonância e o *ethos* retornam. Abrir um jornal é abrir-se à novidade do mundo, continuamente. Conservamos, contudo, os seus saberes: saberes que pouco dizem respeito a datas, nome de pessoas, mas a uma determinada forma de narrar, que constrói, *per se*, a constituição de um *ethos*. Por outro lado, retemos, continuamente, aqueles acontecimentos narrados como a "única atualidade estável do começo ao fim do dia". Mas, uma vez que os acontecimentos variam, permanece em nós a sensação de estarmos imerso no presente. Por isso, o que mais gravamos em nossa leitura são os acontecimentos que priorizam acontecimentos que envolvem ações de presente, isto é, ações atuais. Isso cria no leitor um *ethos* pré-discursivo bastante peculiar, pois "cada número do jornal cria um presente. O ato de leitura e o referente da informação, supostamente, pertencem a um mesmo momento do tempo: o que eu leio é o que se espera esteja correndo, no momento em que leio" (MOUILLAUD, 2002: 176). O tempo nesse momento é "narcotizado", construindo uma "atmosfera de presente" que unifica os tempos da notícia (tempo de apuração, tempo de edição, tempo de publicação e tempo de leitura) e esconde o tempo que passou (afinal, já se passaram mais de 24 horas desde que o "fato" aconteceu).

O jornal irrompe sobre nós a cada manhã, trazendo o presente, pouco importando se o que traz é verdadeiro ou falso: é a atualidade que impera. Mouillaud (2002:177) distingue bem o tempo do jornal do tempo da narrativa romanceada. No segundo, há uma imersão e uma perda de tempo, um envolvimento que torna o leitor um coadjuvante da trama imaginária. Já no primeiro, o leitor se vê "colado" ao presente da notícia, se vê partícipe da trama do real. Por isso os erros jornalísticos nos impressionam tanto por seu poder de destruição: como pode a Atualidade estar equivocada? E por isso também, sabemos que a manchete é uma das principais determinantes sobre a forma de ler a notícia.

> O número do jornal diário está conectado à minha leitura e me conecta ao mundo. O leitor, o jornal e o mundo, estas três instâncias, têm corpo único, são postas em presença uma das outras. (...) O que eu leio em meu jornal me diz respeito: não se trata da implicação militante, que está ligada à natureza

> dos acontecimentos, mas de uma implicação da qual não me posso distanciar e que não é o efeito de uma escolha. (MOUILLAUD, 2002: 178)

O efeito dessa atualidade é uma impregnação no leitor. O leitor se enche do presente. Por outro lado, a ressonância do jornalismo que condiciona o leitor a reiterar o presente do jornal e o *ethos* pré-discursivo que faz com que o leitor, longe do jornal, se oriente a partir dele, estão interligados com o *ethos* que une leitor e jornal a uma só instância. Mouillaud (2002: 183) nos diz que: "Ler o jornal é estar colocado no ponto de vista de um mapa. O leitor, ao invés de ser uma referência para o mundo, nele deve encontrar seu lugar. (...) O mapa não é um espaço perfeitamente isotópico, homogêneo em todos os seus pontos." Esse mapa impregna o leitor com o presente da matéria, fazendo com que a sua própria navegação no real se configure, isto é, fechando mais uma vez essa cadeia que se retroalimenta. É justamente nessa cadeia que o jornal passa a funcionar, na cifra entre o *ethos* e a ressonância jornalística. "(...) É no ato de leitura que o jornal encontra sua unidade. No olho do leitor, e apenas nele, convergem as perspectivas (...) que contêm sua unidade no interior deles próprios"(MOUILLAUD 2002: 186)

Para o pesquisador francês, o jornalismo não é um documento literário e, por isso, não possui uma fábula que integre toda a narrativa. Ao percurso da intriga, característico do romance, substitui-se a co-ocorrência das informações no espaço. Assim, o jornalismo precisa funcionar no ato de leitura, comovendo a partir do *ethos*, sendo vivenciado por comoções prévias, que funcionam para além do ato (*ethos* pré-discursivo). Mouillaud, nesse sentido, chama atenção para a importância do sistema de títulos do jornalismo, que realiza a tarefa de comover o leitor, de disponibilizar uma orientação para a leitura do jornal e, portanto, da leitura do mundo. A questão aqui, portanto, ultrapassa propriamente o que o jornal está afirmando, isto é, seu conteúdo. A questão se torna como o jornal, um espaço disponível para construção de sentidos, utiliza sua própria forma de narrar para construir o sentido. "O olho do leitor é pressuposto pelo jornal para que nele se realize a dinâmica que potencialmente contém, assim como o olho do leitor pressupõe fragmentos do jornal" (MOUILLAUD, 2002:187).

O autor chega a dizer que o jornal, pela sua própria dinâmica de funcionamento, é uma forma ameaçada a cada dia de tornar-se pó. Dessa maneira, as informações no jornalismo precisam se tornar figuras-nômades, que, embora sejam apagadas no dia que se encerra, buscam no leitor a sua migração. Assim, compreendemos quais os fragmentos o jornal oferece ao leitor: seus temas e figuras. Como afirma Gregolin (2003: 96) "a mídia produz sentido por meio de um insistente retorno de figuras, de sínteses-narrativas, de representações que

constituem o imaginário social". Entre uma página e outra, um título e outro, são essas figuras que assomam entre o texto e o leitor, é sobre elas que o leitor passa a constituir algum sentido.

Ainda de acordo com Mouillaud (2002:37):

> A informação é uma das figuras da visibilidade: estelas de heróis gregos, imagens da iconoteca, homens ilustres da terceira república, retratos de antepassados, álbuns de família...não se terminaria o inventário das figuras pelas quais uma sociedade, em todos os seus níveis e estados, - públicos ou privados – opõe a si própria, suas representações. Ao mesmo tempo em que a figura tem uma profundidade, um aquém a que se refere, ela é um relevo: promover uma imagem ou uma informação é destacar do real uma superfície, um simulacro (...) que vêm à frente com relação a um fundo sem imagem.

Constatamos, então, que aquelas representações que estão mais próximas das recorrências do leitor, isto é, da própria estereotipia da linguagem, promovem uma maior impregnação do jornal junto ao leitor e vice-versa. As figuras recorrentes ou estereótipos demonstram que jornal e leitor comungam do mesmo tempo e mesmo lugar, que juntos fundamentam o mesmo mapa.

> O gesto de pôr adiante é inseparável de um olhar que vem a seu encontro. Entre a superfície posta em visibilidade e o olhar, produz-se uma atração mútua: atração não apenas do olhar pela superfície, mas da superfície pelo olhar. Como se o olhar produzisse um soerguimento do real que desprende uma delgada superfície visível. (MOUILLAUD, 2002: 37-38)

Como vimos anteriormente, as figuras surgem de semas que se aproximam de uma idéia-fonte. Por outro lado, vimos que, na semiótica, são os temas que dão o sentido do figurativo, encadeando-os. Se relembrarmos a função disciplinadora da linguagem, compreenderemos que a relação do jornalismo com o que será figurativizado torna-se uma questão crucial porque

> O pôr em visibilidade não constitui apenas um ser ou um fazer; não é simplesmente infinitivo, contém modalidades do poder e do dever. Indica um possível, um duplo sentido da capacidade e da autorização. A informação é o que é possível e o que é legítimo mostrar, mas também o que devemos saber, o que está marcado para ser percebido (...). De maneira que, segundo os lingüistas, qualquer asserção é destacada por um "e isto é verdade", qualquer informação se legenda com um "e isto deve ter sido visto ou sabido". (MOUILLAUD: 2002:38)

Logo, ao compreendermos a potencialidade das mídias em visibilizar determinadas figuras e temas em detrimento de outras, notamos que estão postos os fundamentos que precisávamos para evidenciar como o Coque será, dentro do dispositivo do jornalismo, uma figura de violência.

# 3.O ESTIGMA

Quando nos propomos a problematizar a maneira como o Coque é transformado em sinônimo de violência dentro do *corpus* analisado pela presente pesquisa, partimos da inquietação gerada a partir da experiência vivida na comunidade, conforme descrito nas considerações iniciais deste texto. Entretanto, um percurso acadêmico de confrontação com o *modus operandi* do jornalismo somou-se a essa experiência, lançando também bases a essa mesma inquietação. Conforme analisou Morais (2009), no contexto do jornalismo local, as notícias da violência exercem uma "atração sobre os leitores". No que diz respeito à cobretura do Coque, Morais (2009) afirma:

> As notícias sobre violência na comunidade são as mais pautadas pelo jornal, que majoritariamente dá prioridade aos enquadramentos individualizados. As notinhas (ou "colunões") são o formato principal utilizado para veicular tais notícias que, em 50%, se trataram de versões totalmente descontextualizadas dos fatos e fechadas nos atos violentos em si. Além disso, as noticias que foram categorizadas como contextualizadas (...) também não vão muito além do factual – apenas utilizam alguns personagens que explicam melhor o ocorrido. Através da análise desse material, pode-se constatar que o conflito, a infração e a morte parecem já ter uma autonomia noticiável em si e sustentam-se no ar através apenas da atração sobre os leitores.

Essa atração produzida sobre os leitores, tal como percebida por Morais (2009), se dá a partir da constituição de uma espécie de "tradição" de discursos que apontam o Coque como figura de violência, evidenciando o termo Coque como esse sujeito de violência conforme exemplifica a matéria abaixo:

DE OLHO A central do Passe Fácil estará fechada nesta segunda-feira e aberta na terça.

DIARIO URBANO

GISELA DIDIER (Interina)

# Rota do medo

*A população não teve tempo nem de comemorar a boa notícia do reforço anunciado pela Polícia Militar para o bairro de Boa Viagem. No começo da tarde de ontem, cinco marginais invadiram um ônibus e realizaram mais um assalto. Passageiros que faziam a linha especial Recife/Joana Bezerra – criada domingo passado para transportar usuários do Metrô no trecho interditado para obras de expansão – terminaram a viagem na Delegacia de Roubos e Furtos. O relato de quem passou pela violência é esclarecedor. A abordagem do quinteto armado aconteceu em uma pista estreitada, que obrigava o ônibus a trafegar em baixa velocidade, em pleno território do Coque. Um nome de comunidade que, há bastante tempo, provoca medo. Relatos de assaltos em série a motoristas e tiroteios no entorno do Fórum do Recife sempre foram atrelados ao histórico de violência do local. Já houve até bandido instalando carroça de geladeira na pista do Viaduto Joana Bezerra para facilitar o trabalho. Tudo isso foi noticiado e, no boca-a-boca, a área virou sinônimo de perigo. Terça-feira passada, a Polícia fez uma série de blitz-relâmpago na região depois que engenheiros que trabalham na expansão do Metrô – a mesma que provocou a criação da linha especial assaltada ontem – foram vítimas de uma quadrilha em pleno canteiro de obras. Na ocasião, a direção do Metrorec se disse pega pelo inusitado. Havia centrado atenções na segurança dos usuários nas estações. Os da Recife/Joana Bezerra, pelo jeito, foram esquecidos.*

**Figura 1** Rota do medo (VIDA URBANA, p.2 – 25/10/2003)

Na matéria, identifica-se o nome como exata figura de violência. A enunciadora chega mesmo a dizer: "(...) Coque. Um nome de comunidade que, há bastante tempo, provoca medo". Neste trecho é possível perceber a força do hábito e da linguagem; ele demonstra ainda como a palavra Coque passa a remeter, indistintamente, a uma memória, internalizada e constituída por sucessivos acontecimentos midiáticos, os quais são convocados pela enunciadora. Conforme analisado no capítulo anterior, a linguagem tem como função disciplinar o real, estabelecer as relações que vão permitir que os sujeitos se comuniquem, instituindo campos de diferenciação que digam: "por aqui" ou "por ali". Nesse sentido, Bordieu (2006:10) afirma que:

> Os símbolos são os instrumentos por excelência da "integração social": enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui

> fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração "lógica" é a condição da integração "moral".

Tal qual visto, o objetivo do corte simbólico que a linguagem realiza sobre a realidade é administrar o real. Quando dizemos que o "Coque é um nome de comunidade que há muito tempo traz o medo", vamos ver que o estereótipo, nesse caso, funciona como uma figura simbólica que pode ser repetível e que está sempre preso a determinado sentido. Por outro lado, são essas figuras que ordenam a constituição (ou não) de laços sociais, pois preservam a memória e, no discurso, mantém a Tradição do discurso, no sentido de Maingueneau (2005)Os estereótipos funcionariam exatamente como memórias prévias que se atualizam para garantir a sobrevivência da "coerência" do sujeito. Estão, portanto, socialmente sancionados. Desse modo, vamos observar a seguir, nos termos de Maingueneau, como os estereótipos mantém a Tradição do discurso.

Ao reportar-se aos "relatos" que constituem a história do medo relacionado ao Coque, a enunciadora provoca uma familiarização com todas as notícias que previamente associaram o Coque à violência.

**Tiroteio no Coque**

■ Um morto e oito pessoas feridas

Tiroteio entre policiais-militares e traficantes de maconha, na favela do Coque, resultou na morte de Ademir Dias da Silva, "Rivinha", 17 anos, "avião" da "boca-de-fumo" de "Mar-

ram medicados no Hospital da Restauração e depois receberam alta, uma vez que sofreram ferimentos leves.

Segundo moradores do Coque, nenhuma dessas pessoas é marginal. Todos são humildes, mas são honestos e trabalham. "A partir das 21h, todos nós fechamos nossas portas e ficamos impedidos de sair à rua, porque os tiroteios são constantes, pois

**Figura 2** Tiroteio no Coque (DP NET, 07h52 - 09/03/2004)

**Guerra do tráfico faz outra vítima no Coque**

■ Fernando vendia maconha para os traficantes

A Polícia apurou que Fernando Marcelino foi assassinado perto da casa dele, na rua do Maruim.Segundo moradores do local, o menor era "avião"( vendia maconha) de uma das

droga que recebia dos municípios de Betânia( a 400 km do Recife ), Floresta( a 439 km do Recife ) e Belém do São Francisco ( a 480 km do Recife).

**Figura 3** Guerra do Tráfico faz outra vítima no Coque (POLÍCIA, B9 – 25/11/1996)

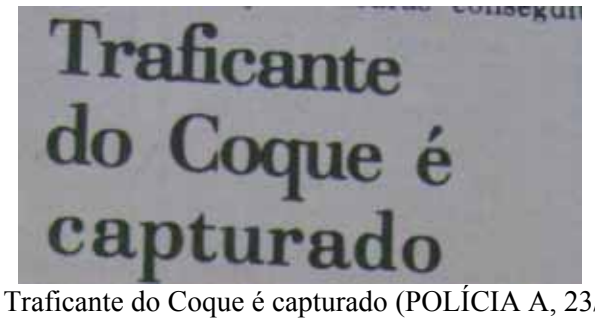



**Figura 4** Traficante do Coque é capturado (POLÍCIA A, 23/04/1991)

Desse modo, o discurso do medo é exposto e reiterado. É por essa estratégia de familiarização, exposição e reiteração – que constituem a Tradição do discurso –, que os laços sociais também são produzidos. Em outras palavras, é possível afirmar que os estereótipos tornam possível que o sujeito "ganhe tempo", na medida em que mantém consigo figuras disponíveis de serem apenas re-atualizadas nas relações discursivas e sociais. Isso permite que o mundo seja sempre o mundo esperado, e nunca o mundo novo. Nessa direção, afirma Lippmann (2008:96)

> Há uma imagem do mundo mais ou menos ordenada e consistente, a qual os nossos hábitos, nossos gostos, nossas capacidades, nossos confortos e nossas esperanças se ajustaram. Elas podem não ser uma imagem completa do mundo, mas são uma imagem de um mundo possível ao qual nós nos adaptamos. Naquele mundo as pessoas e as coisas têm seu lugar bem conhecidos, e fazem certas coisas previsíveis.

Assim, os estereotipos são para o sujeito como ferramentas figurativas de manuseio do mundo, artefatos simbólicos que conduzem a manutenção da compreensão social estabelecida. Castoriadis, contudo, destaca a característica de alienação na realidade social, que consiste na autonomização e dominância do momento de criação (momento imaginário) pelas instituições construídas pelas sociedades.

> Esta autonomização da instituição exprime-se na materialidade da vida social, mas supõe sempre também que a sociedade vive suas reações com suas instituições à maneira do imaginário, ou seja, não reconhece no imaginário das instituições seu próprio produto (CASTORIADIS, 1986: 159)

A partir da formulação de Castoriadis, percebe-se como os estereótipos se disseminam, passando a ocupar outros lugares que não aqueles nos quais foram previamente criados, uma vez que a sociedade autonomiza as instituições sem se dar conta da sua efetiva participação nessa atividade. No caso do Coque, percebe-se como ele, enquanto palavra e lugar, surge como a nascente de uma série de estereótipos associados à violência. Assim, o Coque é o tema da

violência, e os estereótipos suas figuras. É o estigma quem possibilita que a "sequência figurativa" ocorra, isto é, que as figuras tenham uma determinada compreensibilidade e não outra. O estigma possibilita ainda a segregação, uma vez que está garantido o "destaque" da figura dentro da realidade (*Coque, um nome de comunidade...).*

Junto ao tema, o Coque é mais uma vez "identificado" e "isolado", e as pessoas podem afirmar: "efetivamente, o sentido do Coque é esse". Podemos dizer, portanto, que o estigma é um aviso que se insere sobre e entre os estereótipos, tonificando-os e vivificando-os. Como afirma Goffman (1988:15): "Acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de descriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida".

Na discursivização, o estigma funcionaria como um *tema fixo* que aprisiona o sentido: o sujeito que enuncia necessita sempre se afirmar a partir deste local, e não de algum outro; por isso suas figuras são sempre as mesmas. Uma vez que se constitui como um fenômeno social e discursivo, a conseqüência do estigma é a visibilidade física ou moral que mostra a marca "viva" na realidade, de um lado, e capacidade de ser reportada e mantida na linguagem, de outro.

O processo de construção do estigma, tanto quanto o de todas as representações sociais, conforme visto, parte de um processo de dimensionamento e classificação sobre o real, de uma vontade de discipliná-lo. Para tanto, assim como as representações, o estigma se constitui a partir da eleição de um traço distintivo que se sobrepõe aos outros. A esse lugar, também irão se somar os semas correlatos e as figuras estereotipadas. De fato, não há distinção entre os estigmas e as representações, uma vez que o estigma também é uma representação, também se constitui na Tradição e na História. Nas representações sociais, contudo, quando ressaltamos que as ancoragens e objetivações dos indivíduos "firmam" as representações na forma de figuras (e permitem que sejam habitualizadas), possibilitamos que o jogo histórico surja, evidenciando, assim, a historicidade do sujeito[4].

Dito de outro modo, se os estereotipos funcionam como um *continuum* que relembra, aos processos sociais, determinado sentido em detrimento de um novo sentido, eles sempre são reféns do "momento de fala", ou a "instância de enunciação", que consiste no momento em que o sujeito toma para si a responsabilidade do dito. O estereotipo é sempre um jogo, sempre surge para que o outro possa remendá-lo, confirmá-lo ou negá-lo. Segundo Stella (2008), a

[4] Poderíamos dizer que os movimentos sociais e culturais que partem de desejos de transformação, como o movimento feminista, gay, entre outros, atuam no sentido de fazer com que outros semas entrem em jogo e, assim, novas representações se constituam enquanto processo de subjetivação social.

palavra é compreendida a partir de confronto e interpretação, permitindo, sempre, uma reavaliação, que possibilita, por sua vez, o surgimento de novos sentidos e signos. Permite, igualmente, o surgimento de novas palavras, a partir do momento em que encontramos a *palavra do outro*. Mas qual é a palavra do outro no caso do Coque?

Ao que parece, a palavra desse sujeito próprio, Coque, não pode ser encontrada a não ser nas grandes mídias, que, como vimos, funcionam como matrizes do estigma. O estigma é de tal magnitude que leva os indivíduos a olhar para o Coque, ambientado na cidade, e relatar sua "energia ruim", seus "sujeitos mal-encarados", suas ruas "desorientadoras"[5], confundindo, assim, a percepção do estigma com a palavra ou voz do bairro.

Observa-se, assim, que se os estereotipos das relações sociais em geral podem ser decompostos, desconstruídos na própria interação, o mesmo não é possível, aparentemente, para os estereótipos do estigma, ainda mais em sua configuração midiática. Isso ocorre porque o estigma esconde a História: mascara-a a partir de uma naturalização na "realidade". Suas marcas visíveis e expostas, sua corporeidade, fazem com que o sujeito não precise se perguntar sobre a linguagem ou a construção socio-histórica; afinal, o real já está bem à sua frente, evidenciado no que deve ser naturalmente visto. Não é por acaso que Goffman (1988:11) associa o estigma às marcas e cicatrizes, que, na Grécia antiga, caracterizavam "alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava". O estigma é, portanto, uma representação social que funciona como uma âncora perversa, pois renega suas origens e sua construção humana mais evidente: o fato de ser, ele próprio, constituído na linguagem, na sociedade, na cultura e na História e, por isso, sempre capaz de ser disputado e desconstruído. A luta por transformar o estigma é, desse modo, uma luta sutil, visto que, muitas vezes, este não é nem tido como um problema, dada a sua naturalização nas relações sociais. Naturalização quase "tátil", corpórea, sensível, comovente.

Aqui, retomamos o *ethos* como esse fluxo sensível da instância que enuncia, no caso o jornal. Fluxo, porque, uma vez que permite a construção de um só corpo, possibilita a "comoção" (co-emoção). É a partir desta comoção que as figuras ou estereótipos podem saltar "de boca em boca" com muito mais facilidade e rapidez. O *ethos* possibilita que a palavra Coque não apenas cause uma comoção, como também convoque o leitor para que participe radicalmente nela. É na dispersão de uma palavra com sentido tão denso que uma representação social aparentemente sólida pode se espraiar na realidade social e no discurso. Se, no discurso jornalístico, a palavra ganha marcas que a identificam enquanto "corpo e

[5] Essa dimensão de corporeidade do Coque será retomada mais adiante na presente análise.

caráter" para os co-enunciadores, o próprio fenômeno social do jornalismo faz com que o Coque se torne marca dentro do espaço público constituído pelas mídias. A conseqüência disso é justamente o uso cotidiano da palavra Coque associada às conotações sociais de *perigo, morte, atenção.*

A palavra Coque, ao se impor como um contexto de fala, traz uma pausa na situação de enunciação, e instaura, necessariamente, seqüências cotextuais relacionadas ao medo – graus de medo distintos, se quem fala é um morador ou um visitante do bairro. Além disso, atualiza uma memória que se faz entender como o imperativo "*proteja sua vida*", no caso do visitante, e "*atenção, perigo*" no caso do morador. Diríamos que, a partir do *ethos* discursivo do jornal sobre o bairro, a palavra Coque surge marcada ao mesmo tempo em que marca a cidade, constituindo, assim, um *ethos* próprio que se habitualiza no jornal. Torna-se, então, uma assinatura, uma marca viva. Faz com que os sujeitos que venham a se deter sobre ela se reportem à mesma entoação.

> As entoações são valores atribuídos e/ou agregados àquilo dito pelo locutor. Esses valores correspondem a uma avaliação da situação pelo locutor posicionado historicamente frente ao seu interlocutor. O falante, ao dar vida à palavra com sua entoação, dialoga diretamente com os valores da sociedade, expressando seu ponto de vista em relação a esses valores. São esses valores que devem ser entendidos, apreendidos e confirmados ou não pelo locutor. A palavra dita, expressa, enunciada, constitui-se como produto ideológico, resultado de um processo de interação na realidade viva. (STELLA, 2008:177)

O tom do Coque, contudo, é apreendido e confirmado no sentido do estigma: é aí, como observamos, que se soma ao *ethos* e à Tradição. Se a Tradição discursiva induz a instância de enunciação a reportar a palavra Coque sempre para a mesma *posição de fala do sujeito*, o *ethos* traz aos olhos do leitor a imagem "guardada" produzida pelo próprio enunciar do jornal sobre o Coque. Constitui-se, assim, a palavra "Coque" como um vírus que se infiltra e delimita o momento em que se enuncia, instaurando o medo, conforme a matéria analisada. A vocação enunciativa da palavra Coque estaria sempre comprometida.

> De fato, é sobretudo, um processo de "interpelação" pelo discurso, para retomar uma fórmula althusseriana, definindo o que se requer para poder enunciar, o discurso "filtra" a aparição, no campo da palavra, de uma população enunciativa distinta. Chamemos *vocação enunciativa* às condições assim postas por uma formação discursiva para que um sujeito nela se inscreva, ou melhor, se sinta "chamado" a inscrever-se nela. Assim, trata-se menos de um procedimento de seleção explícita (ainda que possa às vezes tomar essa forma) do que de um ajustamento levando a se excluírem aqueles que não têm as qualificações exigidas ou a possibilidade (por qualquer razão) de dotar-se delas. (MAINGUENEAU, 2005:137)

Conforme exposto anteriormente, o *ethos* discursivo depende de três incorporações: a do fiador ou instância subjetiva dentro do discurso, a do co-enunciador ou leitor que entra em relação com essa instância e o corpo único construído a partir da identificação total do leitor com o fiador, que possibilita a crença final no que está sendo dito. Aqui, importa examinar esse último momento em que leitor e fiador se fundem, momento esse que traz repercussões profundas no social, uma vez que possibilita, justamente, o nascimento conjunto do discursivo com o social.

Tal fenômeno pode ser compreendido segundo Maingueneau (2008: 94), ao trazer à tona o conceito de *particitação*, que se caracteriza por ser sistema de citação singular que une a ação de enunciar e a de citar ao mesmo tempo. Diz respeito a uma "certa forma de mobilizar o aparelho enunciativo, ao qual estão associados, de modo regrado, alguns gêneros de discurso e alguns marcadores lingüísticos". É um enunciado "citado", porém autônomo; uma citação que é reconhecida pelos destinatários sem que o enunciador deixe claro sua fonte ou que exista um verbo *dicendi* introdutor.

> "O enunciado citado é apresentado em seu significante, dentro de uma lógica de discurso direto, mas levada ao extremo: não se trata apenas de simular – como geralmente ocorre no discurso direto -, mas de restituir o próprio significante" (MAINGUENEAU, 2008: 94).

O mais interessante do conceito de particitação, contudo, é que o enunciador, ao citar, mostra sua adesão ao enunciado citado, mostra que "pertence àquilo que se poderia denominar um tesouro de enunciados de contornos mais ou menos fluidos, indissociável de uma comunidade onde esses enunciados circulam e que, precisamente, se define de maneira privilegiada por compartilhar tal tesouro". O enunciador pressupõe ainda, de forma pragmática, que não apenas ele, mas também o destinatário de sua particitação, são membros dessa comunidade: ele apenas cita o que qualquer membro da comunidade citaria.

Maingueneau (2008: 95) afirma que parece ser difícil delimitar um sistema dos modos de particitações, uma vez que eles estão imbricados com as diversas situações sócio-históricas. Distingue, então, "diversas famílias de particitação", a partir de seus funcionamentos pragmáticos. São elas: a enunciação proverbial, o adágio jurídico, a particitação humanista, o tesauro bíblico e as particitações militantes, que incluem o slogan e o grito de torcida. "As particitações militantes reforçam a coesão de uma coletividade, opondo-a a um exterior ameaçador (...). Diferentemente das particitações sentenciosas, as militantes são produzidas por um enunciador coletivo" (MAINGUENEAU, 2008:103). Esse enunciador militante é formado por toda a coletividade que se opõe ao "exterior ameaçador".

Na matéria abaixo (VIDA URBANA, Capa, 25/10/2003) vemos o negrito destacando o nome Coque. A escolha por esse "estilo" revela que o nome Coque tornou-se referência emblemática da violência na cidade.

SÁBADO, 25/10/2003

VIDA URBANA

INCLUI ESPORTE

Passageiros de ônibus assaltados no Coque

Bandidos agiram apesar de reforço do policiamento

Menos de 48 horas após o início de uma operação especial da Polícia Militar

**Figura 5** Passageiros de ônibus assaltados no Coque (VIDA URBANA, Capa, 25/10/2003)

Embora seja não-usual ver o slogan como algo que se opõe a uma ameaça externa, de fato, essa participação funciona dessa maneira, convocando o leitor/co-enunciador a aderir a um referencial em que estaria mais protegido. Esse é o motivo pelo qual a torcida militante e o slogan funcionam na mesma família de participação. Encontramos na matéria acima também as relações que fundam o Coque enquanto marca na cidade. O nome "Coque", destacado em negrito, é a própria ameaça. Embora Maingueneau não tenha trabalhado especialmente essa variação do slogan, acreditamos que há aqui uma aproximação interessante:

> O *slogan*, a exemplo do provérbio, só pode ser repetido. o *slogan* se caracteriza como duplamente repetível: ele reclama um lugar de participação (cartaz, panfleto, o mesmo *slogan* em diferentes suportes); além disso, ele é indefinidamente repetido por aqueles que lhe dão destaque. (...) Ele implica ainda um *ethos* apropriado (...), um *ethos* que marca um empenho total da pessoa. (MAINGUENEAU, 2008:104)

Como vemos, o que há de viável na analogia do nome "Coque" como uma marca/slogan da violência da cidade é a sua participação nos diferentes gêneros jornalísticos examinados (editorais, cartas, matérias, notinhas) e o seu "empenho total" a partir do *ethos* jornalístico. Em outras palavras, não há chance do sentido sobre o Coque ser diferente; está-se

falando, justamente, de uma marca que diz: "Um nome de comunidade que, há bastante tempo, provoca medo".

O que seria um sucesso para um produto publicitário torna-se aqui um fenômeno extremamente danoso para aqueles que estão à parte, os moradores do bairro, os quais, como vimos, não são alocados como "enunciadores", mas, sim, como uma "totalidade" de ameaças. Ameaças que justificam, portanto, o estigma. Essa marca funda também o próprio *ethos* do jornalismo sobre o Coque, ao remeter-se à construção de representações sociais previamente constituídas, com seus estereótipos próprios.

Bakhtin indica esse *imbricamento* da palavra na vida cotidiana: são os contextos ou as situações de uso que marcam as palavras. "Isso significa que esse enunciado implica muito mais do que aquilo que está incluído dentro de fatores estritamente lingüísticos, o que vale dizer, solicita um olhar para outros elementos que o constituem" (BRAIT & MELO, 2008:67). Portanto, se é natural que o discurso jornalístico utilize expressões como "morre mais um no Coque" ou "Coque" como *olho*[6] de uma matéria sobre violência, é igualmente natural que o *ethos* social do Coque – o de ser um local violento – vá sendo retroalimentado, ao passo em que a percepção dos olhos de quem vê a cidade delimite as fronteiras ("características físicas") e o solo "perigoso" ("características morais") do Coque a partir de uma cifra, a própria palavra "Coque".

> Esta repetição, por um processo de insistência sobre um mesmo campo, é o que associamos a redundância enquanto freqüência. A redundância como freqüência, que pode ser considerada como rebatimento sobre um campo, está, naturalmente, ligada uma rede específica (de referências) e envolve sempre uma educação, adaptação ou modelagem para tal (GOMES, 2008: 54).

No que diz respeito à disciplina – no sentido normalizador do termo – da linguagem, percebe-se que a ressonância do estigma institui um léxico, como a palavra Coque, na própria figura da violência. Assim, o Coque se torna, ao mesmo tempo, a "marca" e a "pedagogia" da violência, na medida em que ficam ocultadas as instâncias subjetivas, técnicas e físicas que o constroem dessa forma. Conforme Gomes (2008: 54):

> Trata-se sempre de um aprendizado sobre o modo de ser e viver que diz respeito a um mínimo isolamento de campo efetuado por uma palavra, pelo conjunto destas que se mostra no recorte maior de uma língua. (...) Acrescentem-se ao recorte, operado pelas palavras, as formações discursivas que, num certo sentido são as tomadas ideológicas e estas nos darão a verdade de cada tempo ou lugar.

[6] Recurso jornalístico que estabelece um destaque para certo trecho da matéria ao longo do texto.

Retornamos assim ao ponto técnico e simbólico comum que são as mídias, na medida em que se evidencia o profundo entrelaçamento do tema do estigma com a própria compreensão do jornalismo enquanto dispositivo. No estigma, o jornalismo encontra uma fonte fértil de sua própria existência e do seu diálogo efetivo com o leitor. Naturaliza-se, assim, o próprio caminho do estigma na prática do jornalismo. Contudo, a partir de uma bela metáfora de Mouillaud (2002:38-39), nota-se que a informação é bordejada, à maneira de um traço negro, por uma orla. Embora essa orla oriente o que pode ser visto e o que deve ser sabido, ainda assim, há a possibilidade desse limite ser ultrapassado. Segundo o autor, é justamente na sua função informativa que o jornalismo possibilita compreendermos que existe o que não está no discurso jornalístico. É pelo movimento polêmico dessa instituição em se apropriar do real para falar dele e sobre ele que terminamos sabendo que há sempre um real à espera, capaz de ser recompreendido.

> É necessário sobrecarregar o "eis aqui o que você deve ver ou saber" de um existe algo que você não saberá". Parece-nos que toda e qualquer informação engendra o desconhecido, no mesmo movimento pelo qual informa: inicialmente, porque produzir uma superfície visível induz um invisível como seu avesso(...): um invisível que não pode ser mais destacado do visível; o avesso de um tecido não pode ser de seu direito. (MOUILLAUD, 2002: 39)

Temos, assim, uma resposta interessante sobre o Coque-estigma: o Coque permanentemente enquadrado, disciplinado e habitualizado como um espaço de medo na cidade. É dentro do slogan que faz do Coque a ameaça, dentro do *ethos* jornalístico que transmite as figuras estereotipadas, dentro da reiteração que faz da violência uma rotina, que encontramos os limites da informação sobre o Coque. E se perguntássemos: como foi possível que tal estigma acontecesse? Como foi possível que esse efeito de medo fossem privilegiado em detrimento de outros? Sim, porque, independentemente do que se possa re-dizer ou reiterar, há, para além da informação que vincula o Coque ao medo e à violência uma compreensão socio-histórica capaz de apontar caminhos de compreensão mais amplos.

# 4. PERCURSO METODOLÓGICO

Antes, mostramos como a linguagem constituía o real a partir de operações simbólicas que disciplinavam a realidade a partir da eleição de semas (unidades de sentido). Vimos como esses semas constituíam figuras e temas que por sua vez reconstituíam a realidade. Examinamos assim o processo no qual a linguagem se faz no real ao mesmo tempo em que o reconstitui. Nesse processo, identificamos com o jornalismo era um dispositivo-chave capaz de multiplicar as figuras e temas constituídos na linguagem a partir de dispositivos comunicacionais próprios, entre eles, a própria noção de *ethos* que, como vimos, se trata de uma propriedade específica da linguagem que é redimensionada a partir da atuação das mídias. Foi assim que mostramos como a associação do Coque a figuras e temas da violência ocorria a partir de um determinado fazer jornalístico sobre o bairro. Chegamos, por fim, ao sentido de que as figuras e temas, tais como apresentadas pelo *ethos* do jornalismo sobre o Coque, o fundavam continuamente no sentido do estigma, sendo, portanto o nome "Coque" um slogan de violência na cidade.

No entanto, uma questão de base, atenta ao nosso objeto de pesquisa, se fez presente. De onde os temas e figuras da violência surgiram? Até agora havíamos nos detido a explicar a forma pela qual eles se manifestavam na realidade discursiva e social, mas permanecíamos sem saber exatamente quais foram as condições que fizeram com que estes temas e figuras surgissem. Para encontrar a resposta a este questionamento recuamos a um aporte analítico de discurso capaz de mostrar, ao mesmo tempo, a história presente dentro dos textos, de um lado, e os textos, eles próprios, do outro. Assim, entendemos que a compreensão de uma representação como a do Coque, enquanto uma figura de violência, precisaria ser investigada à luz de uma compreensão sócio-histórica profunda, uma vez que não seria possível compreendermos a existência de tal violência no texto jornalístico sem lidarmos com toda a realidade social em que esta fazia sentido.

Nesse manuseio, fomos orientados, de um lado, por proposições foucaultianas, que nos autorizavam a olhar esse conjunto de reportagens do Diario de Pernambuco buscando uma certa história discursiva sobre o Coque, e, de outro, na análise dos textos, por uma metodologia de inspiração semiótica. Não empreendemos, por isso, uma análise arqueológica nos termos focaultianos, visto que o discurso "em sua versão arqueológica, não poderia ser confinado nos limites de um texto, de uma obra, de uma ciência, e nem mesmo de um domínio circunscrito de objetos" (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008:61). Nos termos foucaultianos, o discurso designa "um espaço de dispersão, de reminiscências ou de apagamentos de

enunciados". Designa, nessa acepção, "um artefato construído para e por um procedimento de análise que terá a função de situar e configurar, em um dado espaço-tempo, enunciados em arquivo" (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008:61). Já na perspectiva semiótica, o enunciado-discurso remete à manifestação: o enunciado é aquilo que resulta do ato de enunciação. Designa a colocação em discurso de estruturas virtuais da língua.

Se, de um lado, Foucault e toda a tradição da análise do discurso convidam-nos a problematizar mais diretamente *porque* um texto diz o que diz, quais, dando ênfase às disputas de sentido, as suas condições de sua produção, por outro, o aporte semiótico de herança greimasiana pode nos ajudar a mostrar como, efetivamente, essas relações que determinam a própria existência dos enunciados-discursos manifestam-se em estruturas de linguagem. A linguagem, afinal, enunciada, revela as instâncias de enunciação. Como nos diz Bertrand (2002: 299):

> Não há nada de espantoso de aceitarmos a idéia de que as estruturas e as relações entre actantes, reconhecíveis no interior do discurso enunciado, são as mesmas que estruturam a realidade enunciativa das interações. A narrativa é uma cenografia exemplar do discurso em ato.

No mesmo sentido, Fiorin (2010) vai afirmar que a História é interna ao sentido, assim "estudar a historicidade inerente a um texto é, assim, analisá-lo do ponto de vista das relações que um texto mantém com outro" . Logo, a compreensão da historicidade se dá pela sua inscrição no discurso.

> Isso é que é integrar a história sob o primado da forma. (...) A questão que se coloca é se é legítimo analisar a historicidade dessa maneira. Em primeiro lugar, ela será examinada nas relações entre textos. Com isso, não estaríamos elidindo o real em favor de sua representação? Para diferentes teorias linguísticas (talvez seja esse um ponto quase consensual nas teorias da linguagem), não temos acesso direto à realidade, pois nossa relação com o real é sempre mediada pela linguagem. Ele apresenta-se para nós sempre semioticamente, ou seja, linguisticamente (...), o que implica que nosso discurso não se relaciona diretamente com as coisas, mas com outros discursos, que semiotizam o mundo. (FIORIN, 2010)

Assim, pontuamos o caminho aqui adotado a partir de uma clara inspiração em uma história discursiva (arquivo) de inspiração foucaultiana (FOUCAULT, 1979) – ancorada na Análise do Discurso francesa – e um modelo teórico-metodológico de análise, de outro, o percurso gerativo de sentido de inspiração greimasiana (GREIMAS, 2008). A herança foucaultiana nos indica que tínhamos como premissa, para apreendermos o texto que estava posto à nossa frente, com 1.209 notícias, apreender também as relações sociais e históricas que

permitiam que esse texto fizesse sentido. Por outro lado, a semiótica francesa nos mostra que, para realizar essa apreensão das figuras da violência dentro do *corpus*, precisaríamos compreender *como*, dentro do texto, aquelas figuras poderiam ser reconhecidas. Uma vez que as figuras são apenas conteúdos que tentam simular o real, utilizamos outra categoria discursiva dentro da semiótica, os temas, que são justamente os conectores abstratos, de natureza puramente conceitual, os quais nos permitem explicar o sentido por detrás dessas figuras.

Em resumo, tanto os temas nos encaminhavam a investigar a realidade para apreendermos os sentidos, como também o modelo foucaultiano que privilegia as imbricadas configurações entre história e discurso nos impulsionavam nessa direção. Dupla investigação, portanto, que tem a história e as condições sociais de um lado e o discurso do outro, embora, ambas retornem à historicidade para explicar o porquê do sentido.

Antes, porém de termos nos dedicado a investigar como a violência era possível de ser compreendida enquanto temas e figuras dentro do texto e esta imbricada relação com a realidade sócio-histórica, percebemos algo inesperado. À medida que nos dedicamos à leitura do *corpus*, começamos a ver figuras e temas que a princípio não diziam nada da violência (nem deixavam de dizer): eram figuras que mostravam policiais, moradores do Coque, Deputados, Assembléia dos bairros, secretários de Governo, tratores, delegados, vice-governador, Governador, Presidente, chefe de operações, associações comunitárias ao lado do que já esperávamos: traficantes, bandidos, marginais, estupradores. E os temas que surgiam eram os mais diversos: manifestações sociais, furtos no Recife, inauguração de obras públicas, reforma urbana, reivindicação por direitos, apresentações culturais, operações policiais, assassinato de jovens, limpeza de canais, serviços sociais básicos, violação dos direitos sociais, etc. De fato, do mesmo modo que afirma Fiorin (2010), verificamos que "quando confrontamos discursos, verificamos que eles se negam, invertem um ao outro, cancelam-no, retomam outros, fazem sínteses".

Debruçamo-nos aqui um bom tempo na tentativa de olhar, dentro desses trinta e sete anos do corpus, como foi possível que aquelas figuras e temas que não tratavam exatamente da violência tivessem surgido. Buscamos identificar recorrências entre os temas e figuras, verificando quais elementos de significação (e não simplesmente as palavras) se repetiam ao longo do texto. Ao encontrarmos uma série de elementos semânticos parecidos, observamos que houve um "desdobramento das categorias semânticas ao longo do discurso" (BERTRAND, 2002: 186), isto é, "uma isotopia temática e figurativa", e que, assim, tornava-se coerente

afirmar que aquelas figuras e temas, no nível discursivo, se assemelhavam ou se diferenciavam entre si.

A percepção das relações semânticas, por sua vez, nem sempre esteve evidente, e, por vezes, não aparecem termo a termo, pois estão implícitas. Dessa maneira, coube a nós abrirmo-nos para o discurso, de forma a nos responsabilizarmos por realizar as conexões necessárias. Como afirma Bertrand (2002: 187)

> Se considerarmos, com os gramáticos, que as grandes regras de coerência textual se apóiam na repetição e na progressão, a isotopia aparece propriamente como um dos instrumentos de tais regras: ela assegura a repetição, pela recorrência, dos elementos semânticos que se repetem, de uma frase para a outra, garantindo a continuidade figurativa e temática do texto (...) Provê também a progressão, ou seja, o aporte de informações novas por sobre o fundo da continuidade ao longo dos enunciados, quando os traços semânticos são selecionados, assumidos e desenvolvidos na alternância e encadeamento dos "temas" e comentários

Ao termos analisado o discurso e identificado suas isotopias figurativas e temáticas, estabelecemos o seu *sentido geral*, isto é, passamos a entender o percurso no qual o que foi dito sobre o Coque surgiu. Segundo Bertrand (2002: 189)

> A análise textual consiste precisamente em selecionar e justificar uma ou várias isotopias que comandam a significação global. Compreende-se que a escolha de tal isotopia é estratégica: ela é responsável pela interpretação *in fine* do texto, e é ela que irá fundar-lhe a coerência.

Uma vez identificadas as isotopias temáticas e figurativas, vimos que havia uma diversidade de figuras que, mais ou menos, representavam a ação de três sujeitos: o Estado, a Polícia e o próprio Coque. Sempre iríamos encontrar a ação desses três sujeitos, não importa com quais revestimentos figurativos estivéssemos lidando. Ancorados pela semiótica, percebemos que este era um segredo do discurso: toda a diversidade de figuras encontradas seguiam percursos mais ou menos delimitados, os quais mostravam, sempre, sujeitos indo em busca de determinados objetos.

Por exemplo, Moradores do Coque desejando a posse da terra, Moradores do Coque realizando manifestações, Moradores do Coque denunciando violações. Íamos, então, entendendo que a intencionalidade dos textos também estava conectada diretamente à escolha desses sujeitos para serem actantes dentro da narrativa. Segundo Bertrand (2002:96-97): "Essa intencionalidade se deduz da realização do ato de fala, assim como a intencionalidade de uma personagem da narrativa se lê, posteriormente, seguindo de trás para frente, as transformações dos estados de coisas que ela provocou". Logo, ao analisarmos esses sujeitos encontrados,

poderíamos apreender também sobre as instâncias de enunciação que o produziram, e vice-versa, afinal "a análise do sujeito enunciador, apreendido como um actante-sujeito cujo objeto é o 'enunciado-discurso', pode ser submetida às mesmas regras que regem, no interior do enunciado, a realização do próprio discurso" (BERTRAND, 2002:97). Em outras palavras, ao final, não estávamos fazendo um trabalho estrito sobre o discurso, mas sim sobre toda uma configuração de discursos presentes na história e na sociedade que, de alguma forma, se encontravam nas particularidades do texto.

Esse nível mais sutil que encontramos, por detrás das figuras e temas, chamamos nível narrativo[7]. Se estávamos frente a uma diversidade de figurativizações e tematizações sobre o Coque, percebemos que havia uma característica básica: determinadas figuras encadeavam-se seguindo regras invariantes. Identificamos, assim, que as diversas figurativizações do Estado, por exemplo, obedeciam a um percurso específico no qual este buscava o desenvolvimento econômico ou social. Os moradores do Coque, que tomamos como ilustração anteriormente, pareciam, seja a partir de reivindicações ou desejos, efetivarem um determinado reconhecimento social baseado na dignidade de sua gente. Esse objeto de busca, a dignidade, buscado pelos sujeitos (actantes), é chamado pela semiótica de objeto de valor (GREIMAS, 1979).

Levando-se em conta as considerações acima, notamos que toda a variedade do *corpus* obedece a percursos de sujeitos que se mobilizam a partir da intenção de alcançarem o objeto de valor, no caso de estarem afastados dele, ou de manterem-se com ele. A semiótica traduz o percurso do sujeito a partir de um programa narrativo de base representado na função: S ∩ O[objeto de valor] ou S U O [objeto de valor], sendo S, o Sujeito; ∩, o símbolo da conjunção; U o símbolo da disjunção e O o objeto de valor visado. Assim, quando tentamos entender a figurativização do *corpus* analisado, verificamos que existia, por detrás das várias figuras e temas, uma narrativa para cada actante, com um respectivo programa narrativo (GREIMAS, 1979).

Logo, não era mais a violência o nosso principal objeto de pesquisa, mas, sim, entender quais foram os actantes narrativos que se destacaram dentro do fazer jornalístico sobre o Coque e principalmente como esses actantes puderam surgir dentro do texto. A partir da identificação desses actantes, e da compreensão do surgimento destes, localizaríamos a violência de uma

[7] Para a semiótica (BARROS, 2007), existem, nos textos, três níveis: fundamental, narrativo e discursivo. O sentido surge justamente a partir da articulação entre esses três níveis, sempre do mais sutil ao mais expressivo, isto é, o discursivo. Chamamos essas etapas que vão do fundamental ao discursivo de "percurso gerativo de sentido" que nos permite compreender de que formas os sentidos são realizados, isto é, como eles dizem o que dizem.

forma mais global, tanto quanto uma figura e tema dentro do texto, quanto a uma correspondência a determinado sujeito, sendo, ambos, figuras e actantes, constituídos sócio-historicamente. Desse modo, detivemo-nos em reduzir a diversidade das figuras e temas apresentados anteriormente à  programas narrativos de sujeitos-actantes. Destarte, em relação aos discursos do Coque no Diário de Pernambuco entre os anos de 1970 e 2007, encontramos os seguintes sujeitos actantes e os respectivos desdobramentos no em temas e figuras:

- **Sujeito Estado**, cujo programa narrativo de base é S ∩ O [Desenvolvimento] figurativizado a partir de vários órgãos governamentais e secretárias, tematizado em ações de saneamento básico, alargamento de ruas, proteção social.
- **Sujeito Polícia**, cujo programa narrativo de base é S ∩ O [Ordem], figurativizado a partir de delegados, chefes de operação, policiais, tematizado em megaoperações, realização de blitz, prisão de bandidos.
- **Sujeito Coque**, cujo programa narrativo de base é S ∩ O [Dignidade] figurativizado a partir de moradores, associações comunitárias, ONGs, tematizado em ações de luta e reconhecimento de direitos e manifestações culturais.

Para entendermos melhor o nível em que esses sujeitos actantes surgem, o narrativo, é necessário pontuarmos que, dentro da Semiótica, a análise narrativa é tributária direta de V. Propp, uma vez que foi através dos estudos deste pesquisador russo que se pode reconhecer projeções paradigmáticas que dão a aparência de uma estrutura narrativa ao discurso. Essas projeções põem em relação diferentes sentidos, devido à aproximação ou afastamento do sujeito do seu objeto desejado.

Para Propp, há uma recorrência de três provas que articulam o conjunto dessa narrativa: a prova qualificadora, a prova decisiva e a prova glorificadora. Como se baseou no conto fantástico russo, Propp demonstra que todos os sujeitos possuem uma missão baseadas em um Destinador e este impulsiona o sujeito a se candidatar a primeira prova, na qual se verificará se possui as qualidades exigidas para obter o objeto de valor que deseja. Após o empenho do sujeito, caberá a ele passar por uma prova decisiva, que conferirá ou não o bem desejado, fazendo com que ele possa ser reconhecido e glorificado na última prova, sendo, assim, realmente reconhecido como um herói. O que está em questão, em todas essas provas, nos diz Greimas (1979:13-14)

> É a qualificação do sujeito, manifestada sob diversas formas (rituais de iniciação, ritos de passagem, concursos e condecorações); a realização do sujeito na vida, considerada como um espaço virtual em que o homem é

> convocado a preencher pelos seus actos, executando alguma coisa e revelando-se a si próprio no mesmo gesto; o reconhecimento, esse olhar do outro que atribui os actos ao seu autor e o constitui em seu ser.

Dessa maneira, os sentidos variam tão numerosamente quanto são as combinações possíveis de ação do sujeito. "O agenciamento proppiano sugere-nos a possibilidade de ler qualquer discurso narrativo como uma busca do sentido, da significação a ser atribuída a acção humana: o esquema narrativo aparece, portanto, como a articulação organizada da actividade humana que o erige em significação" (GREIMAS, 1979:14).

No entanto, embora as três provas proppianas sucedam-se umas às outras temporalmente, não há necessidade lógica de que a prova decisiva seja antecipada pela prova qualificadora, afinal "quantos exemplos de sujeitos competentes que nunca passam à acção, quantas acções meritórias nunca reconhecidas" (GREIMAS, 1979:15). As provas, contudo, são quem nos permite reconhecer o sujeito e identificarmos sua qualificação. Assim, temos a construção da narrativa, a partir da consecução – ou não – da tarefa a qual o sujeito foi incumbido.

No que diz respeito ao desempenho dos sujeitos em relação ao objeto de valor, há uma divisão entre aqueles que são os *sujeitos de estado* e os *sujeitos de fazer*. Os primeiros são aqueles que, dada a sua junção (seja conjunção ou disjunção) com o objeto, podem dizer que o possuem ou não, definindo-se assim pelas suas propriedades qualitativas e/ou atribuições. Estes só podem ser reconhecidos enquanto tais sujeitos na medida em que se relacionam com os objetos de valor. Os segundos são aqueles que, operando junções, transformam os sujeitos de estado. A definição do sujeito, portanto, só se torna possível a partir da relação deste com o objeto almejado. Assim, a representação canônica do sujeito tem como base um enunciado de estado sintetizado na seguinte expressão: S U O ou S ∩ O. Como deixa claro Greimas (1979:18) uma tal formulação tem a vantagem de permitir definir cada actante do esquema narrativo, num determinado momento da narração, pelo conjunto de enunciados de estado que o constituem.

Para Greimas, o lugar privilegiado da narrativa é a prova decisiva, na qual o sujeito-herói está apto a realizar a missão a que está incumbido. No entanto, para realizar essa ação, é preciso que haja uma competência e que esta competência designe a performance do sujeito em obter o que deseja. A competência, como nos diz Greimas, é da ordem do que faz ser.

> Conseqüentemente, é a *estrutura do enunciado* de estado que deve ser tomada como ponto de partida para seu exame, e o *sujeito competente* deve, em primeiro lugar, ser definido como a ajuda de propriedades que lhe estão

> conjuntas e que constituem o conjunto de restrições que o especificam como um sujeito de estado[8]. (Greimas, 1979:23)

À essa instância, Greimas alerta para a percepção de que o sujeito não é uma "simples sucessão de papéis actanciais que assume", mas, ao contrário, ele é cada estado do percurso, é o conjunto organizado dos papéis actanciais adquiridos, que o "<<herói>>, por exemplo, é somente o sujeito considerado no instante em que sai vitorioso do seu com decisivo, mas que tem atrás de si todo um <<passado>> que, desde as suas <<infâncias>> e através das provas, o fez como é" (GREIMAS, 1979:26).

O sujeito possui, então, uma competência em latência, a qual, para afirmamo-lo como sujeito competente, se caracteriza como um programa narrativo atualizado, porém não realizado. Esse mesmo sujeito também deve estar dotado de marcas, isto é, de um conjunto de condições ou modalidades de querer e/ou dever e de poder/e ou saber fazer que o permitem ou não alcançar o objeto de valor. É válido lembrar que "a competência nem sempre é positiva, podendo ser insuficiente ou mesmo negativa, assim como a performance, que pode ser bem sucedida ou conduzir a um fracasso" (GREIMAS, 1979:24).

Isso posto, é necessário perguntar: uma vez reconhecido o sujeito competente e levando-se em consideração os enunciados de fazer que conduzem à transformação e a um novo enunciado de estado, de que forma o sujeito forma sua competência? Para Greimas (1979), a formação da competência aparece como "*estado do sujeito*", mas esse estado revela uma seqüência previsível de programas narrativos que irão produzir o enriquecimento progressivo do sujeito até a consecução da performance. Todas as provas, contudo, que nos levam a impressão do sujeito ser vitorioso ou perdedor, revelam a figura do Destinador, que, junto com o sujeito e o anti-sujeito (ou adversário/traidor), são a tríade das estruturas actanciais na narrativa.

É o Destinador que viabiliza o contrato que irá se desenvolver na narrativa, sendo a execução desse contrato o próprio percurso do sujeito, no qual haverá, ao fim, o reconhecimento do Destinador. Desse modo, o sujeito, entendido como sujeito do fazer, atravessa sucessivamente três modos de existência semiótica: o sujeito virtual, o sujeito atualizado e o sujeito realizado.

O sujeito atualiza o valor do objeto, ao mesmo tempo em que sua conjunção com o este faz com que o próprio sujeito seja atualizado. Como afirma Greimas, temos toda uma série de

---

[8] Essas restrições são: a) o sujeito de fazer e o sujeito de estado estarem reunidos em um único actante narrativo, b)o sujeito deve almejar um objeto no qual haja um valor descritivo. C) o programa narrativo, para ser aplicado, deve ser realizado no própria narrativa estudada, estando o fazer exercido ao resultado inscrito no enunciado de estado.

desenvolvimentos possíveis a partir da performance em que renúncias e privações criam novos eixos narrativos, incitam o surgimento de novos percursos. Pode-se, assim, construir uma tipologia de sujeitos que, competentes, trocam entre si objetos de valor.

Greimas, no entanto, mostra que a narrativa é muito mais complexa – ou dupla –, do que imaginamos, pois, se existe uma a relação das provas realizadas pelo sujeito, há, também uma outra história, a do anti-sujeito ou traidor, que, naturalmente, se opõe ao sujeito na busca pelo objeto de valor. Como ressalta o semioticista, essas duas narrativas do sujeito e antisujeito se cruzam e interpenetram-se, distinguindo-se, apenas, formalmente, pela sua *coloração moral* diferente, positiva ou negativa.

> Esta longe de ser uma característica constitutiva da narrativa, é somente uma sobredeterminação secundária e variável: o traidor proppiano, sobredeterminado negativamente, tem um comportamento comparável ao do Pequeno Polegar, herói positivo; o Ogre, apresentado como <<traidor>>, não se distingue essencialmente devido à sua modalização por poder-fazer em estado puro, do heróico Roland recusando-se a tocar a trombete, e a recorrer assim a um <<saber-fazer>> (GREIMAS, 1979:15).

Constatar essa duplicidade possível da narrativa é identificar também que estamos sempre lidando com dois percursos narrativos.

> Estes percursos podem-se desenrolar separadamente, dominando um deles, por exemplo, o início e o outro o final da narração: é necessário, entretanto, que eles se encontrem e se sobreponham num dado momento, para produzir uma confrontação dos sujeitos que constitui, por conseguinte, um dos eixos do esquema narrativo (GREIMAS, 1979:16).

Essa confrontação, contudo, pode ser polêmica ou transacional, manifestando-se ora por um combate, ora por uma troca, permitindo assim dividir as narrativas de duas maneiras: aquelas em que predomina a luta, de um lado, e aquelas que privilegiam o contrato, do outro. O ponto comum das confrontações – sejam elas de luta ou pacíficas - são os objetos de valor, almejados por sujeitos e por anti-sujeitos. Quando Greimas resume a confrontação a partir de S1 U O ∩ S2, ele demonstra que as variações de conjunção e disjunção para S1 e S2 indicam afrontamentos ou transações, quando um sujeito- se aproxima do seu objeto de valor, ou quando, para desgraça deste último, o anti-sujeito se apodera dele. Assim, ilustra Greimas (1979:16):

> No conto maravilhoso, tais transferências produzem-se várias vezes (o traidor apodera-se da filha do rei, o herói recupera-se e entrega-a a seu pai que a oferece em casamento ao herói), e a etnoliteratura conhece um gênero de narrativas caracterizado pelo encadeamento sem fim de transferências de

> objetos. A narratividade, deste ponto de vista, pode-se definir pela circulação de objetos, constituindo cada transferência um eixo narrativo a partir do qual tudo pode recomeçar.

Como está dito, no nível mais superficial do discurso, os deslocamentos dos objetos são revestidos por configurações discursivas – figuras - de várias ordens, que podem nos indicar regras de circulação dos objetos de valor, de modo que possamos construir tipologias destas configurações. No entanto, como nos alerta Greimas, encobertas pelas configurações discursivas também está uma seqüência de atos efetuados por sujeitos e antisujeitos ao realizarem as transferências dos objetos de valor. "Assim, a circulação de objectos não é, portanto, qualquer coisa de mecânico e de evidente; semelhante a uma bola que, no momento de um jogo de futebol, muda continuamente de campo, o objecto-valor necessita de ser arremessado e apanhado pelos sujeitos performantes" (GREIMAS, 1979: 17).

Como vimos, a violência, nosso primeiro foco de investigação, a princípio, não é objeto de valor de nenhum dos sujeitos-actantes que encontramos, nem tampouco é, ela mesma, um actante que protagoniza a ação, afinal, nem a Polícia, nem o Estado, nem o Coque tem a violência como objeto de valor nem são, em si, personificações da violência. Num primeiro momento, poderíamos pensar que estávamos indo por um caminho equivocado, afinal, já havíamos constatado que a figura da violência era multiplicada a partir dos meios de comunicação, condicionando o Coque no sentido do estigma. Por outro, ainda não havíamos demonstrado como a violência havia surgido dentro do *corpus*, a partir de quais configurações sociais e históricas que permitiam-nos compreender aqueles temas e figuras como os temas e figuras da violência. Para avançar nessa questão, resolvemos colocar os sujeitos actantes, com seus programas narrativos, em uma perspectiva histórica, partir das décadas presentes no *corpus* de um lado e a quantidade de matérias relacionada a cada actante do outro, conforme o gráfico a seguir.

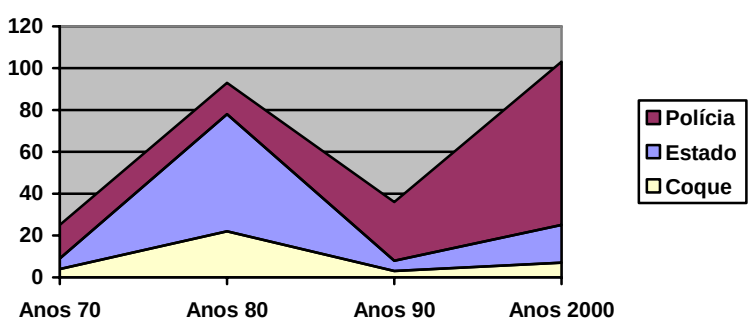



**Gráfico 1**

A materialização desse gráfico nos deu pistas relevantes. Uma vez que o Coque visava à dignidade, talvez ele não fosse, realmente, o protagonista da violência enquanto actante dentro do discurso, mas havia uma grande chance de que, a partir da ação de outro actante, o bairro ganhasse uma conotação de violência no nível figurativo e temático. Como alerta Bertrand (2002), é preciso também estar atento para uma significação implícita entre os temas e figuras, de forma a construir a partir daí as isotopias e as diferenciações necessárias. Aqui, a partir de Foulcault, percebemos que apenas poderíamos estabelecer relações com os temas e figuras da violência e os sujeitos-actantes caso encontrássemos valores de base comuns que constituíssem tanto os temas e figuras quanto os sujeitos. Esses valores, presentes na história e na sociedade, também estavam presentes no discurso e por isso evidenciavam como determinados actantes estavam, implicitamente, diretamente relacionados à violência. Essa constituiu uma importante chave para o presente trabalho.

No capítulo seguinte, serão investigados cada um dos actantes, privilegiando as configurações sócio-históricas nas quais surgiram, os temas e figuras advindos a partir daí e os programas narrativos de seus sujeitos, protagonistas das matérias encontradas. Esperamos assim evidenciar de que forma a violência surgiu a partir da preleção de determinados temas e figuras da violência dentro dos programas narrativos encontrados.

# 5. ANÁLISE DOS DADOS A PARTIR DE TRÊS SUJEITOS

## 5.1. O Sujeito Estado

O primeiro sujeito-actante que iremos analisar é o Estado. Como vimos, no gráfico o sujeito Estado surge nos anos 1970 com uma presença forte e entra em decadência durante a metade dos anos 1980, chega ao auge da queda na década de 1990 e inicia uma tímida retomada na década de 2000. No *corpus* o Estado é representado a partir de toda uma série de figuras: Empresa de Limpeza Urbana, Serviço Social Contra o Mocambo, Governador, Prefeitura, Secretaria de Casa Civil, Divisão de Controle Urbano, etc. De forma geral, recortamos no nome "Estado" as autoridades públicas instituídas a partir da Prefeitura, do Governo estadual e os órgãos sob responsabilidade destes. Como vimos, o objeto de valor do Estado é S ∩ O [Desenvolvimento], logo, afirmamos que todo o interesse do Estado é realizar ações de desenvolvimento em diversas áreas, constituindo assim os temas do Estado: serviços sociais básicos, reformas urbanas, violação de direitos fundamentais, proteção dos direitos fundamentais, incentivo econômico e ações de prevenção à violência. De maneira geral, os temas que abordavam serviços sociais básicos e reformas urbanas foram aqueles que mais se destacaram dentro do *corpus*, sendo a década de 1970 e a primeira metade da década de 80 o momento em que esses temas mais surgiram. Em menor quantidade, encontramos também outros, relacionados à prevenção da violência como *Diretoria da FEBEM quer montar núcleo preventivo no Coque* (01/02/1980) ou a incentivo econômico, como *Coque vai produzir macarrão* (05.07.86).

Algumas matérias mais tópicas traziam também o Estado na figura de protetor dos direitos sociais, como atuando em questões de Justiça ou defendendo a posse da terra dos moradores, dizem respeito à episódios como o ilustrado na matéria *Krause jura: Coque será dos favelados* (CADERNO 1 A, Geral – p.7 - 30.08.1980) na qual encontramos na primeira linha: "Ninguém irá tirar os moradores do Coque de suas terras e a promessa de posse de terrenos será cumprida. A garantia quem dá é o prefeito do Recife, Sr.Gustavo Krause, esclarecendo que lutará em favor dessa comunidade, assim como outras na mesma situação, até alcançar seu objetivo, usando todos os meios legais". São episódios pontuais, que, acreditamos, possuem estrita relação com a presença do próprio Coque enquanto actante dentro da narrativa. Abaixo, vamos ver como o tema da violação dos direitos fundamentais pode ser apreendido dentro do texto.

# Câmara convocada para apreciar proposta de venda da Ilha Joana

O prefeito Joaquim Francisco convocou a Câmara Municipal do Recife para votar em caráter extraordinário a proposta da venda da Ilha Joana Bezerra a um grupo interessado em construir um shopping center no local. A iniciativa do Executivo motivou protestos do vereador peemedebista Pedro Eurico, questionando a urgência da votação, durante o período do recesso.

Segundo argumentou, a matéria envolve alta indagação jurídica, envolvendo questões relativas ao direito de propriedade, além de desencadear um sério questionamento sobre a necessidade de uma destinação social para a área. Diante disso, considera que os parlamentares só poderiam se posicionar criteriosamente a respeito do problema, depois de discuti-lo exaustivamente dentro das comissões de Finanças, Justiça e Obras, que deverão analisar a proposta sem deixar de ouvir as opiniões da comunidade, expressas através de suas entidades representativas, a exemplo do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Associação de Defesa da Natureza, Assembléia dos Bairros e Comissão de Justiça e Paz.

– Tendo em vista que janeiro é um mês de desarticulação, o encaminhamento à Câmara da mensagem de venda da Ilha Joana Bezerra agora representa uma tentativa de resolver a questão sem discuti-la. Nessa medida, Joaquim Francisco deixa de exercer o papel de prefeito do Recife, para apenas defender os interesses do grupo privado interessado na compra do terreno. O assunto exige isenção e cautela e não pode ser tratado com açodamento. É inexplicável que, em vez de seguir a tramitação normal, entrando em votação no reinício dos trabalhos legislativos, a mensagem seja imposta aos vereadores no meio do recesso. Na realidade, trata-se de uma coação, pois não haverá tempo para nenhuma discussão mais profunda sobre o assunto – declarou.

**Figura 6** Tratores vão limpar morros (CADERNO 1 A, Geral p.7 - 09/01/1980)

Na matéria (CIDADE, A4, 09/01/1985) o Sujeito Estado está em busca do Desenvolvimento econômico a partir do programa S U O [Desenvolvimento] figurativizado na venda da Ilha de Joana Bezerra. Para isso, convoca o Destinador Câmara para que ele sancione positivamente a venda. O Sujeito Estado, contudo possui um antisujeito, figurativizado no vereador Pedro Eurico, que mostra que esse objeto de valor, Desenvolvimento econômico, caso seja alcançado, irá se contrapor ao valor social da área. Uma vez que o discurso do deputado é privilegiado dentro do texto e aborda a coação e autoritarismo do sujeito Estado, vemos que se trata de um exemplo da ação do sujeito Estado dentro do tema da violação de direitos sociais. No texto abaixo, na coluna do jornalista Paulo Fernando Craveiro (OPINIÃO, A11, 14/12/1984), há o mesmo programa narrativo S U O [Desenvolvimento], mas dessa vez o antisujeito não possui lugar de fala. Ao contrário, o antisujeito passa a ser discursivizado a partir de termos pejorativos como os “demagogos” vinculados ao miserável território do Coque contrários ao Desenvolvimento, no caso a implementação do shopping que irá beneficiar a

área. O Sujeito, em questão, o próprio jornalista, ocupa a mesma posição do Estado, dotando este último do poder de sancionar negativamente o antisujeito Coque: "O prefeito Joaquim Francisco admite que a construção do centro comercial é a melhor solução para a área".

No Coque ninguém é de ferro. Pernas "pro" ar

Voz alta e baixa

1 Os votos no Colégio Eleitoral serão dados em voz alta pelos parlamentares de pé.

2 Ultimamente, o Brasil andava falando muito baixo. E havia uma hesitação nas pessoas.

3 O cidadão, um ser indireto que pode metamorfosear-se em direto, começa a se recuperar da afonia.

PAULO FERNANDO CRAVEIRO

O desemprego campeia em Pernambuco, mas os demagogos vinculados ao miserável território do Coque reivindicam – ao contrário de apoiar a implantação de um **shopping center** na ilha Joana Bezerra – a construção de minicampos de futebol e de uma quadra coberta.

Reservam-se Cr$ 900 milhões para a compra do terreno. Acena-se com a possibilidade da geração de empregos. O prefeito Joaquim Francisco Cavalcanti admite que a construção do centro comercial é a melhor solução para a área.

**Figura 7** Câmara convocada para apreciar proposta de venda da Ilha Joana (CIDADE, A4, 09/01/1985)

Para entendermos de modo geral como foi possível encontrarmos essa configuração na qual o Sujeito Estado se materializa no discurso na década de 1970 e primeira metade de 1980, precisaríamos recorrer à própria história do país. Segundo Cardoso de Mello & Novais (1998: 560), o Estado brasileiro na história pode ser caracterizado pelo desejo por desenvolvimento econômico. José Luis Fiori (2003) também identifica que as soluções históricas para as crises segundo boa parte das elites que centralizaram o poder no Brasil estavam em uma "guinada à frente", onde a industrialização e modernização ocupavam lugar de destaque. Segundo Cardoso de Mello & Novais (1998: 562-563), foram os anos entre 1945 e 1964 que se caracterizam por um processo de intensa industrialização estatal no país, com a instalação de setores avançados da tecnologia, migrações internas e um ritmo acelerado na economia. Em cinqüenta anos, dizem os autores, dos anos trinta até o início dos anos 1980, o Estado brasileiro havia construído uma economia moderna, mimetizando os padrões de consumo dos países desenvolvidos. A fabricação de aços especiais, de petróleo e derivados (gasolina, óleo diesel, óleo combustível, asfalto, plástico, detergente), as hidrelétricas, o alumínio, o cimento, o vidro

e o papel, as indústrias de alimentos, farmacêutica, têxtil, de confecções, bebidas, cosmética, móveis, enfim, todos os setores produtivos do país cresciam vertiginosamente.

> Desenhamos um sistema rodoviário que cortava o Brasil de ponta a ponta, com algumas estradas de padrão internacional, as primeiras a Via Dutra, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, a Via Anchieta, de São Paulo a Santos, e a Via Anhangëra, de São Paulo a Jundiaí e, depois, até Campinas. Podíamos levantar arranha-céus altíssimos, feitos de aço, concreto e vidro, equipados com elevadores nacionais. Produzíamos automóveis, utilitários, caminhões, ônibus, tratores. (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998: 563)

A presença do Estado também ocorria de maneira forte através dos novos bens de consumo que se integraram à vida dos brasileiros intensamente: surgiram a geladeira, o liquidificador, o secador de cabelos, o chuveiro elétrico, o aspirador de pó, a enceradeira, a máquina de lavar roupa, o ferro elétrico no lugar do ferro a carvão, o fogão de botijão,

> o rádio a válvula deu lugar ao rádio transistorizado, AM e FM, ao rádio de pilha, que de andava de um lado para o outro junto com o ouvinte, (...) o aparelho de som, o disco de acetato, o disco de vinil, o LP de doze polegadas, a fita; a TV preto-e-branco, depois a TV em cores, com controle remoto; o videocassete; o ar-condicionado. (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998: 564)

A modernidade estatal também chegou aos alimentos, que se industrializaram: o tomate vem agora em extratos, surgem as latas de grãos (ervilha, milho), palmito em conserva, leite em pó, leite condensado, iogurte, novos tipos de macarrão e biscoito, surgem as salsichas e outros embutidos, os achocolatados, as batatas chips, o doce de lata. Trouxe também novos hábitos: a cerveja em lata, os salgadinhos, o uísque nacional, os vinhos do Rio Grande do Sul, o cigarro com filtro, o guaraná engarrafado, a Coca e Pepsi-Cola; os sorvetes Kibon e os chocolates: Bis, Sonho de Valsa, Alpino, Diamante Negro.(CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998: 564-566).

Assim, segundo os autores, os avanços produtivos no país trouxeram mudanças significativas na forma como esses produtos passaram a ser comercializados. “As duas grandes novidades foram certamente o supermercado e o *shopping center*” (op.cit:566) Os tradicionais açougues, vendas, armazéns e quitandas são destituídos de sua posição privilegiada pelo supermercado. Já o *shopping center* – sendo o primeiro do país inaugurado em São Paulo – “transformou-se num verdadeiro templo do consumo e de lazer, cheios de lojas que vendem quase tudo, de cinemas, de doceiras, cafés, lanchonetes, fast-foods etc”. (op.cit: 566). Esse desenvolvimento econômico incentivado pelo Estado brasileiro só encontrou uma ruptura

realmente efetiva no governo de João Goulart, que, baseado em um governo de forte cunho social, passou a questionar os monopólios sociais e simbólicos do país, trazendo à tona a outra face do desenvolvimento: a imensa quantidade de trabalhadores que se mantinham à margem dos bens de consumo e de uma qualidade de vida digna.

Para se ter uma idéia, a agitação industrial na cidade, com seus *jeeps*, ônibus, com consultório médico, farmácia, iluminação, variedade de alimentação e escolas, é claro, passa a chamar a atenção da grande massa de trabalhadores rurais que já estavam sendo "arrancados do campo, pelo trator, pelos implementos agrícolas sofisticados, pelos adubos e inseticidas, pela penetração do crédito, que deve ser honrado sob a pena da perda da propriedade ou da posse" (op.cit: 580*).* Acontece desse modo um fluxo migratório que faz com que nos anos 1950, 8 milhões de pessoas (cerca de 24% da população rural do Brasil em 1950) migrem; nos anos 1960, quase 14 milhões (cerca de 36% da população rural de 1960); e, nos anos 1970, 17 milhões (cerca de 40% da população rural de 1970). Ao todo, nas três décadas, cerca de 39 milhões de pessoas migraram para o Rio de Janeiro (capital do país até 1960), Recife, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Fortaleza, ansiosas pelas novas oportunidades da industrialização do país. Oportunidades essas "melhores ou piores, bem remuneradas ou mal remuneradas, com maiores ou menores possibilidades de progressão profissional, no setor privado ou público" (op.cit: 581).

Quando João Goulart assumiu, a ênfase passou a ser não mais no Estado desenvolvimentista para uns, mas para muitos: assuntos como reforma agrária, democratização dos meios de comunicação, entre outros afloraram com intensidade. Essa ruptura brusca com os valores que vinham tão bem sendo aceitos e usufruídos pelas elites econômicas do país, repercutiu numa guinada drástica do Estado brasileiro, a partir da intervenção militar. Banqueiros, grandes empresários, latifundiários se uniram a uma classe média que "tinha medo" da massa de trabalhadores. Esta classe (...) "ciosa de sua superioridade em relação a massa, apegada tradicionalmente ao elitismo, sempre sensível ao impacto da elevação dos salários de base e da multiplicação de empregos formais sobre seu padrão de vida (...)" (op.cit, 1998: 617*)* se uniu a Igreja que permanecia conservadora e, principalmente, aos principais meios de comunicação – impressos, radiofônicos e televisivos – que alertavam para a possível tomada do país pelos "monstros comunistas". No entanto, como afirmam os autores (1998: 618):

> O que estavam em jogo, isto sim, eram dois estilos de desenvolvimento econômico, dois modelos de sociedade urbana de massas: de um lado, um capitalismo selvagem e plutocrático; de outro, um capitalismo domesticado

> pelos valores modernos de igualdade social e da participação democrática dos cidadãos, cidadãos conscientes de seus direitos, educados, verdadeiramente autônomos, politicamente ativos.

Assim, elites brasileiras se viram chocadas com o comício (primeiro e único) realizado pelo presidente João Goulart em março de 1964, o qual serviu como o pretexto para a constituição de um golpe militar, duro e voraz sobre os rumos da história do país. Em 2 de abril de 1964, o jogo estava configurado e a imprensa saudou a deposição de Goulart como "a vitória do movimento democrático" e ela própria pedia a limpeza dos arruaceiros (MARTINS & DE LUCA, 2006:100).

Do ponto de vista simbólico, o novo regime de Estado buscou destituir, da forma que lhe conviesse, a sociedade civil: os movimentos estudantis, as publicações que pautavam reivindicações populares, o Movimento Comunista, as Ligas Camponesas, os setores da Igreja Católica mais populares e jornais que se posicionavam a favor do presidente deposto. Ao longo dos anos, a Ditadura militar terminou elaborando a destituição das forças populares de uma forma mais ousada: privando, clandestinamente, a vida dos cidadãos do país. Se os estudantes se organizavam para exigir melhoria do ensino, aumento de vagas e verbas, a ditadura respondia com força, como na morte do estudante Edson Luís. Invasão a UFRJ, o povo perseguido pela polícia nas ruas, a caça aos intelectuais, espancamento de artistas, o Estado ditatorial aprofundava a própria revolução.

> Sem constragimentos jurídicos – vale lembrar que o *habeas corpus* foi suspenso para crimes políticos -, a ação dos órgãos de repressão exerceu-se com desenvoltura até então inédita. A tortura, os abusos de toda ordem e os assassinatos nas dependências policiais tornaram-se moeda corrente. (MARTINS & DE LUCA, 2006: 107)

Por outro lado, as relações com os meios de comunicação demonstravam uma verdadeira dubiedade. Segundo os autores (MARTINS & DE LUCA, 2006: 110) os jornais tendiam para o colaboracionismo com os militares, veiculando notícias indicadas pela polícia, notícias que acobertavam a morte de presos políticos com, por exemplo, a fachada de atropelamentos. Assim, não é de estranhar que o período militar também foi caracterizado como a época em que a imprensa mais se modernizou, importando equipamentos, construindo sedes, muitas vezes com recursos oficiais.

> Se os proprietários dos veículos de comunicação opunham-se à censura, não se pode afirmar que se posicionaram de forma igualmente decidida contra os preceitos do regime em si. Vários estudos têm insistido "na complacência recíproca entre o regime e as empresas jornalísticas", conivência que pode

> ser atestada pelo fato de o governo não haver criado seus próprios veículos de comunicação (MARTINS & DE LUCA, 2006: 110)

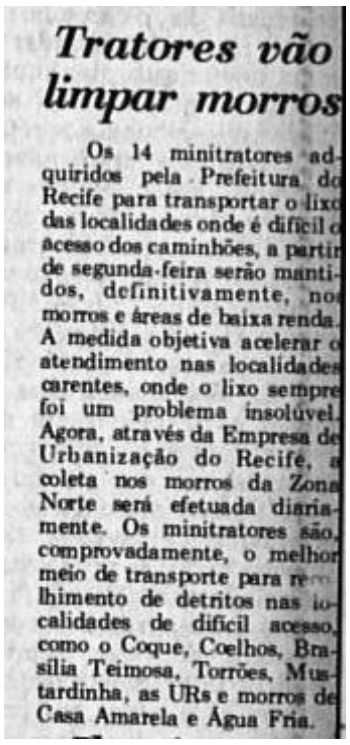
O resultado de 1964, em muitos aspectos, pôde ser resumido pela radicalização de uma sociedade deformada, regida exclusivamente pelas elites econômicas e completamente fixada em um ideal de progresso capitalista apoiado pelo Estado. Os monopólios da terra foram reforçados, a agricultura se industrializa exclusivamente com fins de exportação, o latifúndio cresce. No entanto, (...) "a esmagadora maioria da população que ainda vivia no campo em 1980, cerca de 40 milhões de pessoas, continuava mergulhada na pobreza absoluta" (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998: 619).

Essa população ao migrar para cidade – mais de trinta milhões de pessoas realizaram esse trânsito entre 1960 e 1980 – pressionou o mercado de trabalho urbano, o qual, regido pelo autoritarismo dos progressistas, praticou deliberadamente o rebaixamento do salário mínimo. Assim, "(...) os rendimentos dos trabalhadores subalternos são comprimidos para abrir espaço simultaneamente para lucros astronômicos e para a diferenciação das rendas e do consumo dos funcionários do dinheiro e da nova classe média". (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998:618)

Por outro lado, o progresso também trazia novos postos de trabalho, na construção civil, nas ocupações industriais não-qualificadas, aperfeiçoando assim antigas profissões como pintor, eletricista, encanador, pedreiro...Também o ensino fundamental, ampliado, possibilitou a constituição de uma boa oferta de mão-de-obra subalterna. "Muito dos trabalhadores comuns puderam ainda colocar seus filhos em escolas públicas e família passou a ter acesso ao sistema de saúde." (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998:621).

Como vemos, o progresso dos militares funcionava de maneira contraditória – retirando a liberdade da pessoa enquanto ente cultural, social e político de um lado e impulsionando a governamentalização a partir da presença do Estado e da disponibilidade dos serviços básicos e do incremento econômico. Essa impulsão se evidencia pela constatação de que, no *corpus*, a década de 80, é responsável por cerca de 56 matérias de um total de 84, referentes a um intervalo de 37 anos. Se a modernização econômica significava a compressão salarial e a expulsão do campo, o Estado se fazia presente "distribuindo incentivos, crédito subsidiado, fazendo investimentos maciços em obras públicas urbanas (...)" (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998: 636). Daí porque encontramos nas décadas de 1970 e 1980 uma maior presença do Estado no *corpus*, exemplificadas nas seguintes manchetes: *Tratores vão limpar morros* – **Figura 8** (CADERNO 1 A, Geral p.7 - 09/01/1980), abaixo, e também em outras como: *Caminhões-caçambas tiram lixo do Coque* (12/04/1980), *Promorar implanta no Coque*

*vários serviços* (11/02/1985), *Banco da educação no Coque* (30/04/1985), *PMR erradica favelas e dá um novo aspecto ao bairro do Coque* (01/01/1985), *Coque tem mais CR$ 3,2 bilhões do BNH para concluir obras* (12/12/1985).



**Tratores vão limpar morros**

Os 14 minitratores adquiridos pela Prefeitura do Recife para transportar o lixo das localidades onde é difícil o acesso dos caminhões, a partir de segunda-feira serão mantidos, definitivamente, nos morros e áreas de baixa renda. A medida objetiva acelerar o atendimento nas localidades carentes, onde o lixo sempre foi um problema insolúvel. Agora, através da Empresa de Urbanização do Recife, a coleta nos morros da Zona Norte será efetuada diariamente. Os minitratores são, comprovadamente, o melhor meio de transporte para recolhimento de detritos nas localidades de difícil acesso, como o Coque, Coelhos, Brasília Teimosa, Torrões, Mustardinha, as URs e morros de Casa Amarela e Água Fria.

**Figura 8** No Coque ninguém é de ferro. Pernas “pro” ar (OPINIÃO, A11, 14/12/1984)

Assim, vamos ver que foi a partir da busca pelo Desenvolvimento, elaborada a partir da função S U O [Desenvolvimento] ou S ∩ O [Desenvolvimento] que Figura identificamos o programa narrativo do Estado, sendo S o sujeito Estado em junção ou disjunção com o Desenvolvimento econômico, urbano e social. De maneira geral, o Coque para esse sujeito é uma figura-palco onde podem ocorrer sucessivas ações: limpeza de morros, alargamento de ruas, implementação de metrôs, etc. Nenhum outro sentido especial a não ser, quando formos ver mais adiante, os interesses do Estado pelo Desenvolvimento forem de encontro aos interesses do Coque enquanto sujeito actante. Aí, sim, haverá os termos do confronto entre os programas narrativos.

Ainda em relação ao Sujeito Estado, contudo, vimos que ele entra em franca decadência durante a segunda metade da década de 1980 chegando ao seu ponto mais baixo nos anos 1990. Aí, tivemos apenas 05 matérias sobre este Sujeito, sendo duas delas sobre ações preventivas da FUNDAC, duas ações de retirada de lixo, uma sobre o julgamento de um homem acusado de extermínio. Percebemos assim que na metade dos anos 1980 até os anos 1990, há uma franca

decadência da presença do Estado dentro do *corpus*. Associamos esse fenômeno primeiro à crise do Regime ditatorial e do Estado brasileiro nascente (casos de corrupção envolvendo o presidente Fernando Collor de Melo) e, principalmente, a ascensão do regime neoliberal no Brasil durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Anderson (2007:09-23) as origens "cronológicas" do neoliberalismo estão em 1944, em um livro de Friedrich Hayek, chamado "O caminho da servidão". Nele se afirmavam que qualquer ameaça à liberdade econômica e política por parte do Estado deveria ser denunciada. Tinha como seu principal exemplo, sua principal fonte de inspiração, o nazismo alemão, de modo que se criava todo um consenso, toda uma retórica propositiva e realista de que as teses fundadas por Hayek faziam sentido uma vez, como todos sabem, o nazismo havia sido uma das maiores tragédias da humanidade. Mais ou menos em 1973, os neoliberais ganharam terreno a partir da quarta crise do petróleo, que provocou baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação. Nesse momento, Hayek e outros neoliberais apontavam como causas da crise o poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário, que haviam "corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais" (ANDERSON, 2007:10).

Seis anos depois, com a eleição de Margaret Thatcher, o Reino Unido torna-se o primeiro país capitalista a por em prática a proposta neoliberal. A partir daí temos uma ascensão do neoliberalismo, durante toda a década de 1980, com diferentes aptidões e características nos países que o adotavam.O neoliberalismo chileno, por exemplo, comandado por Pinochet, pressupunha a abolição da democracia e, segundo Anderson (2007:19) "a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra". Nenhum problema, pois a liberdade e a democracia "(...) podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse." (ANDERSON, 2007: 19-20).

É interessante percebemos, além disso, alguns dos "objetivos" do neoliberalismo enquanto proposta política: aumentar as taxas de desemprego. Os neoliberais compreendiam essas taxas como um mecanismo natural e necessário para tornar a economia de mercado eficiente. Logo, quando as taxas de desemprego duplicaram dos anos 1970 para os anos 1980, nos países que haviam adotado esse regime, isto havia sido considerado um ponto bastante satisfatório. Além disso, o grau de desigualdade havia aumentado significativamente nesses países: "a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80 e, os valores das

bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente do que os salários" (ANDERSON, 2007: 15).

Os valores da proposta neoliberal enquanto regime de governo vão ficando claros, isto é, são valores que reorganizam as relações de poder dentro da sociedade a partir da abordagem econômica. Como nos diz Foucault (2008), a questão não passa mais ser perguntar ao Estado: "qual liberdade você vai dar a economia?" Mas, ao contrário, a pergunta retorna à economia: como a sua liberdade vai poder fundar, efetivamente, a legitimidade de um Estado? Eles trataram de apagar a figura do Estado uma vez que, como dizem seus principais teóricos, foi o Estado Nacional-socialista que violou os direitos fundamentais, que cometeu abusos na ordem da vida política e da ordem econômica. Por isso, um tal Estado, que viola os direitos, não deve ser representativo desses cidadãos. O que a teoria neoliberal formulou foi que, uma vez que não cabe ao Estado, que o Estado é uma instância sempre possível de ser maculada, caberá aos próprios homens, a partir do jogo econômico, dizer o que é que deve ser a ordem da vida social. Passa a ver uma gênese permanente do Estado a partir da instituição econômica. Eles dirão: é "somente um Estado que reconhece a liberdade econômica e, por conseguinte, dá espaço à liberdade e às responsabilidades dos indivíduos pode falar em nome do povo." Então, a apropriação do povo passa a ser a partir da economia. Como nos diz Foucault (2008a: 165)

> O governo deve acompanhar de ponta a ponta uma economia de mercado. A economia de mercado não subtrai algo do governo. Ao contrário, ela indica, ela constitui o indexador geral sob o qual se deve colocar a regra que vai definir todas as ações governamentais. É necessário governar para o mercado, ao invés de governar por causa do mercado.

Se antes, diríamos, "como é possível limitar a economia de modo a que seus efeitos sejam menos nocivos, que a instrumentalização e objetificação dos seres humanos não ocorra?" Agora vamos dizer: não há defeitos na economia, os defeitos estão no Estado, uma vez que é a presença do governante que pode condicionar a defectabilidade do Estado. É necessário então diminuir a presença do Estado, desfigurativizá-lo, de modo que as pessoas possam ser regidas por elas mesmas, e a principal maneira de realizarem isso é através do consumo, da economia. Sim, porque

> (...) o Estado é portador de defeitos intrínsecos e visto que nada prova que a economia de mercado tenha esses defeitos, peçamos à economia de mercado para ser em si mesma, não o princípio de limitação do Estado, mas o princípio interno de regulação do Estado de ponta a ponta da sua existência e da sua ação (FOUCAULT, 2008a: 158)

Em outras palavras, diz Foucault (2008a:159), "um Estado sob a vigilância do mercado em vez de um mercado  sob a vigilância do Estado".  Diferente dos liberais, contudo, os neoliberais não acreditam que a concorrência é algo natural. Eles acreditam que a concorrência é um jogo formal de desigualdades, possui assim uma lógica interna próprias, não é uma premissa natural dos indivíduos sociais. Assim, se cabe alguma ação governamental, se é possível de se aplicar algum tipo de intervenção do governo, este deve ser o constante incentivo à concorrência de uns contra os outros. Fazer a concorrência, fazer a economia.

> O governo (...) não tem de intervir sobre os efeitos do mercado. (...) o neoliberalismo, o governo neoliberal não tem de corrigir os efeitos destruidores do mercado e da sociedade. Ele não tem de constituir de certo modo, um contraponto ou um anteparo entre a sociedade e os processos econômicos. (...) No fundo, ele tem de intervir nessa sociedade para que os mecanismos concorrenciais, a cada instante e em cada ponto da espessura social, possam ter o papel de reguladores – e é nisso que vai possibilitar o que é seu objetivo: a constituição de um regulador mercado geral da sociedade. (...) não é um governo econômico, é um governo de sociedade. (FOUCAULT, 2008a: 199)

Para os neoliberais, uma política social não pode servir de contrapeso ao Estado, não pode ser contrapeso ou compensação dos efeitos dos processos econômicos. Nunca uma igualização, nunca uma repartição do acesso aos bens de consumo. E por que não? Porque, justamente:

> a regulação econômica, isto é, o mecanismo dos preços, não se obtém de modo algum por meio de fenômenos de igualização, mas por um jogo de diferenciações que é próprio de todo mecanismo de concorrência e se estabelece através das oscilações que só cumprem suas função e seus efeitos regulados, contanto que, é claro, se permita que ajam, e ajam por meio de diferenças. Em linhas gerais, é preciso que haja pessoas que trabalhem e outras que não trabalhem, ou que haja salários altos e salários baixos, é preciso que os preços também subam e desçam, para que as regulações se façam. (FOUCAULT, 2008a: 195-196)

Se uma política social passasse a ter como objeto a igualização, ainda que relativa, se adotasse qualquer mecanismo de repartição, esta se tornaria uma política social antieconômica. É necessário, pois, deixar a desigualdade agir. Assim, o jogo econômico e seus efeitos desigualitários, são os reguladores gerais da sociedade a que "todos devem se prestar e se dobrar (FOUCAULT, 2008a:196). Estabelece-se pois a dupla relação entre Estado e indivíduos: ao primeiro, cabe assegurar a liberdade, a lealdade, a eficiência do mercado; ao segundo, partilhar dos bens e dos serviços que são oferecidos pelo e no mercado.

> Por conseguinte, não toquemos nessas leis de mercado, mas façamos que as instituições sejam tais que essas leis de mercado, e somente elas, sejam o princípio da regulação econômica geral e, em conseqüência, o princípio da regulação social. Por conseguinte, nenhum intervencionismo econômico ou o mínimo de intervencionismo econômico e o máximo de intervencionismo jurídico. (FOUCAULT, 2008a:230)

Passemos, pois a um direito econômico consciente, um direito de propriedade ativo, um direito que possa justificar plenamente e mesmo competir com noções jurídicas prévias como a de dignidade da pessoa humana. Isto significa, nos dizeres de Foucault, transformar as pessoas em empresas, o direito da pessoa torna-se o direito da empresa. Então, temos um Estado neoliberal que se fundamenta a partir de um aporte jurídico, justificando-se, pois a partir desse arbítrio.

> Dentro do neoliberalismo, (...) trata-se de desdobrar o modelo econômico, o modelo oferta-procura, o modelo investimento-custo-lucro, para dele fazer um modelo das relações sociais, um modelo da existência, uma forma de relação do indivíduo  consigo mesmo, com o tempo, com seu círculo, com o futuro, com o grupo, com a família. (FOUCAULT: 2008a: 332)

Como nos diz Foucault (2008a: 332), retornar a empresa é tanto uma política econômica como também uma política de economização de todo o campo social, toda uma guinada do campo social para a economia. Assim, não é de estranhar que "a generalização da forma econômica do mercado no neoliberalismo americano, além das próprias trocas monetárias, funciona como princípio de inteligibilidade, princípio de decifração das relações sociais e dos comportamentos individuais." (FOUCAULT: 2008a: 334). O filtro pois, para a ação do poder público é então em termos de jogo de oferta e de procura, de custo implicado por cada intervenção no campo do mercado. Não é mais de *um laissez-faire, laissez-passer* que se trata, mas sim da constituição de um tribunal econômico permanente em face do governo. (FOUCAULT, 2008a: 339) Temos então uma composição final: a possibilidade de governar os indivíduos e de se agir sobre ele só passa a ocorrer na medida em que este indivíduo se torna o é *homo oeconomicus*. (FOUCAULT, 2008a: 345), a interface entre o governo e o indivíduo sob a perspectiva do mercado. Daí porque, acreditamos, a presença do Estado enquanto agente de benefícios sociais tem sua mais alta queda nos anos 1990.

Há, contudo, no *corpus* uma ligeira retomada da presença do Estado, conforme podemos ver no gráfico, a partir dos anos 2000. Em parte, embora não tenhamos condição de ter analisado a fundo, acreditamos que essa retomada tenha a ver com a chegada do presidente Lula ao poder, o que significou uma retomada da ação Estatal no contexto dos investimentos sociais (algumas matérias sobre incentivo econômico e instalação de posto de saúde indicam

isso). Por outro lado, identificamos uma significativa presença de matérias que referem a temas de prevenção à violência no Coque, seja a partir do estímulo de projetos sociais, seja a partir da compra de motos, instalação de delegacias, etc. Essas pistas revelam para nós que, possivelmente, as figuras e temas da violência no *corpus* possuem estreita relação com a assunção do *homo oeconomicus* dentro do regime neoliberal. Esperamos evidenciar mais essa relação a partir da análise daquele actante que, na década de 1990, se destacou tremendamente dos outros: o sujeito Polícia.

## 5.2. O Sujeito Polícia

Segundo Rolim (2006:24), "etimologicamente, o termo "polícia" deriva da expressão grega *politeia* pela qual se designava a arte de governar a cidade, ou a arte de tratar da "coisa pública". As forças modernas da polícia tais como as conhecemos surgiram a partir da emergência de um sem-número de revoltas populares e desordens de rua na maior parte dos países da Europa e da conseqüente incapacidade dos governos de seguirem lidando com elas. Como afirma o autor (2006:26):

> Soldados profissionais requisitados para responder a uma manifestação turbulenta retiravam-se tão logo houvessem disparado seus fuzis. O problema, entretanto, seria reposto logo adiante com novas manifestações e desordens. O problema, entretanto, seria uma estrutura "permanente" e profissional que estivesse sempre nas ruas. Foi assim que nasceram as polícias modernas.

Rolim tenta mostrar como esse termo "polícia" pode ser disputado dentro de perspectivas mais amplas. No entanto, como o autor diz (ROLIM, 2006:28), a compreensão comum do termo possui um sentido majoritário: prender criminosos, combater a violência e manter a ordem.

No *corpus*, a atuação do sujeito Polícia em todas essas décadas se manteve no mesmo sentido dessa compreensão comum apresentada por Rolim: dar cabo dos criminosos mantê-los sob a ordem e a lei. A Polícia foi figurativizada a partir de delegados, chefes de operação, comandantes, policiais, cabos e seus temas foram a realização de blitzs, megaoperações, prisão de bandidos, relatos e reconstituição de crimes, caça a marginais, combate ao tráfico de drogas, combate ao furto, entre outros.

Identificamos o programa narrativo da Polícia igual à S [Polícia] ∩ O [Ordem] sendo O, o objeto de valor, a ordem social. Quando S [Polícia] U O [Ordem] isto significa que a Ordem está sendo desrespeitada e que este Sujeito precisa, pois, realizar ações de modo que entre em junção com seu objeto de valor. Assim, toda a ação da Polícia é evitar a Desordem, exemplificada na disjunção deste sujeito com a Ordem. Já o programa narrativo do Estado é S[Estado] ∩ O [Desenvolvimento] sendo o objeto de valor o desenvolvimento das obras e benefícios sociais abordados previamente. Logo, quando, no gráfico, Polícia e Estado caminham juntos na busca por Ordem e Desenvolvimento, durante as décadas de 1970 e metade dos 1980, vemos uma total harmonia do sujeito Polícia e sujeito Estado durante o regime militar. Vemos que no final da década de 1980 e início da década de 1990 o sujeito

Estado e o Sujeito Polícia entram em decadência no *corpus*, mas, se acompanharmos o fluxo de matérias desde o seu início percebemos que o sujeito Polícia não tem uma queda verdadeiramente grande. Diferente do Estado, que praticamente entra no ocaso durante os anos 1990, o sujeito Polícia, nessa mesma década, realiza uma pequena queda e uma "guinada para frente", disparando, durante todos os anos 1990 e 2000, em uma discrepância extraordinária dos demais sujeitos, Coque e Estado.

Rolim (2006) havia-nos dito que tradicionalmente as Polícias sempre se mantiveram como forças de Estado e que, durante o regime militar de 1970 e 1980, elas se mantiveram consonantes à repressão e ao autoritarismo. Daí porque nenhuma surpresa com essa constatação de sintonia entre Estado e Polícia até a primeira metade da década de 80 e a conseqüente queda de ambos até o início da década de 1990. Uma relação imbricada, portanto, na busca de Ordem e Desenvolvimento. Nesse sentido: ascensão da polícia, ascensão do Estado e, da metade da década de 1980 até os anos 1990, queda do Estado, queda da Polícia. Contudo, a partir dos anos 1990 vamos ver uma discrepância extraordinária: muito menos Estado e muito mais Polícia. Em outras palavras, muito menos busca por Desenvolvimento figurativizado em serviços sociais básicos através do Estado e muito mais Ordem figurativizado na prisão de criminosos, reconstituição de mortes pela Polícia. Como podemos explicar sociohistoricamente esse acontecimento? Como o sujeito actante Polícia consegue se manter tão intensamente dentro do discurso se o Estado possui apenas uma tímida presença?

Primeiro, como havíamos dito, os anos 1990 são os anos de ausência do Estado em políticas sociais, graças a adoção do regime neoliberal. Logo, essa década,

> (...) o desemprego nas áreas metropolitanas cresce assustadoramente, impulsionado por uma selvagem política de redução de custos e de modernização tecnológica posta em prática especialmente no setor industrial. O desemprego atinge não somente trabalhadores comuns e qualificados, mas também profissionais de nível superior e funcionários intermediários. A tendência ao crescimento do trabalho autônomo precário, de remuneração incerta e baixa, se acentua. Multiplica-se o número de câmelos, de vendedores ou pedintes situados nas esquinas das ruas de maior movimento das metrópoles, do "trabalho" associado à distribuição da droga e ao crime organizado. (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998: 648-649)

Como vimos no tópico anterior, o regime neoliberal tem como ponto principal manter as desigualdades e liberar o sujeito econômico. Na verdade, para o neoliberalismo, que caracterizou a década de 1990, não há preocupação com o crime, afinal, o crime é apenas um risco a ser punido pela lei. Não há, aqui, nenhuma diferença entre a infração ao código de

trânsito e um assassinato premeditado, por isso não há nenhum espanto se os índices de violência sobem. O que é o crime para os neoliberais?

> é uma conduta, uma série de condutas que produzem ações, ações essas cujos atores esperam um lucro, que são afetadas por um risco especial, que não é especialmente o da perda econômica que é infligida por um sistema penal. O próprio sistema penal lidará portanto, não com criminosos, mas com pessoas que produzem esse tipo de ação. Em outras palavras, ele terá de reagir a uma oferta de crime. (FOUCAULT: 2008a:346)

Para os neoliberais, o crime é apenas uma das decorrências do surgimento do *homo oeconomicus*, se há demanda para o crime, não há um problema em definitivo, afinal serão construídas empresas que irão receber esses criminosos. Temos aí, então, a cifra de todo um sistema penitenciário, toda uma indústria de prisões sobre a qual não poderemos nos deter teoricamente aqui. O que queremos deixar claro é que o crime para os neoliberais é apenas mais uma opção do sujeito econômico, e este deve estar livre para saber se deseja ou não "pagar o risco" de vivenciá-lo. Caso ele queira, haverá uma resposta econômica para essa demanda.

Em outras palavras, se o incentivo à desigualdade e à manutenção de graves condições sociais e econômicas para os cidadãos das comunidades populares faz com que a violência exploda, os neoliberais vão dizer: "isso não é um problema, isso é a natureza das coisas". O que não está explícito é que nas camadas populares a violência irá surgir com muito mais facilidade porque onde predomina o *homo oeconomicus*, não há uma valorização das pessoas pobres, uma vez que estas não têm capital de giro suficiente para "concorrem" no mercado da vida. Como afirmam Cardoso de Mello & Novais (1998: 652):

> O avanço da violência não pode ser explicado somente pelas dificuldades econômicas ou pelas privações materiais. Uma sociedade que não dá valor à vida não pode pretender que os excluídos do emprego, da escola, da vida familiar, considerem a vida um valor. A violência é, também, resultado da progressão avassaladora do individualismo de massas.

Mas se a violência explode enquanto Desordem nas comunidades populares, os neoliberais não verão aí problema algum, afinal, existe uma resposta contínua a essa demanda, a Polícia. Assim, quando o neoliberalismo diz que o Estado deve estimular a livre-concorrência e a desigualdade, é natural que a Polícia funcione como uma resposta à demanda "econômica" dos pobres por punição e a um condicionamento destes no patamar da desigualdade. Assim, a Ordem visada pela Polícia diz respeito a uma "prisão" dos pobres nas margens da desigualdade e uma repressão aos seus atos infracionais, entendidos, no

neoliberalismo, como algum desejo de lucro. Enfim, como vimos, não é que os neoliberais desejem o fim do Estado, eles desejam apenas, que o Estado acomode a desigualdade e estimule a liberdade econômica. Por isso, vamos ver, em toda a década de 90, embora o Estado neoliberal tenha se mantido ausente enquanto protagonistas de buscas pelo desenvolvimento social, etc., manteve-se presente implicitamente a partir de toda uma enorme projeção do sujeito Polícia.

Ora, o que temos aqui não é outra coisa senão uma ação penal que ideológica e efetivamente se impõe sobre os pobres, ação essa que como nos diz Wacquant (2001) tem na ação Tolerância Zero, realizada pela prefeitura de Nova York na década de 90, um de seus maiores símbolos. Elogiada mundialmente essa política de segurança bem como todas aquelas relacionadas a uma progressiva criminalização dos pobres, tem como alvo distorcer a atenção dos problemas sociais efetivos, como mercado de trabalho desqualificado e uma máquina de exploração dos pobres para os efeitos desses problemas, entre eles, a escalada da violência e a idéia preponderante de que vivemos uma sociedade alicerçada no medo. Wacquant (2001) não desconsidera que a violência existe e deve ser combatida, no entanto o autor pondera se a estratégia de combate não está se dando, na "corda mais fraca" do elo, os pobres.

> De Nova York, a doutrina da "tolerância zero", instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza que incomoda – a que se vê, a que causa incidentes e desordens no espaço público, alimentando, por conseguinte, uma difusa sensação de insegurança, ou simplesmente de incômodo tenaz e inconveniência -, propagou-se através do globo a uma velocidade alucinante. E com ela, a retórica militar da "guerra" ao crime e da "reconquista" do espaço público, que assimila os delinqüentes (reais ou imaginários), sem-teto, mendigos e outros marginais a *invasores estrangeiros*(...) (WACQUANT, 2001: 30)

Em *Nota aos leitores brasileiros*, Wacquant (2001: 8) chama atenção para o triste fenômeno contemporâneo no qual o tratamento social da miséria se torna o "tratamento penal". Para o autor (2001:10), as duas décadas de ditadura militar continuam a pesar tanto sobre o funcionamento do Estado brasileiro como sobre as mentalidades coletivas, o que faz identificar, nas classes sociais do país, a defesa dos direitos do homem com "tolerância à bandidagem". Ele identifica três fatores que influenciam a violência estabelecida no país, bem como a criminalização dos pobres. O primeiro deles diz respeito à estrutura de dominação na qual o país se manteve historicamente, seja através da exploração de outros países sobre as riquezas do país, seja a partir de manutenção de abismos sociais imensos. O segundo fator diz

respeito ao agravamento da insegurança criminal no país a partir da intervenção do Estado a partir da violência letal como prática rotineira pela polícia militar e da tortura como prática da polícia civil, a partir das execuções sumárias, grupos de extermínio e os "desaparecimentos" que geram um clima de verdadeiro medo entre as classes populares, banalizando, pois, a brutalidade através de práticas governamentais. Como terceiro ponto, o autor evidencia a estratificação etnoracial brasileira bem como a discriminação baseada na cor como características das burocracias policial e judiciária.

> Em tais condições, desenvolver o Estado penal para responder às desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumentando os meios, a amplitude e intensidade da intervenção do aparelho policial e judiciário, equivale a (r)estabelecer uma verdadeira ditadura sobre os pobres. (WACQUANT, 2001: 10)

Dentro dessa *ditadura para os pobres* faz sentido vermos que, a partir do sujeito Polícia, o Coque simbolize uma dupla Desordem: desordem por realizar atos de violência, atos criminosos passíveis de punição e desordem por ser um local de pobres que, implicitamente, precisavam ser "postos no seu devido lugar". Logo, entendemos, os temas e figuras do Coque como temas e figuras da violência, objetivo primeiro do presente trabalho, ocorreram a partir do momento em que o sujeito Polícia se torna o actante privilegiado pelo jornalismo na narrativa sobre o bairro. Esse sujeito vai se reportar continuamente ao Coque, dentro do discurso jornalístico, como um local onde a ordem está sendo violada, por existirem bandidos e marginais que precisam ser combatidos e, ao mesmo tempo, por ser um local que precisa ser condicionado nas margens da desigualdade social.

O privilégio do sujeito Polícia na narrativa nos indica o porquê de, durante os últimos trinta e sete anos, o Coque ter se tornado uma figura sinônimo de violência na cidade. De certa forma, nenhuma diferença do regime militar, que também mantinha os pobres em condições econômicas opressivas, embora, como vimos, mantivesse ações de Desenvolvimento tematizadas como serviços sociais básicos.

O que fica para nós é que o desejo por Ordem da Polícia esconde a consonância com a repressão e punição dos pobres. Para esse sujeito, como veremos no *corpus*, qualquer associação ao mundo dos pobres passa a ser figurativizada como violência em potencial. Na matéria abaixo (POLÍCIA, Caderno 1 B, 15.01.1993), trabalhadores subalternos do mundo do

trabalho, servente, mecânicos e lavadores de carro se tornam “traficantes de maconha”, figura da violência.

# *Servente detido com um quilo de maconha*

Encontrado com um quilo de maconha, em casa, no beco do chié, s/n, Coque, o servente Alexandre Manoel de Luna, 43 anos, foi preso por policiais da Delegacia de Entorpecentes e autuado em flagrante, sendo em seguida encaminhado ao Presídio Aníbal Bruno, onde ficou à disposição da Justiça.

Os policiais descobriram que o traficante havia alugado um barraco no Coque e ali instalado sua ''boca-de-fumo'', mas o comércio ilegal que estava explorando demorou pouco, porque ele foi denunciado ao delegado Paulo Alberes, titular da especializada.

Ontem, à tarde, os policiais da especializada em Entorpecentes estavam diligenciando no Coque e, ao passarem perto do barraco de Alexandre Manoel de Luna, viram grande movimento, com gente entrando e saindo. Ao se aproximarem, encontraram um viciado ainda guardando o cigarro de maconha no bolso.

Detiveram o viciado e este mostrou a maconha, dizendo que havia comprado a Alexandre, que foi preso. Os policiais apreenderam cerca de um quilo de maconha, escondida num velho baú. Sem condições de negar a propriedade do entorpecente, o acusado recebeu voz de prisão e foi levado à delegacia, onde contou que realmente vendia maconha.

Foto Benedito Soares



**O traficante de maconha Manoel de Luna**

Ao delegado, o contraventor disse que havia alugado o barraco há quinze dias, quando chegou de João Pessoa, na Paraíba, onde residia. Ele disse que sua atividade principal é vender peças de automóveis, mas confessou que adquiriu a maconha em Caruaru, por intermédio de um lavador de carros, garantindo que não sabia o nome do fornecedor.

Alexandre Manoel disse que é viciado em fumar maconha, mas nunca esteve preso por isso, nem mesmo na Paraíba. Disse que pagou Cr$ 1.200.000 por um quilo de maconha e garantiu que, dividindo a erva em ''baseados'' e ''dólares'' teria mais de 200 por cento de lucro.

**Figura 9** Servente detido com um quilo de maconha (POLÍCIA, Caderno 1 B, 15.01.1993)

A predominância do sujeito Polícia também nos revela uma afinidade entre as instâncias de enunciação, no caso, o jornalismo e a ação policial. Essa afinidade se dá pela setorização e especialização dos jornais informatizados que transformam os jornalistas em especialistas das “coberturas criminais”. Em outras palavras, eles passam a ter contato com as delegacias de polícia, suas principais fontes. Aí, então, dão prosseguimento a relações de confiança com aqueles que lhe passam informação, e assim “terminam compartilhando os pressupostos de suas fontes e passam a habitar o mundo definido pelo olhar policial” (ROLIM, 2006: 207).

O ponto que mais exemplifica essa imbricação é quando, em algumas matérias claramente policiais, não vemos o sujeito Polícia como o protagonista da ação. São matérias que descrevem mortes, brigas e outros litígios (mais à frente iremos analisar algumas delas) não protagonizadas por policiais, mas claramente guiadas pela mesma busca pela Ordem que caracteriza a atuação daquele sujeito. Trabalhos prévios como os de Varjão (2008) evidenciaram que a fala do jornalista, quando adota integralmente as informações trazidas ou

coletadas a partir do Sujeito Polícia, torna-se uma fala policial revestida de jornalismo. Essa fusão, contudo não pode passar despercebida sociohistoricamente, pois, como afirma Rolim (2006:46):

> A sucessão de chacinas praticadas por policiais, a formação de grupos de extermínio, o hábito de entregar cadáveres em hospitais de pronto-socorro de forma a desconstituir a cena do crime, a prática tão corriqueira de relatar mortes em "autos de resistência" e as excursões punitivas e tantas vezes assassinas em morros e vilas populares – cujos resultados são muito freqüentemente objeto de comemorações públicas por parte de "policiais justiceiros" -, ao lado de práticas, infelizmente, ainda tão comuns, de espancamento e torturas de suspeitos e de abusos sexuais e estupros, acompanham a instituição policial como uma maldição.

Assim, o discurso do sujeito Polícia dentro do texto jornalístico ganha uma força objetiva extraordinária ao se somar ao discurso jornalístico, cuja maior característica na era industrial, é a sua "objetividade" informacional. A partir de agora vamos nos deter a exemplificar de que forma o Coque se torna topônimo da violência à luz da Polícia enquanto sujeito da narrativa.

Olho: **Polícia fecha cerco no Coque**
Título: **Megaoperação aconteceu, ontem, nas proximidades do Fórum do Recife**

Trinta e duas pessoas detidas, duas armas, um veículo roubado e uma moto com placa fria. Este foi o saldo da megaoperação policial realizada, ontem pela manhã, no Coque, na Ilha de Joana Bezerra. Batizada de Paz na Comunidade, a operação envolveu 221 policiais militares e civis armados com metralhadoras e cães farejadores que ocuparam as ruas do bairro por volta das 6h procurando prender assaltantes, traficantes e pessoas em atitudes suspeitas. O diretor de Polícia Especializada, Gilvan Cavalcanti, disse que o local foi escolhido por conta das tentativas de assalto ocorridas nas proximidades do Fórum do Recife.

Com um mandado de busca e apreensão itinerante, os policiais, acompanhados pelo chefe da Polícia Civil, Aníbal Moura, e do comandante da PM, coronel Weldon Nogueira, tinham autorização para revistar qualquer casa ou estabelecimento. Os policiais apreenderam a menor, A.C.F.S., 15 anos, dentro do barraco de Luciano Barbosa da Silva, 39, o Índio, acusado de traficar drogas. A menor foi encaminhada para o DPCA. O ex-presidiário Jamesson Ribeiro da Silva, 38, que cumpriu pena de três anos por tráfico de drogas, também foi preso, quanto tentava fugir pelo rio Capibaribe. Segundo a Polícia, ele estava armado com uma espingarda calibre 12, carregada. O ex-detento da PAI, Gleidson Soares Norberto, 30, andava pelas ruas sem alvará de soltura e foi levado para a Delegacia de Roubos e furtos.

Foi apreendida também uma espingarda calibre 36. Embora não tenham ocorrido prisões de criminosos procurados, o chefe de Polícia Civil aprovou o desfecho da operação. "Essa será a primeira de outras grandes operações programadas para a Região Metropolitana e Interior", anunciou. Apesar de assustados, os moradores aprovaram a ação. O açougueiro Marivaldo Pedrosa, 40 anos, que trabalha no local há dez, confessou sentir-se mais seguro com a presença dos policiais. "Deveriam fazer isso toda semana", comentou.

(Vida Urbana, p.09, 29.03.2003)

No texto acima o Coque é figurativizado como um local onde a criminalidade pode surgir “de qualquer direção”. No caso, S U O [Ordem], onde o sujeito Polícia tem como objeto de valor a Ordem e para isso precisa capturar o objeto da Desordem, figurativizado em criminosos do Coque e pô-los em prisão. Como dissemos anteriormente, em seu percurso, o sujeito possui adjuvantes, fatores que lhe ajudam a realizar sua empreitada e, ao final da sua aventura, ele recebe uma sanção – positiva ou negativa – do Destinador.

No texto, sabemos que “Polícia tenta capturar criminosos no Coque”. Nesse caso, o objeto de valor da Polícia, isto é, o objeto pretendido é justamente a prisão dos criminosos. Ela faz parte da intenção do sujeito, é o valor almejado por este. Vemos claramente que há um percurso em questão: a polícia tenta por outrem em prisão. No entanto, é importante percebermos que ela não consegue realizar sua missão. Mas o fato dela não ter conseguido prender os criminosos não é algo negativo: ao contrário, parece ter um “saldo positivo’. Por que será que ocorre essa sanção positiva ao sujeito Polícia?

O Sujeito Polícia caça o seu alvo (“criminosos do Coque”), e para isso, possui força (“armados”) e onipotência (“autorização para revistarem qualquer casa”), isto é, podemos dizer ele possui em si a potência necessária, em termos semióticos, para realizar a performance. Sua performance também é proporcional (na verdade, parece ser bem maior) porque o alvo (“criminosos do Coque”) está envolvido em tentativas de assalto [“nas proximidades do Fórum do Recife”], logo o sujeito possui bastante respaldo social. Para cumprir sua missão, realiza várias apreensões: “uma menor, um ex-presidiário, um ex-detento e uma espingarda”. Acontece que mesmo não conseguindo apreender o que, de fato, era o seu objetivo, o sujeito tem sua atuação reconhecida pelo líder da operação (“o chefe da Polícia Civil aprovou o desfecho da operação”) e indicou que outras acontecerão na Região Metropolitana do Recife e no interior. Além disso, seqüencialmente, o sujeito Polícia é respaldado por um morador do Coque (“açougueiro”) que afirma a necessidade de acontecerem mais vezes (“semanalmente”) operações semelhantes. Assim, temos uma cooptação da perspectiva policial também sobre a comunidade.

Descobrimos, pela apreciação narrativa, porque a sanção aos policiais é positiva. Ela é positiva porque a Polícia não apenas é sujeito actante como também é o próprio Destinador, uma vez que é a aprovação do chefe da Polícia Civil quem sanciona positivamente a ação. Quando sujeito e Destinador se reúnem em um só ator, podemos afirmar que se trata da consecução da ação heróica. Na verdade, como sabemos, esse fenômeno só acontece porque o enunciador-jornalista concorda plenamente com a operação, isto é, se coloca em um lugar da enunciação que é consonante aos policiais.

Parece que, assim, vamos encontrando, vamos compreendendo, o programa de base do sujeito Polícia: ele, inicialmente, possuía a missão de manter a Ordem a partir da prisão de bandidos procurados. Como não os encontrou, apreendeu trinta e duas pessoas aleatórias que só têm em comum o fato de estarem no Coque (por isso entendemos a manchete da matéria: "Polícia fecha cerco no Coque"). Na verdade, o Sujeito Polícia manteve a Ordem: não puniu os bandidos, mas, ao menos, reprimiu os pobres. Não foram encontrados "assaltantes, traficantes" mas sim, todos os que possuíam atitudes suspeitas: menores e ex-detentos (nunca ex-bandidos). Os únicos detalhes que temos das trinta e duas pessoas aprisionadas é que se tratam de um ex-presidiário e um ex-detento[9].

A falta de informações reais – ou tanto melhor – de elementos discursivos que caracterizem o motivo da prisão desses sujeitos demonstram a sua absolutização como figuras da violência, o que não é, como saberemos, algo fortuito. Trata-se da manutenção da Ordem: uma estratégia de repressão aos pobres. Se o sujeito Polícia deseja obter o objeto de valor que é manter a Ordem e para isso tanto faz punir ou repreender, temos a compreensão de que o Coque é, para este sujeito, o local da Desordem.

Apenas em um local da Desordem se pode "apreender" uma "menor" sem muita justificativa, apenas porque estava em um barranco que pertencia a um traficante. A apreensão da menor parece dizer respeito muito mais à força do personagem "menor no Coque" do que dela própria, afinal de contas, não se justifica aprisionar adolescentes de maneira inesperada. Essa apreensão parece cada vez mais ir de encontro à pobreza como inimigo, à favela como alvo do combate: a "menor" é uma marginal em potencial. Como nos avisa Rolim(2006:196): "a expressão "menor" só é utilizada pra se designar os filhos dos outros, e normalmente, os filhos dos pobres". Por outro lado, continua o autor (2006:195-196)

> (...) quando se designa o infrator como "menor", já se providencia o necessário distanciamento diante da sua condição de "menino" e de "estudante" O responsável pela infração é apresentado como uma "figura

[9] De fato, as relações de proximidade e distanciamento da cultura americana como foram descritas previamente, parecem ser decisivos para explicar uma série de escolhas deliberadas ao longo da história recente do país, escolhas essas que, mesmo livres das imposições plutocráticas do regime militar, ainda ecoam com muita predisposição, como se tivessem se tornado autônomas na cultura e sociedade brasileira. Uma delas diz respeito ao ocaso das perspectivas de reabilitação, o que levou em 1989, há uma declaração da Suprema Corte do país que "*sustentou a diretiva de remover o objetivo da reabilitação de qualquer consideração das sentenças*" (ROLIM, 2006: 216). No caso brasileiro, não se tornam menores os comentários que se refletem na opinião pública e nos jornais que não vale a pena "proteger" os bandidos, que dirá, reabilitá-los. Se sabemos, de um lado, que, historicamente, não houve investimento efetivo para a reabilitação e que, ao contrário, o que ocorre, como afirma Rolim (2006: 214) é um aprofundamento dos compromissos infracionais e o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais, as abordagens que justificam as simples apreensões de ex-detentos, ex-presidiários, evidenciam que está-se devolvendo esses personagens para o seu lugar, o seu cenário privilegiado: a prisão.

> jurídica" – ou seja, sua definição é a incapacidade jurídica e a inimputabilidade – antes mesmo de se ter qualquer informação sobre o que, de fato, ocorreu. (195-196)

Como estamos observando, a competência do objeto Coque para ser aprisionado ou repreendido é mínima (trinta e duas pessoas detidas, sem nenhuma explicação), as performances quase não são necessárias. O sujeito Polícia possui livre comando para realizar o quer que seja necessário. Trata-se, de fato, de uma estratégia de guerra. Essa estratégia é ilustrada pelo termo "Operação", pela utilização de um "saldo da operação" que por sua vez está relacionado a crédito, à reserva de recursos por parte da polícia. Não coincidentemente, saldo é oposto ao termo *baixa*, ambos correntes na linguagem beligerante para tratar dos resultados da guerra.

O sujeito Polícia também é figurativizado de uma forma magnânima: 221 policiais militares e civis, armados com metralhadoras, cães farejadores, predisposição para a ação (ocuparam o bairro por volta das 06h). Há chefes de ação, um diretor de Polícia Especializada, há um "mandado de busca e apreensão itinerantes para revistar qualquer área ou estabelecimento". E a ação da figura da violência, o Coque, se resume a *tentativas de assalto ocorridas nas proximidades do Fórum do Recife*, violência essa que, embora esteja bem localizada, em determinadas figuras, com demonstra a matéria abaixo, se torna um valor espraído em toda a comunidade.

11/07/2002 | 11h30 | Violência

**Presos acusados de balear casal de advogados**

Dois homens foram presos, esta madrugada, acusados de balearem o casal de advogados Rômulo Barbosa Bourbon Oliveira, 27 anos, e Juliana Gomes de Carvalho Mendes, 23. Gustavo Luis dos Anjos, 20 anos, e o menor A.J.A.S., de 17, foram detidos no bairro do Coque e estão na Delegacia de Homicídios.

O crime aconteceu na noite da última terça-feira, no cruzamento da Travessa do Raposo com a avenida Agostinho Gomes, próximo ao viaduto Joaquim Cardoso, nos Coelhos. O casal saía do Fórum do Recife quando foi abordado pelos assaltantes. Eles tentaram fugir e foram alvejados por uma espingarda de fabricação caseira.

Na madrugada de ontem, Rômulo - que foi atingido no tórax - foi submetido a uma cirurgia, no hospital Esperança. e seu estado de saúde é delicado. Juliana foi baleada no rosto e, segundo informações não confirmadas, passaria por uma cirurgia plástica.

Na operação de busca dos dois assaltantes, foram presas outras cinco pessoas, inclusive menores. Com o grupo, foram encontrados 32 papelotes de maconha. Eles são acusados também de praticarem assaltos no Coque.

Como vemos na matéria, na busca por dois assaltantes encontraram-se “outras cinco pessoas”, inclusive “menores” e “papelotes de maconha”, presas sob a acusação de terem praticado assaltos no Coque. Mais uma vez, a resposta da Polícia em manter a Ordem se torna realizar qualquer repressão à comunidade. É curioso que essa combinação de repressão e punição traga à tona relações que nos remetem a um Estado de exceção permanente nas comunidades populares. Como se sabe, o Estado de exceção só se justifica pela grave ameaça à ordem constitucional, em situações de calamidade pública ou pela agressão de forças estrangeiras (situação de guerra). Nele, os direitos e garantias constitucionais são suspensos, conforme podemos ver na matéria abaixo (CAPA, 09/11/2005):

DIARIO DE PERNAMBUCO

Esporte total

MAIS DE 14 MIL INGRESSOS VENDIDOS NO PRIMEIRO DIA

NÁUTICO

SPORT

ARQUIVO PUBLICO ESTADUAL

JOANA BEZERRA TERÁ POLÍCIA 24H

**Figura 10** Joana Bezerra terá polícia 24 horas (CAPA, 09/11/2005)

Não coincidentemente, a figura da guerra aparece muitas vezes nas matérias que versam sobre a violência nos espaços populares. A apreensão dessa figura, contudo, se dá, principalmente, pela influência dos meios de comunicação locais da grande mídia do Brasil – no eixo Rio e São Paulo – que evidenciam à relação entre a Polícia e o tráfico nas favelas a partir da belicolosidade[10]. Segundo Souza (2008:27):

[10] Como nos conta Souza (2008: 28): Até mesmo autoridades e gestores estatais vêm se utilizando fartamanete da alusão à “guerra” em seus pronunciamentos. Exemplar é, quanto a isso, a declaração dada pelo Comandante Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro em 2000, repercutida pelo Jornal do Brasil (edição 23/06/2000) segundo a qual “o Rio de Janeiro está em guerra” (...)

> A expressão “guerra civil” para designar o “clima social” e a violência urbana em metrópoles como o Rio de Janeiro e São Paulo vem sendo utilizada pela grande imprensa desde o fim dos anos 80 e o começo dos anos 90. Já em sua edição de 15/11/1989 havia a expressão “clima de guerra civil” empregada pela revista Veja, a propósito do Rio de Janeiro.

Diferentemente de Souza, que vê nesses conflitos uma guerra civil molecular, isto é, mergulhada nos micro-contextos e espalhada de maneira indistinta, vemos uma guerra de outra ordem. Não há uma verdadeira civilidade em jogo, nem no que diz respeito àquilo que chamamos de “bandidos sociais” nem à sua “evolução”, os “traficantes”. A nenhum dos dois, como podemos ver a partir da busca da Polícia por Ordem, é conferido o sentido de “civil”, de estar na ordem social ou na ordem da atuação pública. Claro que as ações de traficantes no Rio de Janeiro parecem provocar uma ação terrorista e calculada. Mas, é válido lembrar, que não há a compreensão efetiva desses sujeitos como cidadãos. Isto é, não se trata de uma guerra de cidadãos, mas de outro tipo de guerra: contra os pobres.

Guerra essa que sobreviveu à ditadura militar a partir de uma opressão econômica travestida de benefícios sociais e alcançou seu clímax no Estado neoliberal onde permanece a opressão sem benefício algum. No texto, a responsabilidade da guerra, contudo, não é do Estado, mas das comunidades: são eles que matam e morrem, são eles que desejam arriscar-se no crime e ganhar algum lucro a partir daí. Sempre, como vemos, no discurso neoliberal, o embasamento do desejo a partir da economia. Então, surge a figura da guerra dos pobres como se fosse uma propriedade dos próprios pobres desentenderem-se e guerrearem em busca do lucro. Na matéria abaixo (POLÍCIA, B9 – 25/11/1996), surgem palavras como recrutamento e “irradiação” do tráfico, a partir do Coque, para outras partes do Recife. A tônica do terrorismo dos pobres entre si, a ênfase nas suas predisposições à Desordem.

**Guerra do tráfico faz outra vítima no Coque**

■ Fernando vendia maconha para os traficantes

A disputa pelo domínio da venda de entorpecentes, no Coque, bairro de São José, fez mais uma vítima. O adolescente Fernando Marcelino Filho, 13 anos, foi assassinado por integrantes do grupo "Turma da Realeza", rematerecente da quadrilha de Celo, adversária do bando do qual a vítima fazia parte. Desde o início do ano, mais de 20 pessoas já foram mortas naquela localidade.

A Polícia apurou que Fernando Marcelino foi assassinado perto da casa dele, na rua do Matuim. Segundo moradores do local, o menor era "aviãozinho" (vendia maconha) de uma das quatro quadrilhas que disputam o controle do tráfico de droga no Coque. Apesar das policias Civil e Militar terem reforçado o policiamento no local, novas vítimas vêm surgindo a cada dia.

Os homicídios entre os traficantes começaram, em janeiro deste ano, com a morte de "Marco da Dona", que era dono de uma das maiores "bocas-de-fumo" no local. Ele comercializava a droga que recebia dos municípios de Belém (a 400 km do Recife), Floresta (a 439 km do Recife) e Belém do São Francisco (a 480 km do Recife).

A morte de "Marco" provocou uma verdadeira "guerra" entre os traficantes. A Polícia Militar, em conjunto com a Civil, cercou o local, um dia depois que um soldado foi morto pelos traficantes, muitos deles foram presos, quadrilhas, desarticuladas, porém, os remanescentes têm feito recrutamentos, dando continuidade ao comercialíssimo tráfico que do Coque irradia para outras localidades do Grande Recife.

**Figura 11** Guerra do Tráfico faz outra vítima no Coque (POLÍCIA, B9, 25/11/1996.)

A ênfase no termo da guerra trazida com matérias como esta indica que se espera que constituamos essa gente que desafia a Ordem assim como os mais perigosos inimigos da sociedade. Como sabemos, ver nessas comunidades inimigos do Estado no momento em que parece haver um Estado de exceção permanente sobre elas é esperar que haja uma intervenção militar sobre os espaços populares, fenômeno que Souza (2008:35) chamou de "militarização da questão urbana".

Ora, esse desejo histórico de ação militar sob a sociedade é uma velha recorrência do Brasil como demonstra Fiori (2003) e como afirma Souza (2008:38):

> Exércitos são treinados e preparados essencialmente, para a defesa de um país contra eventuais "inimigos externos", "inimigos" esses que a mídia e o Estado, em ações orquestradas, ensinarão os habitantes de seu país a odiar. Com isso se facilitar que os soldados de um país bombardeiem, fuzilem, às vezes torturem os de um outro. Para evitar que as pessoas do próprio país sejam transformadas em "inimigos internos" reais ou potenciais, na esteira de uma estigmatização sócio-espacial e do cultivo de preconceitos contra grupos específicos e seus espaços (no caso de países semiperiféricos, sobretudo as favelas e seus equivalentes), (...) é preciso que se enfatiza: a transformação de uma urbe em fobópole é um desafio civil –(sócio)político, (sócio)econômico e cultural -, num um desafio militar.

Quais são, contudo, as maiores vítimas da "guerra do tráfico"? A juventude. No *corpus*, vamos ver como a figura desses jovens é continuamente dada como "morta" dentro do texto a partir do actante Polícia. CEPAL (2008) constata que:

> entre os homens jovens, o homicídio é claramente a primeira causa de morte. Em um estudo realizado para as 27 capitais estaduais do país e as 10 regiões metropolitanas tradicionais, se observa que os homicídios de jovens entre 15 e 24 anos tiveram um dramático incremento de 88,6% nos últimos 10 anos, passando de 10.173 em 1993 para 19.188 em 2002. Entre os jovens

> assassinados, 93% eram rapazes e o aumento nesse lapso foi de 74% entre negros e mulatos.

Por outro lado, a pesquisa do ISER, citada por Cano (1997:38 apud SOUZA, 2008:51) nos diz que: "São os moradores de áreas pobres e com escassos serviços urbanos os mais expostos a uma morte violenta e, vice-versa, são as classes sociais mais privilegiadas e que moram nos melhores lugares da cidade as mais protegidas desse tipo de violência". Não é por acaso que no Brasil, haja a impressão de que a vulnerabilidade seja inversa: freqüentemente exposta à mídia, as reportagens trazem uma sobreposição da morte dos brancos e de padrão aquisitivo maior assassinados ao invés dos negros e pobres, que morrem muito mais.

> Os estudos já realizados concordam, também, que os noticiários sobre o crime induzem à superestimação do risco real enfrentado pelas pessoas e, especialmente, criam uma imagem irreal sobre os riscos enfrentados pelas elites, pelas pessoas brancas de classe média e pelas mulheres brancas (ROLIM, 2008: 197)

Essa predisposição tem a ver como vimos, pelas próprias raízes históricas dos meios de comunicação, aliados a perspectivas plutocráticas, ao mesmo tempo em que monopolizam o controle da informação do país. Por outro lado, temos que dizer que o medo pode até não ser um bom conselheiro, mas é um excelente vendedor de notícias. Como afirma Rolim (2006:193): "O público, saturado com notícias sobre atos mórbidos que vitimam inocentes, sente-se muito concretamente ameaçado. As pessoas imaginam que, se essas coisas estão acontecendo com tanta freqüência, então "podem ocorrer com qualquer um". E passam a recorrer ainda mais ao jornal como fonte de segurança e de informação sobre os perigos. Como afirma Souza (2008:29-30):

> Isso acontece, entre outros fatores, porque a mídia, comumente, se encarrega de amplificar e retroalimentar o medo. O crime rende boas manchetes, o medo do crime vende jornais e encontra ampla audiência – da mesma forma que, cada vez mais, o medo do crime rende bons negócios (de carros de passeio blindados a armas, de "condomínios exclusivos" aos serviços de firmas de segurança particular)

No entanto, se essa mídia apena está seguindo com naturalidade a compreensão social e econômica de seus patrões, ainda podemos mostrar que ela está contribuindo para uma política de extermínio diária. Política que alija o ser humano da vida e o incentiva na direção da morte, como evidencia a imensa quantidade de figuras de jovens morrendo dentro do nosso *corpus*. Essas mortes, contudo, como vamos ver abaixo, estão longe de produzir alguma comoção pois

como iremos ver fazem parte da Ordem visada pelo sujeito que é responsável por narrá-las, a Polícia.

HOMICÍDIO

# Adolescente assassinado no Coque

O estudante J.A.C.O., conhecido como *Gustinho*, 16 anos, foi assassinado com vários tiros, na madrugada de ontem, na rua Miranópolis, no Coque, bairro de São José. O adolescente morreu na calçada da escola Anjo Gabriel. Ontem pela manhã, as pessoas estavam assustadas com a violência na comunidade. Na madrugada da última segunda-feira, o desempregado Roberto Cardoso Filho, o *Caveirinha*, 28, foi arrastado de dentro da casa dele e assassinado com mais de seis tiros na rua Ibitinga. Segundo os moradores, em menos de um mês já morreram oito pessoas no bairro. A Polícia acredita que os crimes tenham relação com o tráfico de drogas na área.

O vigilante Fernando Antônio Carneiro de Oliveira, 32, pai do menor, contou que o filho saiu de casa por volta das 18h30 da última quinta-feira. "Ele disse que iria para a escola e de lá ia até a casa da namorada, que fica aqui no bairro", informou. Segundo Fernando, o rapaz estudava no Colégio Municipal Joaquim Nabuco, na rua Imperial. O vigilante declarou desconhecer os motivos pelo qual o filho tenha sido assassinado e disse ainda que o rapaz não era usuário de drogas. "Nunca vi J. fumando um cigarro de maconha. Se ele era viciado eu não sabia", garantiu.

O delegado Colombo Sieber, da Delegacia de Afogados, comentou que a equipe de investigação esteve no local para ouvir as testemunhas. Segundo ele, os policiais receberam a informação que a vítima costumava praticar pequenos furtos na área e que também era usuário de maconha. Por enquanto, a Polícia ainda não tem pistas do autor do homicídio.

**Figura 12** Adolescente assassinado no Coque VIDA URBANA, p. 4 - 22.05.99)

Como vemos, o texto evidencia principalmente duas mortes. O primeiro sujeito, *Gustinho*, foi assassinado enquanto outro sujeito, *Roberto Cardoso Filho*, também é morto. Em relação ao primeiro, o pai do rapaz afirma que este era um rapaz comum: não era usuário de drogas e ia da escola para a casa da namorada e, portanto, não sabia porque o filho havia sido assassinado, diríamos então que o programa narrativo do sujeito Gustinho a partir de seu pai seria S ∩ O [Vida]. Isto é, o sujeito estava em conjunção com os valores da vida figurativizados na escola e na namorada.

De fato, para o pai, o filho não queria se separar do valor Vida: ele não queria morrer. No entanto, a figura do Delegado funciona no texto como o Destinador e sanciona negativamente a busca pelo valor Vida, afirmando que a morte de Gustinho possuía relação com o "tráfico de drogas". Assim, o caso não era que S ∩ O [Vida], mas S U O [Ordem] isto é, o sujeito Gustinho estava separado da Ordem, logo, sua morte está decifrada: praticava pequenos furtos e era usuário de maconha.

Por fim, o sujeito Polícia demonstra que o programa narrativo estabelecido pelo pai estava equivocado, o filho, afinal, por ser usuário de maconha e praticantes de pequenos furtos, estava, na verdade, buscando a Morte e não a vida. Para o sujeito Polícia, a Morte nada mais é

do que uma punição necessária para um sujeito que não estava em conjunção com a Vida, mas com a Desordem.

O fato da fala do Delegado constituir o sentido final do texto evidencia-nos que, mesmo que a Polícia não seja o sujeito da narrativa, a imbricação do jornalista com os valores da instância policial garantem que haja praticamente uma narração em conjunto desses dois sobre a morte do jovem. Uma vez que já exploramos o programa narrativo da Polícia, fica fácil para nós constatarmos que nesse caso, se o objeto de valor do sujeito Polícia é a Ordem, este, ao se tornar o Destinador, mantém a ordem como um valor de base que irá respaldar as ações do sujeito protagonista, Gustinho. Para este Destinador a relação com "maconha" e "furto" leva à punição da morte o que não é problema porque, afinal, a função da Polícia é manter a Ordem a partir da repressão e punição.

Como falamos previamente, a instância Policial dentro da perspectiva neoliberal tem apenas como função combater o crime: não há aí nenhuma preocupação moral além dessa, não existe dentro do neoliberalismo algo como a máxima "a vida deve ser protegida". Então, se a morte é conseqüência da Desordem e significa o fim da ação que levava à Desordem, qual o verdadeiro problema com ela? Para o Destinador-Polícia a morte só antecipou algo que ele mesmo teria que fazer: prender aqueles sujeitos, tirá-los de circulação. Afinal, eles já estavam condenados. Foi apenas uma impressão equivocada (a do pai do rapaz assassinado) que pôde acreditar que o filho deveria estar vivo, a partir de outro programa narrativo.

Ao final, ao se evidenciar que o adolescente era usuário de drogas e um pequeno ladrão, sua morte parece não ser nem apenas justificava como também necessária. Nenhum receio de que a maconha e o furto possuam a mesma isotopia com a morte (por um lado, vemos como é fácil criar essa associação com um jovem pobre, e por outro, nos mostra o que acreditamos ser justo para os traficantes ou os bandidos sociais).

Dentro do neoliberalismo, os jovens envolvidos em situações com o tráfico (se, pudéssemos dizer, houvesse um caminho tão fácil para a morte) atuam como peças automáticas do sistema, peças da engrenagem que fazem apenas *tic-tac* para explodir sua vida no momento adequado. Como afirma Souza (2008:41)

> A criminalidade (ou, pelo menos, parte dela, já que há "crimes e crimes", com causas e motivações variadas) é, em um país como o Brasil, em larguíssima medida, um subproduto da "dívida social" acumulada há gerações e gerações, sob a mediação de fatores institucionais (falência e inadequação intrínseca do sistema prisional, corrupção estrutural do aparado policial, etc.) e culturais (ascensão de valores como consumismo, individualismo, hedonismo).

Mas dentro do Regime neoliberal, apreendemos essas mortes descontextualizadas das condições sócio-históricas nas quais elas mesmas foram produzidas. Quando o crime violento emerge, temos a impressão de que é a pura expressão do desejo dos indivíduos pela morte (ROLIM, 2006:186). Na narrativa de Gustinho e de tantos outros jovens dentro do *corpus* suas mortes são integradas à dimensão de um simples desejo, marca por excelência dos valores neoliberais dentro do texto. Constrói-se assim um encadeamento no qual aquelas vidas passam a não fazer sentido. Como afirma Rolim (2006:190) "se o evento trágico é apresentado em uma "singularidade enlouquecida" – que já não possui referência social e que, portanto, surge como fenômeno independente – então o problema já aparece reduzido aos autores". Assim, o autor desse ato passa a ser portador de uma possibilidade malévola.

> Como essa figura não tem história, nem qualquer outro atributo que revele sua condição humana e sua personalidade contraditória, ela mesmo termina sendo reduzida e definida por aquela possibilidade perigosa e detestável. A ação que se atribui ao infrator ou que ele, concretamente, praticou já não é uma ação; ela é ele, o próprio infrator. (ROLIM, 2006:191)

Desse modo, conforme Rolim, "*o círculo das simplificações se fecha*" e entendemos que se este infrator recebeu a morte como prêmio, não havia melhor punição por desafiar a Ordem. A justiça, afinal, foi feita.

> Essa perspectiva deriva, pro assim dizer, da representação social dos pobres que largamente predomina na classe média e também na mídia, segundo a qual cada um é inteiramente responsável por suas "escolhas", tendo, em matéria de status e condição social, geralmente "o que merece" (SOUZA, 2008:61)

No caso da nossa narrativa, o Destinador-Polícia verificou que o sujeito Gustinho possuía competência (ao praticar pequenos furtos e ser usuário de maconha estar separado da Ordem) para ser punido e por isso recebe a sanção positiva para morrer. Percebamos que o pai e o Delegado possuem programas narrativos que almejam a figura de Gustinho. Para o primeiro, o filho possui o sentido do afeto, para o segundo o sentido da punição. O pai só se realiza enquanto sujeito na medida em que mantém a Vida do filho, já o Delegado só se mantém enquanto Destinador Polícia enquanto demonstra que a figura de Gustinho estava conjunta à Desordem e por isso merecia ser punida. Afinal, como sabemos, o programa narrativo do Delegado prevaleceu e se somou à constatação de que esses jovens, como Gustinho, não possuem outro programa narrativo de base e por isso é natural que morram mesmo. É como, se na verdade, merecessem morrer.

Uma outra figura que surge com freqüência nas matérias da Polícia são as drogas. Tanto no caso do outro sujeito que morreu, Roberto Cardoso Filho, quanto no de Gustinho, a figura das drogas surgem como competência do sujeito para a punição.

No contexto social, as drogas assumem uma imbricação com os espaços populares não porque existam, nesses espaços, grandes traficantes escondidos, mas porque são mananciais de mão de obra barata e descartável, porque sua localização e sua organização espacial interna, sem a presença do Estado ou da cidadania simbólica, fazem com que possam favorecer toda uma marginalidade de ações que, como sabemos, sabem ser hipocritamente reprimidas na superfície social. A relação desses espaços com as drogas é reflexo de toda uma engenharia capitalista e terminam por aprofundar as desigualdades.

No sistema do tráfico, "os ganhos são inversamente proporcionais aos riscos: aqueles que mais ganham são os que menos se arriscam, os que mais se arriscam são os que menos ganham" (Souza, 2008:128). Dessa forma, boa parte dos jovens envolvidos nas situações de tráfico, cientes de que sua vida não será longa, preferem possuir o dinheiro, ação e aventura (dignos de um James Bond) à vida precária de seus pais e irmãos que precisam se submeter a condições de vida extremamente difíceis. Não é de estranhar que, quando apreendidos e questionados pelos seus crimes, esses jovens respondam com uma frieza *sui generis* às interlocuções midiáticas: a frieza, longe de dizer respeito a uma falta de humanidade, está relacionada a uma dimensão bastante humana.

> Desprezo e ódio pela polícia que os submete a extorsão; desprezo e ódio pela classe média americanizada que se refugia em seus "condomínios" (e cujos padrões de consumo eles tentam, não obstante, emular); ódio pela burguesia que explora e que mata – mas que não morre e nem tem de temer o cárcere. (SOUZA, 2008:133)

Quando compreendemos que esses jovens estão acomodados no interior do sistema (Souza, 2008:133), que são produtos sociohistóricos e culturais passamos a entender que mesmo a morte de algum deles, que estivesse relacionada ao tráfico, deveria ser uma morte tão difícil quanto todas as outras. Como afirma Souza (2008:150): "Não é porque a dimensão de livre-arbítrio de um jovem traficante drogado que mate o seu rival no tráfico é pequena, em face das circunstâncias, que o horror do fato dever ser minimizado". Mas, quando retornamos para a constatação de que essas mortes acontecem a partir do sujeito Polícia, vemos que há toda uma minimização e naturalização dessas mortes.

A figura do desemprego também aparece como um das justificativas, no caso do Caveirinha, para que falta de Ordem o levasse à morte. O emprego, um dos principais

"objetos" do discurso do progresso e do desenvolvimento que é mantido em elevadas taxas de desigualdade pelo neoliberalismo, tem, na sua ausência, uma correspondência à Desordem e, por tabela, à morte. A presença do desemprego como uma figura topônima à morte dentro do Coque precisa ser entendida à luz do que Marx chamou de hiperprecariado.

O hiperprecariado é uma derivação marxista do "proletariado em farrapos" ou lumpemproletariado utilizado por Souza (2008:134). É a superpopulação relativa, que "vegeta no inferno da indigência, do pauperismo". Assim, o que as sucessivas exclusões e opressões econômicas ensinou aos trabalhadores das comunidades populares foi um certo tipo de deterioração, que na classes média e alta assumem outras conotações, como corrupção ou hipocrisia generalizada. No que diz respeito às comunidades populares,

> A exclusão de trabalhadores relativamente ao setor formal da economia não significa, em absoluto, que eles se tornem "excluídos" ou "marginais" relativamente ao sistema capitalista: em meio à dialética entre "ordem" e "desordem", entre o "legal" e o "ilegal", entre o "formal" e o "informal, o "subsistema varejo" e o "hiperprecariado armado" se mostram, ao mesmo tem em que ameaçadores e "disfuncionais" do ângulo do Estado em sua face formal, perfeitamente "funcionais" no que tange às atividades capitalistas e aos agentes econômicos e estatais que lucram ou se beneficiam com a economia criminosa( SOUZA, 2006: 133-134)

No entanto, essa percepção que compreende a relação das drogas com a vida dos trabalhadores que não possuem acesso ao mercado formal, mostra que para o sujeito Polícia, essas figuras são topônimos da Desordem. Nos bastidores, ficam de fora às questões contextuais sociohistóricas que evidenciam na morte de desempregados e traficantes como uma das facetas mais cruéis do capitalismo: sua criminogenia. "O capitalismo é "criminógeno", antes de mais nada, por gerar um hiato constantemente ampliado entre, por um lado, a criação de uma demanda real de consumo, e , por outro, a possibilidade de a população satisfazer essa necessidade de consumo" (SOUZA, 2008:157). Agora, vamos agora ver o caso de outro jovem, que, diferente do usuário de maconha Gustinho e do desempregado Roberto Cardoso Filho, conseguiu ainda sobreviver um pouco mais antes de ser "devolvido" ao mundo dos mortos.

Manchete: **Jovem é morto dentro de um posto de saúde**
Intertítulo: **Coque**

Diogo Rodrigues da Silva, 15 anos, foi morto com um tiro na cabeça dentro do posto municipal de saúde Perilo Pernambucano, no Coque. O crime aconteceu ontem, às 09h30, minutos antes da chegada dos soldados da Polícia Militar, que fazem a patrulha no local. Diogo havia acabado de sair de uma consulta odontológica e ia se encontrar com a mãe, Jucélia Rodrigues da Silva. O crime chocou funcionários do posto.

> "Ouvimos o barulho e saímos para ver. Estamos assustadas. Foi a maior violência que já vi" disse uma enfermeira, que preferiu não se identificar por medo. O rapaz foi atingido no pátio, a menos de dois metros da porta principal. "E se o posto estivesse cheio? Poderia ter acontecido uma tragédia", comentou outra enfermeira. Ninguém admitiu ter presenciado a morte.
>
> O chefe da Guarda Municipal, coronel José Ramos, disse que durante o dia são feitas rondas no local. "A patrulha estava a caminho quando a morte aconteceu. Foi um caso planejado e dificilmente conseguiríamos evitar", afirmou Ramos.
>
> Há um mês Diogo foi baleado, vítima de um atentado. O rapaz levou dois tiros no tórax e fazia curativos no posto. "Ele tinha voltado para casa poucos dias atrás, mas estava sendo ameaçado", disse a irmã Girlene Rodrigues. Segundo o comissário Marcos Vieira, do Departamento de Operações da Polícia Civil, a morte foi um acerto de contas. Diogo é suspeito de participar do assassinato de um vigilante há dois meses. (Vida Urbana, p.02, 14/10/2003)

Aqui, temos uma diferenciação tácita em relação aos outros sujeitos da matéria anterior. Como se sabe, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), jovens que não tenham atingido os 18 anos devem ser protegidos de exposição pública em quaisquer circunstâncias. Na presente matéria, tal direito é inteiramente desrespeitado. Já na matéria anterior, o enunciador revela o apelido do estudante J.A.C.O, o Gustinho. A intenção, contudo, não é avisar aos seus amigos de colégio que ele está morto. A intenção, segundo podemos perceber ao longo de várias matérias coletadas, é identificá-lo como tantos outros jovens e adultos que possuem um nome "próprio" ao se envolverem em atividades ilícitas.

Temos assim, Luciano Barbosa da Silva, o Índio (29/03/2003), Adriano Taenga e Nêgo Bi (22/02/2005), Edvaldo Idalino da Conceição, o Boboy (03/01/1998), entre tantos outros. Na verdade, essa é a única justificativa para a morte do adolescente estar lado a lado com a de Roberto Cardoso Filho, o Caveirinha. São esses apostos que os unem, juntamente com suas aproximações da Desordem. No presente caso, Diogo não possui apelidos, assim, efetivamente, sua morte parecia estar protegida da familiarização de drogas ou desemprego que justificaria a morte dos outros dois.

Identificamos a vida sendo alijada de Diogo já na primeira oração do texto. O programa narrativo de Diogo no qual S ∩O [Vida], onde S é o sujeito e objeto de valor é a vida pode ser explicitado a partir das figuras da Vida, isto é, a consulta médica e o encontro com a mãe (Jucélia). Temos aí um sujeito em consonância com as relações afetivas e serviços médicos, ambas representativas do valor Vida. Ao final do texto, contudo, duas afirmações policiais, uma pontuada pelo sujeito Chefe da Guarda e a segunda pelo próprio jornalista, a partir do Comissário, parecem justificar o contrário: a morte de Diogo dificilmente poderia ser evitada,

pois se tratava de um acerto de contas (“ele era suspeito de participar do assassinato de um vigilante há dois meses”), afinal, ele também estava em consonância com a Desordem.

Assim, muito embora identifiquemos a construção de um desejo de vida da parte de Diogo, sua morte é justificada pela Desordem. A figura do garoto, assim como a de Gustinho, é disputada pelo sujeito Polícia que afirma que, na verdade, o caso não é que Diogo ∩ [Vida] e por isso se justifique sua busca por esse objeto de valor. O caso, para a Polícia é que Diogo U [Ordem] logo, faz sentido que ele seja punido.

É quase como se disséssemos: não importa se você procure um objeto de valor próprio, que você deseje a Vida. Importa se há em você os elementos que caracterizam sua relação com a desordem. Na verdade, a única possibilidade de encontrarmos o sentido da morte de Diogo seria deixarmos que sua família falasse até o fim. Mas isso parece impossível porque para a figura da guerra que parece estar sempre presente sob os espaços populares, seus moradores precisam ser tratados como figuras de criminosos em potencial.

No caso de Gustinho e Caveirinha parece ser um programa de base de sujeitos em *conjunção* com a Desordem, logo estão destinados à morte. Não se poderá esperar outra coisa que não a morte de quem estava envolvido com a marginalidade/desordem. No caso de Diogo, mesmo que ele tenha demonstrado existir dentro de um programa narrativo que buscasse a Vida, ele recebe a sanção negativa do Destinador Polícia que revela: o garoto estava envolvido no assassinato de um vigilante, logo, é natural que tenha formado, previamente, a competência necessária para morrer.

Face a essas constatações trazidas a partir da análise, passamos a entender a mídia como um jogo de visibilidades e invisibilidades extraordinário, capaz de fazer o sujeito resistir e morrer no caso de Diogo, não resistir e morrer, no caso de Caveirinha e Gustinho. Como afirma Rolim (2006:198)

> (...) a mídia pode cumprir um papel decisivo quanto à seleção de condutas identificadas como criminosas e/ou ameaçadoras. Pode alargar os limites conceituais pelos quais se identifica o crime, assim como também estreitá-los. Pode, em síntese, alterar as sensabilidades diante do crime e da violência.

Dessa premissa, nos perguntamos: quais as conseqüências que uma abordagem discursiva com ênfase no sujeito Polícia que privilegie a Desordem na vida dos jovens “pobres e pretos”? Estamos ou não lidando com uma morte simbólica sem igual que perpassa a construção dessa juventude nas mídias? E mais: a partir do momento em que esses jovens se tornam “objetivados” pelo discurso do sujeito Polícia mesclado ao discurso do jornalista, não ganha ares de uma política de extermínio sistemática? Não obstante, o discurso do Sujeito-

Polícia é o discurso que mais cresce dentro do regime neoliberal pós-anos 90. Como vemos, relações desiguais de um lado e punição através da morte naturalizada do outro, relações essas que fazem sentido dentro um sistema que, como nos diz Anderson (2007: 19-20), não vê problema em repressão  desde que a concorrência prevaleça.

Como vimos, dentro do programa narrativo da Polícia um acerto de contas, pequenos furtos, consumo de maconha e desemprego são topônimos da separação com a Ordem, logo, se esses sujeitos eventualmente morrem, não há nenhum problema nisso. É dessa forma que "os bandidos pobres, perpetradores reais (ou supostamente) potenciais de atos de violência e até de crueldade, são amiúde caracterizados como "animais", "monstros", "bestas-feras". A humanidade desses homens (...) é relegada ao mundo das sombras". (ROLIM, 2008:162) O mais assustador, contudo, é quando encontramos no texto a figurativização das crianças do Coque como criminosos em potencial ou criminosos em ato. Encontramos, em 22/02/2005, na capa do Diário de Pernambuco, a seguinte matéria "Menores executam policiais no Coque". A partir daí, vemos todo um volume de manchetes onde esses menores se tornam "assassinos" de policiais, onde megaoperações passam a acontecer com mais freqüência, onde suspeitos são mortos sem muitas explicações.

A naturalização dessa desumanização a partir das crianças, percebida por autores como Oliveira (1996) ainda na década de 90 incute perguntas sobre a origem genética do crime, sobre a juventude e a infância criminosa. São muitos os pressupostos construídos, "para evitar o contato com a realidade das trajetórias biográficas que retiram crianças e adolescentes da escola e lhes põem revólveres e fuzis nas mãos" (ROLIM, 2008: 162).

Eleger a criança e o adolescente como "perpetradores" do medo foi uma das conseqüências mais duras do regime neoliberal. Se, durante toda a modernidade, a adolescência começou a ser vista como um espaço de aprendizado, cuidado e descobertas e as crianças como seres extremamente especiais com grandes potencialidades de futuro, o neoliberalismo transformou-os em "pequenos assassinos" (ainda seria interessante ver a quantidade de filmes de horror que explodiram com essa temática desde os anos 90 até hoje).

Esqueceu-se assim que a adolescência é uma fase em que o mundo adulto passa a ser almejado, valores como independência e maturidade passam a ser cada vez mais procurados. Assim, a transgressão – que serviu de pretexto para vários movimentos culturais que transformaram o mundo – tende a se tornar cada vez menor, na medida em que os jovens adquirem autonomia de fato. Vincular-se, portanto, a atos ilegais, se torna, muitas vezes um claro desejo de que se está ansiando por atenção e como afirma Rolim (2006:168) Não por outro motivo, em várias subculturas juvenis o fato de alguém do grupo ter apanhado da polícia

ou ter sido condenado judicialmente é fator que agrega prestígio. Como afirma o pesquisador, existem dois tipos de infratores que se dirigem contra a sociedade aqueles que sofrem de alguma psicopatia grave e aqueles que se limitam à adolescentes em busca de reconhecimento. A característica da nossa mídia foi, por falta de repertório contextual e sociohistórico ou de empatia, reconhecer nos adolescentes pobres os psicopatas e assim naturalizar suas mortes.

A moderna criminologia, conforme aponta Rolim, afirma que uma juventude vinculada a projetos de transformação e de dignidade dificilmente se impulsiona em uma carreira criminal. Estes vínculos, contudo, foram imbricados com valores econômicos fortíssimos pelas razões históricas já desenvolvidas e, como conseqüência, escola, família ou projetos coletivos desapareceram enquanto instituições agregadoras na década de 1990, efeito sentido principalmente nas comunidades populares

Para a grande maioria dos jovens que vivenciaram essa época, a história careceu de sentido. Os pais, preocupados em sobreviver, não deram conta mais de formar os filhos. Na escola, prevaleceram as dinâmicas disciplinares de um lago e jogos econômicos de outro. Na década de 90, a identidade do que se queria do adolescente era sintetizada pela publicidade, que não se cansava de produzir para o público jovem. Para ser visto e notado, apenas na posse desses produtos.

A carência da história tirou dos adolescentes qualquer interesse em favor de outrem, qualquer possibilidade de descentramento para cuidar de outro. Se o adolescente já vivia na indefinição a respeito de si mesmo, já que não é nem mais criança, nem mais adulto, o que esperar de sua relação com um mundo onde não é a dignidade e o respeito à pessoa humana que prevalecem, mas sim a instrumentalização utilitária de tudo o que significa ser humano?

E o que dizer da massa de jovens das comunidades populares que percebem que não há jogo justo a jogar as poucas fichas que tem uma vez que o mercado de trabalho significa ou desemprego ou mais competição, mais condições subalternas? Foi Arendt (1994) quem afirmou que, se o poder é a capacidade que temos de agir em conjunto, toda impossibilidade de ação política estimula o ato violento.

> Talvez por isso mesmo a violência seja tão glorificada pela cultura de massa, oferecendo-se ao ser humano fragmentado como o único gesto possível diante da burocratização da vida pública e da influência arrasadora dos grandes conglomerados econômicos (ROLIM, 2006:172)

Rolim (2006:173) chama nossa atenção para o fato de que, numa perspectiva humanista, violência se torna a subtração de direitos. Quando se fala em atos violentos, leia-se também produções de vítimas. Compreende-se uma cultura total na qual a violação de direitos

acontece. A violência torna-se assim o sintoma maior da total desestruturação de um mundo montado em cima dos valores que confundem progresso com desenvolvimento econômico.

No entanto, a institucionalização crescente desse jovem como criminoso constrói estigmas. Graças à iteração e ao poder da linguagem, como mostrarmos anteriormente (cf.O Estigma) podemos realmente construir aquilo que insistimos em classificar. Assim, se as pessoas são classificadas como "delinqüentes" ou "criminosas" terminamos produzindo determinações objetivas e subjetivas que reforçam a construção de uma identidade delinqüente ou criminosa, fazendo com que eles passem a desejar operar com aquela designação. Conforme Rolim (2006:177): "Para a teoria, a rotulação dos infratores como criminosos termina por produzir um 'desvio secundário', fenômeno pelo qual alguém passa a se comportar de forma desviante para se defender as reações ao seu desvio primário".

O rótulo, como vimos previamente, funcionaria exatamente como um dos mais importantes ingredientes criminogênicos[11]. Como afirma o pesquisador, uma vez rotulados, a maioria dos adolescentes em conflito com a lei se torna alheios a qualquer perspectiva de reconfiguração social: seu futuro passa a confundir com o nada, com a morte. Ficam ocultas as condições sociais de miséria e exclusão da cidadania que sustentam boa parte dos "fatores de risco" de propensão ao crime, mencionados por Rolim (2008:144-145).

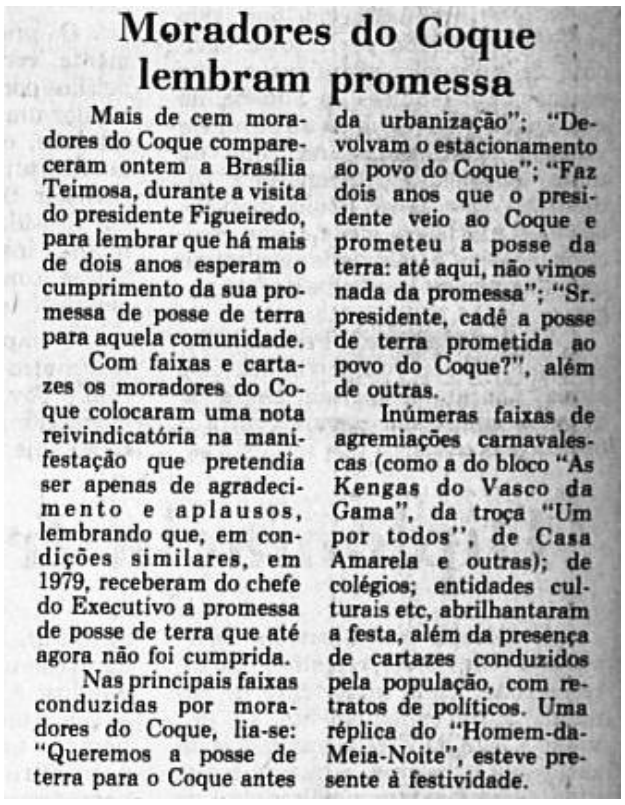
> Crianças que vivem em comunidades deterioradas, onde a maioria das famílias convive com desemprego estrutural e prolongado e onde há um déficit extraordinário de recursos e serviços públicos, possuem, evidentemente, maiores possibilidades de viver situações em conflitos com a lei. E são também maiores as chances de problemas de saúde, evasão escolar, gravidez precoce, abuso de drogas etc; certamente, elas acabam enfrentando mais situações que as estimulam em direção a condutas agressivas e violentas – senão por outro motivo, por conta da necessidade de luta diária pela sobrevivência.

Assim, essa é a navalha da década de 90 aos jovens das comunidades populares: não há vida sem o consumo, nem vida verdadeira com ele. Quando figurativizados, são reprimidos pela Ordem do sujeito polícia: ou recebem repressão ou punição, chave aí da violência e de suas figuras e temas. Felizmente, contudo, ainda há um outro actante na narrativa que, como iremos ver, tem o poder de retomar o sentido de seu programa narrativo a partir de valores que não são nem o Desenvolvimento nem a Ordem, mas a Dignidade.

[11] Rolim cita um estudo de Silva (1997) no qual se mostra como as crianças que foram rotuladas, seja em função da orfandade, do abandono ou da miséria, isto é, sem nenhum problema de conduta, cristalizaram essas institucionalizações e realizaram infrações tanto na adolescência quanto no mundo adulto.

## 5.3.O Sujeito Coque

Nos outros programas, o Coque era uma figura-palco para a realização de melhorias e benefícios sociais (Estado) ou uma figura a ser posta dentro da Ordem (Polícia). Em seu próprio programa, o Coque enquanto sujeito actante na narrativa, não almeja nem a Ordem nem o Desenvolvimento, mas a Dignidade, a partir da função S ∩ O[Dignidade]. Como vimos no gráfico, os anos 80 foram o ápice da sua presença no *corpus*, gerando textos bastante significativos como podemos ver na matéria abaixo – **Figura 13** (CADERNO 1 A, Geral p.7 - 03.05.1982). Nela, "mais de cem moradores" portando faixas e cartazes interrompem a visita do presidente Figueiredo a Brasília Teimosa para lembrá-lo de efetivar uma promessa aos moradores do bairro: a posse da terra.



**Moradores do Coque lembram promessa**

Mais de cem moradores do Coque compareceram ontem a Brasília Teimosa, durante a visita do presidente Figueiredo, para lembrar que há mais de dois anos esperam o cumprimento da sua promessa de posse de terra para aquela comunidade.

Com faixas e cartazes os moradores do Coque colocaram uma nota reivindicatória na manifestação que pretendia ser apenas de agradecimento e aplausos, lembrando que, em condições similares, em 1979, receberam do chefe do Executivo a promessa de posse de terra que até agora não foi cumprida.

Nas principais faixas conduzidas por moradores do Coque, lia-se: "Queremos a posse de terra para o Coque antes da urbanização"; "Devolvam o estacionamento ao povo do Coque"; "Faz dois anos que o presidente veio ao Coque e prometeu a posse da terra: até aqui, não vimos nada da promessa"; "Sr. presidente, cadê a posse de terra prometida ao povo do Coque?", além de outras.

Inúmeras faixas de agremiações carnavalescas (como a do bloco "As Kengas do Vasco da Gama", da troça "Um por todos", de Casa Amarela e outras); de colégios; entidades culturais etc, abrilhantaram a festa, além da presença de cartazes conduzidos pela população, com retratos de políticos. Uma réplica do "Homem-da-Meia-Noite", esteve presente à festividade.

**Figura 13** Moradores do Coque lembram promessa (CADERNO 1 A, Geral p.7 - 03.05.1982)

Temos aí o exemplo tácito dos temas nos quais o Sujeito Coque se faz presente principalmente na década de 80: luta pela posse da terra, atividades esportivas, defesa de direitos e manifestações culturais. As figuras que o representaram foram instituições como Assembléia de Bairros, Deputados, frades, poetas, dançarinos, esportistas, grupos e líderes

comunitários, Comissão de Justiça e Paz, moradores comuns, ONGS, livres associações de moradores. Todos esses temas e figuras estão subjacentes ao programa narrativo que busca a Dignidade. Mas o que vem a ser essa Dignidade? Do ponto de visto jurídico, para Sarlet (2007), a questão da *dignidade* é o foco de muitos debates na Filosofia e no campo do Direito, que dela tentam se asseverar com mais precisão. "Tal dificuldade", diz ele, "consoante exaustiva e corretamente destacado na doutrina, decorre certamente (ao menos também) da circunstância de que se cuida de um conceito de contornos vagos e imprecisos caracterizado por sua ambigüidade e porosidade, assim como sua natureza polissêmica (...)" (SARLET, 2007:379).

A problemática, para Sarlet, é que diferente das outras normas fundamentais, que cuidam de aspectos mais ou menos específicos da existência humana, como a integridade da propriedade, o direito de intimidade, etc., a dignidade da pessoa humana é uma qualidade tida por muitos como pertencente a todo e qualquer ser humano. Segundo o autor (2007: 364), percebemos a dignidade como algo real, verificamos facilmente as situações em que ela é violada e espezinhada, ainda que não consigamos estabelecer uma pauta exaustiva do que seriam a violações dessa dignidade.

Para ele, as bases dessa formulação derivam de duas vertentes na história do pensamento, a biológica-ontológica e a subjetiva-comunicacional. Segundo a abordagem biológica-ontológica, a dignidade está na base da própria constituição do humano enquanto *ser*. Haveria assim uma constituição humana que já estabeleceria uma significação de dignidade. Essa significação diz respeito a uma dignidade integrada,

> irrenunciável da própria condição humana a qual pode (e deve) ser reconhecida, respeitada, promovida e protegida, não podendo (no sentido ora empregado), contudo, ser criada, concedida (embora possa ser violada), já que existe — ou é reconhecida como tal — em cada ser humano como algo que lhe é inerente (SARLET, 2007:366-367).

Destarte, é válido considerar que a dignidade é uma premissa de todos os seres humanos, independente de etnia, cor, gênero, etc. A indignidade, nesse sentido, se dá não na afirmação dos indivíduos enquanto tais, mas nas suas práticas. É possível, logo, falar de atos dignos ou indignos, não obstante, sem perder de vista a dignidade inerente da pessoa por detrás desses atos: "a dignidade de todas as pessoas, mesmo daquelas que cometem as ações mais indignas e infames, não poderá ser objeto de desconsideração" (SARLET, 2007: 367). Há, portanto, na base dessa primeira abordagem sobre a dignidade da pessoa humana o entendimento que está por detrás do art. 1º da Declaração Universal da ONU (1948), no qual

consta que: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Dotados de razão e consciência, devem agir uns para com os outros em espírito e fraternidade”.

No entanto, a compreensão de que a dignidade é inata não indica, propriamente, que ela pode ser encontrada *a partir* do corpo humano. Ela se dá, na verdade, nas relações inter-subjetivas e/ou relacionais. Esta é, então, a segunda abordagem a cerca da dignidade da pessoa humana. Segundo Sarlet (2007:369):

> Mesmo sendo possível — na linha dos desenvolvimentos precedentes — sustentar que a dignidade da pessoa encontra-se, de algum modo, ligada (também) à condição humana de cada indivíduo, não há como desconsiderar a necessária dimensão comunitária (ou social) desta mesma dignidade de cada pessoa e de todas as pessoas, justamente por serem todos reconhecidos como iguais em dignidade e direitos (na iluminada fórmula da Declaração Universal de 1948) e pela circunstância de nesta condição conviverem em determinada comunidade.

Em outras palavras, não é suficiente apenas o reconhecimento da dignidade do ser humano enquanto ente, é necessário o seu reconhecimento na coletividade. Esse reconhecimento é contínuo, praticamente como um exercício de subjetividade e por isso precisa ser zelado. Como afirma Sarlet (2007: 371),

> [...] também por esta razão é que se impõe o seu reconhecimento [da dignidade] e proteção pela ordem jurídica, que deve zelar para que todos recebam igual (já que todos são iguais em dignidade) consideração e respeito por parte do Estado e da comunidade.

Por isso, a Dignidade é algo que sempre precisa estar sendo “percebida” pela coletividade. Assim, identificamos uma relação direta com a Dignidade enquanto objeto de valor no *corpus* visado pelo sujeito Coque. Ela diz respeito a uma dimensão comunitária dos indivíduos que não só se reconhece enquanto digna como também reconhece uns aos outros enquanto tal. No *corpus*, efetivamente, a dignidade se baseia nos valores que, para Foucault (2008a:411), constituem a sociedade civil: “A compaixão, a benevolência, o amor ao próximo, o sentimento de comunidade entre os indivíduos”. O que surpreende significativamente no caso do Coque é que esse sujeito tenha surgido mais intensamente no início da década de 80, e reunindo-se de forma coletiva - como evidenciam as figuras discursivas de associações, assembléias e grupos comunitários - justamente na época em que a livre associação, as reuniões e outras formas de encontro coletivo eram malquistas pelo regime militar.

Assim, o objeto valor dignidade, como se fez presente no texto, diz respeito não à dignidade excepcional, mas sim, integral. O que baseia a Dignidade visada pelo sujeito Coque

é, efetivamente, o conjunto das pessoas das quais ele faz parte; "No fundo, não se pode falar de um indivíduo, não se pode imaginar, não se pode conceber que um indivíduo seja feliz se o conjunto de que ele faz parte não for feliz." (FOUCAULT, 2008a: 408).

Uma vez que o sujeito Coque tem na Dignidade o seu objeto de valor, ele procurará, dentro do *corpus*, atualizar a dignidade a partir da figura dos direitos. Assim, o percurso do Coque sempre que estiver disjunto da dignidade, será um percurso que envolve a tematização de direitos conforme podemos ver nas seguintes manchetes: Moradores do Coque cobram promessa de terra a Maciel (10/01/81); Coque, a favela que já 40 anos acorda o Recife (30/10/83), Morador exige a posse do Coque (03/08/84).

Inicialmente, esses direitos foram formulados, na história, a partir da doutrina cristã na sua afirmação de que é o homem uma criatura formada à imagem de Deus; na doutrina do direito natural dos séculos XVII e XVIII, originada na natureza racional do homem, que integra o Direito positivo em contraposição a "divinização" que caracterizava o regime absolutista; no pensamento iluminista, com forte crença nos valores individuais do homem acima dos valores sociais, firmando o individualismo como a ordem natural.

No entanto, todos esses fundamentos, que caracterizaram um primeiro momento dos direitos, foram transformados quando a burguesia realizou sua revolução: todos os homens passavam a ser sujeitos de direitos universais. Com o evolver histórico (SILVA, 2006: 174-175), foi necessário superar a noção universalista dos direitos porque esta não dava conta, efetivamente, das relações entre o proletariado explorado e uma burguesia emergente. É a partir desse contexto histórico que encontramos mais de perto os direitos reclamados pelo sujeito Coque, os chamados direitos fundamentais.

Como pontua Silva (2006: 175), os "direitos fundamentais do homem referem-se a princípios que resumem a concepção do mundo e informam a ideologia política de cada ordenamento jurídico" além de designar, no nível do direito positivo, "aquelas prerrogativas e instituições que ele concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas".

> No qualificativo *fundamentais* acha-se a indicação de que se trata de situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive; fundamentais *do homem* no sentido de que a todos, por igual, devem ser, não apenas formalmente reconhecidos, mas concreta e materialmente efetivados. *Do homem*, não como macho da espécie, mas no sentido de pessoa humana. Direitos fundamentais do homem significa direitos fundamentais da pessoa humana ou direitos fundamentais. (SILVA, 2006: 179):

No *corpus*, a temática dos direitos sempre surgirá com intensidade quando o sujeito Coque se vir alijado da Dignidade. Na realidade social, os direitos sempre serão ferramentas disponíveis para denunciar os males de modelos econômicos e culturais que vão de encontro à Dignidade.

> No capitalismo, a concorrência entre os homens formalmente livres e iguais é um processo objetivo que determina, que escolhe os que se apropriarão das oportunidades de investimentos, mais ou menos lucrativas, e se transformarão em empresários, pequenos, médios ou grandes, integrando a classe proprietária; e os que colherão tal ou qual oportunidade de trabalho, distribuindo-se pelas várias classes e estratos de não-proprietários. O capitalismo cria a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais "econômicos". Mas, com a mercantilização da sociedade, cada um vale o que o mercado diz que vale. (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998: 581)

Na matéria abaixo – **Figura 14**, de 26/10/1981 (CADERNO 1A, Geral – p.16) vemos bem essa "ilusão" de oportunidades: o texto sobre a miséria do centro tem como patrocínio carnes, frios e defumados, aparelhos telefônicos e toldos.

Centro: Miséria e decadência

Texto de Manoel Barbosa

Os preços levam o povo a procurar os comedis

Com o preço da carne, sobram as pelancas e os ossos para o pobre

RI-WI
CARNES – FRIOS – DEFUMADOS
Superior Qualidade – Fabricado em Recife
FRIGORÍFICO RI-WI LTDA.

SEU APTO. BEM QUE MERECE.
GTE
TELEIMPORTADORA
Revendedor autorizado
RUA GUARANTÃ E OITO, 438 - ESPINHEIRO
BUSCA AUTOMÁTICA • 221-2588

TOLDOS SOLARI
O difícil é escolher o mais bonito. Porque são todos lindos
EXPOSIÇÃO E VENDAS
ALUMINART
BOX, ESQUADRIAS DE ALUMÍNI
AV. CONDE DA BOA VISTA, 1060 FONE:2

**Figura 14** Centro: Miséria e Decadência (CADERNO 1A, Geral – p.16 - 26/10/1981)

A imagem das pelancas e carnes para os pobres acima dos defumados e frios para os ricos denota a expansão de consumo para uns poucos e miséria social para tantos outros. Essa

percepção, na realidade social, instiga os cidadãos a denunciarem a ausência da dignidade a partir dos direitos fundamentais. Assim, a busca pela dignidade no contexto social, vai se contrapor sempre: "a ambição da riqueza e a capacidade de transformar tudo, homens e coisas, em objeto do cálculo em proveito próprio" (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS,1998:581).

Ao se encarar a problemática do povo, a busca pela dignidade vai denunciar que existem aqueles que estão fora das margens do emprego, aqueles que são vítimas da maquinaria social. Vai fazer questão de expor que existe uma massa de pessoas – muitas delas negras – "abandonadas à própria sorte, ocupada nos trabalhos mais ´pesados` e mais precários, muitos vivendo de expedientes, amontoada em habitações imundas, favelas e cortiços, mergulhada também no analfabetismo, na desnutrição e na doença". (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998: 583)

De forma geral, na história do país, a busca pela dignidade avança de modo desigual, num rápido movimento para uns e timidamente para outros, colocando o profissional de gestão, o gerente e suas especializações, em um patamar radicalmente diferenciado do cidadão negro e marginalizado. Denunciará, pois, que enquanto surgem "escolas de administração de empresas, clubes de gerentes e revistas especializadas que tratam de difundir os padrões americanos de gestão". (1998: 595)[12] uma boa quantidade de pessoas se mantém à margem de qualquer possibilidade de consumo.

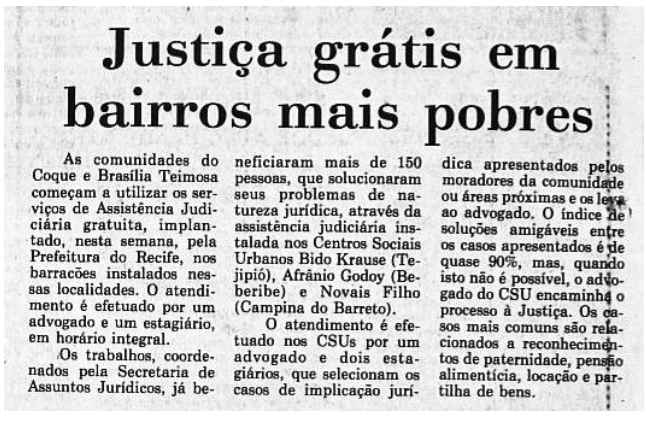
Na metade dos anos 1960, a busca pela Dignidade vai perceber, no brasileiro, o desejo de copiar o desenvolvimento econômico do Primeiro mundo em detrimento dos direitos da sua gente. Torna-se assim uma incorporação mecânica do estrangeiro, da sensação de progresso.

> Já no final do século XIX em diante e acentuadamente a partir dos anos 50, o grande fascínio, o modelo a ser copiado passa a ser cada vez mais o American Way of life. Fascínio, primeiro do empresariado e da classe média alta que, depois, foi se espraiando para baixo, por força do cinema e da exibição, nas cidades, aos olhos dos "inferiores", do consumo moderno dos "superiores", dos ricos e privilegiados. Não é por acaso que talvez o brinquedo preferido dos meninos vá se tornando o automóvel, o símbolo maior do americanismo. (...) Não é por coincidência, também, que os meninos passem a brincar de cow-boy com revólveres na mão, de metal ou de plástico. (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998: 605)

Conforme Cardoso de Mello & Novais (1998:605), o Brasil se tornou capitalista consumindo sem produzir, gozando dos benefícios da sofisticação material sem ter liquidado

[12] O mais puro molde americano, na época, dizia respeito também a manter a separação clara de negros e de brancos, como deixavam expostas as leis de Jim Crow, mantidas no país do norte até 1965 e que negavam aos cidadãos não-brancos toda uma série de direitos.

no seu passado as dívidas morais, como a escravidão. É desse modo que notícias como a que segue, já nos diziam que a Dignidade dos cidadãos não estava garantida. A assistência jurídica, em 1980, era entendida como um privilégio de poucos e esse privilégio agora era "presenteado" aos pobres pelo Estado como sugere o texto abaixo (**Figura 15** - CADERNO 1A, Geral - pag.8 - 29/09/1980).



# Justiça grátis em bairros mais pobres

As comunidades do Coque e Brasília Teimosa começam a utilizar os serviços de Assistência Judiciária gratuita, implantado, nesta semana, pela Prefeitura do Recife, nos barracões instalados nessas localidades. O atendimento é efetuado por um advogado e um estagiário, em horário integral.

Os trabalhos, coordenados pela Secretaria de Assuntos Jurídicos, já beneficiaram mais de 150 pessoas, que solucionaram seus problemas de natureza jurídica, através da assistência judiciária instalada nos Centros Sociais Urbanos Bido Krause (Tejipió), Afrânio Godoy (Beberibe) e Novais Filho (Campina do Barreto).

O atendimento é efetuado nos CSUs por um advogado e dois estagiários, que selecionam os casos de implicação jurídica apresentados pelos moradores da comunidade ou áreas próximas e os leva ao advogado. O índice de soluções amigáveis entre os casos apresentados é de quase 90%, mas, quando isto não é possível, o advogado do CSU encaminha o processo à Justiça. Os casos mais comuns são relacionados a reconhecimentos de paternidade, pensão alimentícia, locação e partilha de bens.

**Figura 15** Justiça grátis em bairros mais pobres (CADERNO 1A, Geral - pag.8 - 29/09/1980)

Mas a busca pela dignidade não cessa, não se contém com assistencialismos. No meio da década de 60, há toda uma resposta de entidades religiosas e organizações sociais ao vácuo moral legado pelo desenvolvimento a todo custo. Inicialmente, a Igreja passou a estar cada vez mais preocupada com a situação de exploração dos trabalhadores. As encíclicas Rerum novarum e Quadragésimo ano redefinem o valor católico dos direitos da pessoa humana, com base na teoria dos direitos naturais de São Tomás de Aquino.

> É exatamente em nome da pessoa humana que se condena o "materialismo capitalista", na medida em que celebra a cobiça e transforma o homem em coisa, ou o "materialismo ateu dos comunistas", que suprime as liberdades humanas. A idéia de caridade cristã, uma ação puramente individual praticada por um "superior" em relação a um "inferior", se estende no solidarismo cristão, necessário a uma sociedade em que o trabalho deve ser mais valorizado do que o capital. (Cardoso de Mello e Novais, 1998:610)

Além do movimento secular, a constante manutenção das vantagens competitivas no capitalismo brasileiro, fazia com que aos poucos os trabalhadores, desqualificados pelo *mainstream* da nossa sociedade, se apropriassem da compreensão de que sua força muscular era a base de todo o sistema, de toda a maquinaria que – surpreendentemente – sustentava os ricos empresários nos arranha-céus de São Paulo e de todo o país. Surgia desse modo, além da compreensão moderna da Dignidade enquanto pressuposto espiritual ou filosófico, também, a

Dignidade enquanto compreensão de direitos fundamentais, direito ao bem-estar social. Passou-se, então, a ir de encontro aos monopólios sociais que construíam culturas próprias: advogados e médicos possuem inteligência, lixeiros e estivadores não. Esses monopólios se configuravam também pela zona de interesse que fazia com que os funcionários públicos que tivessem "influência" ascendem-se na profissão ou nas lojas comerciais em que era necessário uma boa apresentação – dentes, terno e gravata e falar português.

Por outro lado, "Para ser trabalhador autônomo, marceneiro, encanador, mecânico de automóvel, etc, era preciso aprender o ofício, ter dinheiro para comprar ferramentas. Mas para se estabelecer não bastava; o problema era encontrar dinheiro para pagar o aluguel, arranjar fiador." (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998:615) Por outro lado, os filhos dos empresários, os filhos dos advogados, médicos, engenheiros do país, também entravam em contato, nas Universidades, com outros pensamentos que questionavam o *status quo* e denunciavam os abusos do capitalismo.

Aos poucos, esses jovens, homens e mulheres se inspiraram em torno do trabalhismo, do socialismo, da ética católica e do comunismo. Através do nacionalismo, essas pessoas desejaram construir uma nação, uma civilização brasileira, participando na imprensa, nos movimentos culturais, religiosos, partidos políticos e universidades. O ideal compreendia que era necessário nacionalizar o progresso de maneira democrática a fim de por limites ao capital estrangeiro e garantir um desenvolvimento mais inteiro (e, por que não, integro) ao país tupiniquim. Seus objetivos compreendiam (op.cit: 616-617) "a reforma agrária, para quebrar o monopólio da terra, atacar a miséria rural a fim de evitar as migrações em massa, que pressionavam os salários urbanos para baixo"; criar uma escola ao mesmo tempo pública e republicana, que fosse assim, acessível e preparasse cidadãos para a democracia; ampliação dos direitos sociais e subida dos salários; controle do poder econômico privado, representado antes de tudo pelo capital multinacional e por fim, controle público dos meios de comunicação de massa. Estávamos, portanto, lidando com outra interface da Dignidade, a Dignidade compreendida como bem estar social de todos, efetivação de direitos e como resistência a um modelo econômico que privilegiava desigualdades.

Quando o Golpe militar derrubou o governo de João Goulart e assumiu suas opções econômicas apoiadas no desenvolvimento a todo custo, a Dignidade passou para a resistência. Enquanto os militares insistiam na série de benefícios sociais de cunho assistencialista, escondiam a própria dimensão do capitalismo: uma grande parcela dos trabalhadores comuns permanecia imersa em uma pobreza catastrófica Segundo Cardoso de Mello & Novais (1998: 625):

> Nas regiões de maior dinamismo econômico, bastava a ocorrência de algum percalço ou de alguma fatalidade para que a vulnerabilidade decorrente dos baixos salários ou da baixa renda se traduzissem em insuficiência alimentar, em precariedade habitacional, etc.

Assim, as grandes cidades passaram a acumular um contingente de pobreza estrutural, frutos das conseqüências de baixos salários numa economia em expansão acelerada, com grandes margens de lucros das empresas em geral. Pobres que, em sua maioria, não tinham onde morar.

> Poucos puderam se beneficiar dos financiamentos para casa própria concedidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). O jeito era o de sempre: juntar dinheiro, comprar um terreno a prestação, construir o mínimo, depois ir aumentando a casa. Mas uma parte foi obrigada a "morar de aluguel (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998: 622)

Evidencia-se essa realidade na propaganda governamental abaixo (**Figura 16** – CADERNO 1 A, Política, p.7 - 30.11.1980.), destacando a problemática da habitação no Estado de Pernambuco.

Assim, como afirmam Cardoso de Mello & Novais (1998: 633-634)

> Em 1960 e 1980, os 5% mais prósperos – o grande e médio empresariado, os altos executivos, profissionais de grande sucesso que prestam serviços aos ricos e uma parcela do pequeno empresariado – subiram sua participação na renda dos já elevados 28,3% para espantosos 37,9%. (...) Os 60% mais pobres, os trabalhadores subalternos do campo e das cidades, que, em 1960, detinham parcos 24,9%, passam aos escandalosos 17,8% em 1970.

A constatação dos efeitos drásticos dessas escolhas econômicas fizeram com que a busca pela Dignidade partisse para as resistências sociais alternativas: dos partidos, dos movimentos de classe e das associações católicas ligadas à Teologia da Libertação. Entre 1964 e 1980 foram criados 150 periódicos, com duração, alcance e tiragem muito variáveis. "Compartilhavam, porém, a oposição intransigente ao regime militar e atuaram como espaço de reorganização política e ideológica das forças de esquerda, num momento em que poucos ousavam desafiar a ordem estabelecida." (MARTINS & DE LUCA, 2006: 111)

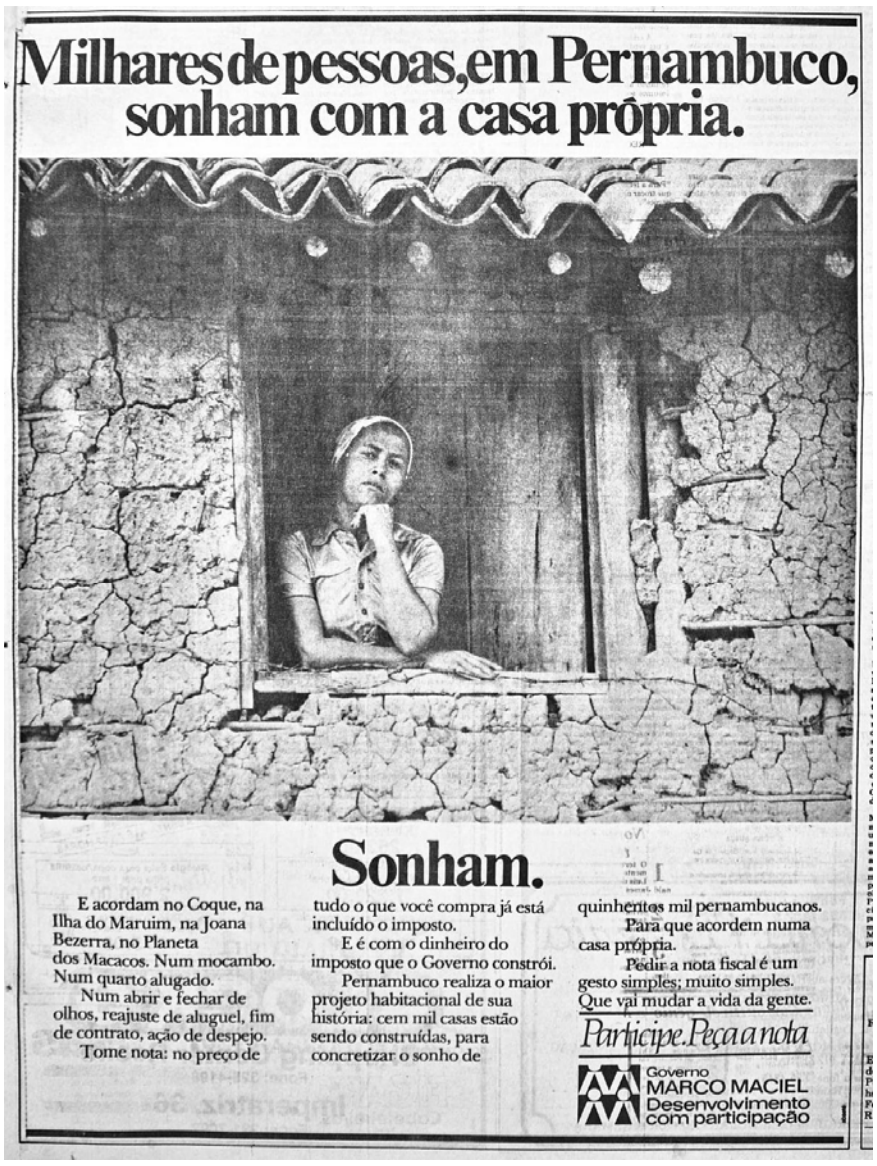



**Figura 16** Milhares de pessoas em Pernambuco sonham com a casa própria. Sonham.

No entanto, o próprio desgaste do regime forçava a abertura política. No início de 1979, o AI-5 já havia sido revogado e o então presidente militar, Ernesto Geisel transmitiu o cargo a João Batista Figueiredo cujos anos foram caracterizados pela crescente inflação e baixo desempenho econômico e pela ousadia dos metalúrgicos da grande ABCD. Ao final do Governo Figueiredo iríamos encontrar a abertura política.

É mais exatamente nessa passagem do governo Figueiredo para a redemocratização que vamos encontrar uma série de movimentos sociais em busca da Dignidade no país. Segundo Santos (2008:41), “esses movimentos lidam com valores éticos, morais e comunitários; estabelecem laços de solidariedade, em substituição a conceitos políticos tradicionais (...)” A autora (2008:42) diz que é também pela luta pelos direitos relacionados à cidadania social, que esses movimentos se inspiram em penetrar no Estado, procurando conhecê-lo, interferir nas

suas medidas e muitas vezes, medir força com ele e ultrapassá-lo. Na história do país, foi justamente no período entre 1978 e 1985 que explodiram as reivindicações populares apoiadas nos valores de igualdade e solidariedade, opostos ao autoritarismo e a racionalidade progressista dos militares. Como nos diz Santos (2008:87):

> Tais movimentos tiveram grande impacto social e político. Em numerosos pontos de diversas cidades surgiram grupos e associações que discutiam as condições espoliativas da vida cotidiana, pressionando o poder público e contribuindo para a conscientização a respeito da exclusão socioespacial. Os temas que passaram a unificar as lutas que eclodiam em diversos pontos da cidade foram: moradia, acesso à terra urbana, transporte coletivo de qualidade, creche, saúde e infra-estrutura urbana.

Todas essas ações, como nos diz a autora, desafiavam abertamente a ordem instituída. E, quando em 1980, os metalúrgicos do ABCD decretaram greve, pode-se dizer que a dimensão de um "sujeito coletivo" ganhou visibilidade pública, deixando claro para todo o país e para o mundo que os pequenos movimentos poderiam se unir e ganhar força no cenário político do Brasil. É importante entendermos que esses movimentos surgiram fora do Estado, dada a situação política, e fora dos partidos, uma vez que, após 1968, com o AI-5, o regime cassou qualquer possibilidade de manifestação política. Assim, muitos dos que estavam envolvidos na atuação de um movimento que lutasse por um Brasil democrático e digno para todos os brasileiros, realizaram micro-ações de resistência social que por sua vez se articulavam com outras e assim, desenhavam, mais ou menos sincronizadas, as estratégias de persuasão sobre os militares a partir da movimentação popular.

Lembramos também que as próprias escolhas econômicas dos militares forçaram o povo a gerar vínculos de solidariedade que, por sua vez, eram a base das organizações populares que iam despontar na segunda metade da década de 1970. A grande massa de trabalhadores do país era submetida a uma pressão intensa, de um lado, e uma exploração contínua, do outro, no que diz respeito, principalmente as suas condições de trabalho. Assim,

> Ao exercitar alternativas de sobrevivência – partindo de seus minguados recursos – as famílias trabalhadoras "permitem" que, estruturalmente, se defina uma política salarial, pela qual o custo de reprodução da força de trabalho deixe de ser um ônus para o capital e se transforme, de modo gradativo, em um encargo da própria família. Isto é, o preço da força de trabalho pode ser reduzido, uma vez que o custo de sua reprodução também foi. (SANTOS, 2008:118)

Para efetivarem o reconhecimento de sua Dignidade, os trabalhadores muitas vezes decidiam em construir eles mesmos suas casas, reconhecendo, pois, o direito que tinham de

“morar” ou de ter um “chão”. A luta pela moradia se tornaria um ponto comum da luta contra as desigualdades uma vez que a afirmação: “eu moro” parace entrar em consonância com a afirmação: “eu existo”, tenho, pois direito de habitar, de fazer parte da cidade. Assim, foi através da autoconstrução, que os trabalhadores em condições mais precárias passaram a atuar para efetivarem seu direito à moradia. Na matéria abaixo, sobre a Realeza (**Figura 17** - CADERNO 1 A, Local, página 9 - 06/01/80.), acima, o jornalista inicia “O nome é bem pomposo para o mais recente ajuntamento de mocambos, surgido pelo processo de invasão, nas confluências do Coque com o Rio Capibaribe: Realeza”.

“Realeza”, nova favela às margens do rio Capibaribe

Dinamizado o Pró-migrante

Com madeira, papelão ou zinco, o importante é garantir um local para morar

Apesar das ameaças de despejo, em pouco tempo, novos barracos vão aparecendo

**Figura 17** “Realeza”, nova favela as margens do rio Capibaribe (CADERNO 1  06/01/80. A Local, página 9)

Na imagem, pode se ver os barracos sendo montados, “com madeira, papelão ou zinco”. A autoconstrução se tornava a alternativa mais válida porque, dentro do mercado imobiliário formal, o preço dos imóveis, tanto para locação quanto para venda, estavam bastante superiores ao que poderiam pagar trabalhadores explorados. Mesmo buscar moradia em favelas já construídas não parecia ser um caminho viável uma vez que “a demanda é sempre maior que a oferta e mesmo os “barracos” de favela, com os preços regidos pelos mesmos mecanismos do mercado formal de moradia, são ainda altos para a parcela mais pobre da população” (SANTOS, 2008:120). Há também as articulações do poder público com o “manejo das populações”, isto é, a estratégia de expulsar os mais pobres dos lugares mais bem providos de recursos, enviá-los, a partir de programas habitacionais, para lugares menos valorizados, ainda não plenamente “férteis” de investimentos. Como nos diz Santos (2008:122),

> nessas áreas serão piores as condições para a reprodução da força de trabalho: mais distantes do mercado de trabalhado e com maiores dificuldades de acesso aos bens e aos serviços necessários. A ausência dessas condições essenciais para a eficiência da força de trabalho comprometerá a produtividade individual do trabalhador que ali mora, pelo longo tempo despendido no transporte coletivo, além dos constantes atrasos no deslocamento para o trabalho.

Mesmo aqueles que gostariam de se envolver em programas habitacionais, segundo o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), cerca de 50% era eliminada por apresentar renda inferior ao exigido e, segundo Santos (2008:123) a proporção dos efetivamente atendidos era de 2,6%. Assim, a problemática do déficit habitacional, se torna, muito mais do que um problema de cidades superpovoadas, um problema de Dignidade coletiva, uma vez a terra urbana passa a ser utilizada como mercadoria, como valor de especulação e moeda de troca com os processos mercantis. Foi a partir dessa percepção que as populações se organizaram na forma de povo, lutando pelo reconhecimento do direito fundamental a terra. Se, por um lado, os trabalhadores se uniam provocando uma série de greves entre 1978-1980 em várias capitais do país, por outro, suas lutas não estavam dissociadas do que aconteciam no âmbito dos bairros.

A separação entre trabalhadores e moradores desaparecia no desejo de direitos, desejo esse que, mesmos com focos de atuação diversos (a moradia, o trabalho) se uniam como diferentes figurações da busca por Dignidade. Assim, "um confronto que ocorre no mundo do trabalho se alimenta de articulações forjadas nas lutas cotidianas centradas nos bairros, onde vivem os pobres que lutam por melhorias urbanas" (SANTOS, 2008:94). Como ressalta a autora (2008: 97), essa unificação de experiências aparentemente fragmentadas ocorre dadas as relações de vizinhança construídas, a identificação de problemas comuns e, também, o apoio de partidos, de estudantes e professores universitários, sindicatos e, principalmente, da Igreja Católica a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Muitas vezes eram nas próprias moradias e nas reuniões dos católicos progressistas que se identificavam as pautas sobre a injustiça e a indignidade da vida cotidiana.

Embora em Recife não tenha ocorrido greve de metalúrgicos no período, a comunicação que os nordestinos – muitos dos quais operários em São Paulo – estabeleciam entre si pode ser uma explicação secundária para a grande mobilização da luta pela terra que ocorreu na capital pernambucana. A principal, como sabemos, deu-se também pela cidade, a partir do Arcebispado de Dom Hélder Câmara, um dos principais focos de articulação da Teologia da Libertação, movimento que ia, às claras, de encontro ao regime militar, incentivava a organização popular e era pautado por uma grande valoração da Dignidade da

pessoa humana, da Dignidade social, da Dignidade enquanto resistência à indignidade promovida econômica e politicamente.

É, contudo, na luta por direitos e na luta pela terra que iremos encontrar os temas mais forte do Coque a partir do programa S ∩ O [Dignidade] sendo a Dignidade figurativizada como a posse da terra. Vamos ver também que o Coque não está sozinho enquanto esse sujeito, seu percurso é figurativizado por diversos movimentos sociais como a Aspan, Assembléia dos bairros, Movimento pela Vida e pela Paz, Grupão.

Logo, o objetivo do sujeito Coque é que S U O [Dignidade] e por isso ele segue, junto com diversas outras figuras de movimentos sociais, em busca desse objeto de valor. A ocupação da terra trata-se, pois de um tema que reveste o desejo desse Sujeito por dignidade. Na realdiade social, esses sujeitos do Coque reconhecem-se como sujeitos de direitos e retomam o seu *devir* de cidadão ocupando as terras, realizando o trabalho de construção das casas a partir de mutirões e estabelecendo assim vínculos de solidariedade entre si – os próprios ocupantes e futuros moradores do local. Se, na autoconstrução, esse sujeito do Coque se encarrega de construir sua casa, no mutirão, é o sujeito coletivo que, na divisão de tarefas, constrói as suas casas. Estabelece-se assim as diferenças entre ocupações e favelas. Como ressalta Santos (2008:134):

> Diferenciam-se pela forma de organização: um grupo após uma ocupação, passa a ser ponto de apoio de um novo grupo. Consideram que a melhor forma de passar a experiência é vivenciá-la com quem está em situação semelhante, assim as experiências de vida moldam as formas de atuação desses novos sujeitos políticos.

Santos (2008:134-136) identifica uma grande quantidade de ocupações no Rio de Janeiro entre 1970 e 1980, dada a existência de enorme quantidade de terras públicas ocupadas e não utilizadas. Além de São Paulo, Salvador e Campinas, a autora reconhece também em Recife como um dos grandes pólos de ocupação da terra urbana do país e, o reconhecimento do Coque está entre elas

> Entre 1977-81, houve em Recife sessenta ocupações (cerca de duas por mês), com o fortalecimento dos movimentos populares urbanos pela legalização da posse da terra. Várias associações de moradores foram criadas: Coque, Ilha do Joaneiro, Mamanguape, chie, Brasília Teimosa. (SANTOS, 2008: 136).

Como nos diz a pesquisadora, os movimentos por moradia nesse período – e reparemos que muitos deles se deram antes mesmos da greve dos metalúrgicos de 1980 – ocorrem chamando atenção dos meios de comunicação, indo aos gabinetes dos prefeitos e governadores. Em São Paulo, ocupam o Ibirapuera ou a Avenida Paulista, em Recife, como iremos ver, o

Palácio do Governador. A sensibilidade, contudo, desses movimentos de ocupantes não pode deixar de ser percebida. Eles reconhecem que a terra desocupada, com asfalto, ônibus, água, dentro da cidade, é moeda utilitarista do poder público. Vêem que as outras terras afastadas, mas sem acesso direto à cidade, são armadilhas para os pobres, para sua guetificação. Assim, esse desejo de cidade faz com que os ocupantes pensem sobre a cidade, procurem a legislação e se organizem. Como afirma Santos (2008:137): "A identidade encontrada na procura de um lugar para morar faz parte de um processo de conscientização dos direitos reais da cidadania".

Essa identidade, no caso da comunidade do Coque vem sendo constituída desde o final do século XIX, com a ocupação de alagados e mangues por ex-escravos e pescadores da região, formando os chamados "mocambos". Frutos de condições exploradas desde o início do processo de industrialização, esses moradores das margens do Capibaribe compartilhavam seu espaço com o carvão usado na usina termoelétrica e nas estações de trens do Recife. Como afirma o Jornal "Coque" (2006:21), "foi justamente esse carvão chamado *cook* que deu origem ao nome da localidade". No entanto, os conflitos sobre aquelas terras já estavam engatilhados no início do século XX, quando começaram a aparecer os primeiros proprietários, entre eles o Barão Correia de Araújo e, posteriormente, nos anos 1970, o senhor Iraquitan Bezerra Leite. Sucessivas vezes, desde a época do Barão até o final do século, o povo do Coque resistiu às expulsões.

Segundo o Jornal, foi a partir da década de 40 que, com a intensificação das migrações do Agreste e Zona da Mata ao Recife, que surgiram novos proprietários, levando a uma intervenção do Governo Federal que, a partir de um contrato de aforamento com o município, garantiu o repasse de 134 hectares de terra à população.

> Em 1978, a União cedia as terras, de forma a possibilitar a regularização fundiária, sob a condição de que fosse realizada a urbanização de toda a área. O processo teve início com a visita do então Presidente da República, João Figueiredo, que realizou um comício no bairro com a finalidade de "oficializar" sua inclusão no Plano de Desenvolvimento da Cidade. (JORNAL COQUE, 2006:26)

No entanto, a Prefeitura não realizou o prometido e, como vimos, surgiu no *corpus* seguindo seu próprio programa narrativo em busca do Desenvolvimento, intensificando processos de desapropriação para a construção de linhas férreas e alargamento de avenidas. Justificando, pois, com muita simplicidade o realocamento da comunidade para outros locais, conforme podemos ver na matéria que segue (CADERNO 1 A Geral – p.6 - 02.05.1980).

# URB desapropria imóveis ao lado da linha férrea

A Empresa de Urbanização do Recife — URB firmará convênio, nos próximos dias, com a Rede Ferroviária Federal (RFFSA) para desapropriação, remoção e relocalização dos imóveis das margens da linha férrea, trecho da Estação Central até o braço morto do Capibaribe, entre o Coque e Afogados.

O convênio objetiva transferir os moradores dessa área para locais próximos, a fim de que tenha início, em julho deste ano, a construção do 1° trecho do metrô de superfície, cujo projeto foi elaborado pela Fidem, EBTU e RFFSA, atendendo ao programa estabelecido pelo Governo Federal para melhorar o transporte de massa.

Por recomendação do prefeito Gustavo Krause, a URB já cadastrou 700 imóveis para desapropriação no trecho Estação Central/Coque, devendo a população atingida pela medida ser recolocada em locais próximo à antiga moradia, sem prejuízo de qualquer ordem.

Para assegurar o êxito da iniciativa, a URB está tomando uma série de medidas junto à população, para definir a relocalização dos moradores, com aproveitamento de áreas disponíveis. O objetivo principal desse entendimento é evitar a desapropriação pura e simples do imóvel, visando manter as famílias em residências a serem construídas nas proximidades de onde moravam anteriormente.

**Figura 18** URB desapropria imóveis ao lado da linha férrea (CADERNO 1 A Geral – página 6 - 02.05.1980)

O programa narrativo acima, do Estado, onde S U O [Desenvolvimento] é claro. Para que o Estado, figurativizado a partir da Empresa de Urbanização do Recife – URB, possa dar prosseguimento à construção do metrô, isto é, possa realizar a sua busca pelo Desenvolvimento, ele irá "desapropriar e relocar" os moradores. Percebemos, dentro do *corpus*, que essa busca do Estado por Desenvolvimento terminou por ir de encontro direto ao programa narrativo dos moradores em busca da Dignidade onde S U O [Dignidade]. Temos postos aqui os termos do confronto, tal como foram pontuados por Greimas (1979) no qual sujeitos e antisujeitos almejam os mesmos objetos de valor. Para o sujeito Estado, o objeto de valor Desenvolvimento precisa ocorrer sobre o Coque. Para o Coque, não é possível que isso aconteça porque sua terra possui um valor intrínseco próprio. Assim, para o sujeito Coque ocorrem sucessivas violações do Estado em prol do desenvolvimento da cidade e em detrimento da comunidade do Coque. Para o Estado, como vimos anteriormente, sucessivas intromissões do Coque no desenvolvimento econômico. No discurso, vimos que os moradores não estavam sós: o sujeito Coque era figurativizado não apenas por seus habitantes, mas também por assembléias, deputados, associações de bairros e movimentos sociais de forma geral que se reuniram e mobilizaram demonstrando competência para a realização de sua performance, no caso, enfrentamento direto do – agora antisujeito – Estado. Vimos esse

confronto ocorrer diversas vezes ao longo do *corpus*, por exemplo quando o Supremo Tribunal Federal reconhece uma ação de reintegração de posse do senhor Iraquitan Leite, que, segundo consta, era proprietário de dois terços de terrenos da região, e embarga a doação e o plano de urbanização editados pelo prefeito Gustavo Krause em 1979. Em meio às disputas da prefeitura com o "dono" da terra a comunidade se organiza e, assessorados pela Comissão de Justiça e Paz (fundada por Dom Hélder Câmara) mobiliza-se para exigir a construção de equipamentos urbanos na região para impedir uma possível expulsão. Na ocasião, também rejeitam a possibilidade de permutar imóveis no município com a desapropriação da área, principal moeda política da prefeitura para realizar obras no bairro. Vemos então toda uma competência do sujeito Coque para a realização da sua performance final: efetivar, por fim, a Dignidade almejada. Na matéria "Guerrilha urbana começa com invasão de terrenos", (CADERNO 1A,Geral, p.16 - 10/04/81 ) o jornalista Manoel Barbosa reconhece que:

> (...) muitas favelas da área central desapareceram como o Cais do Areal, parte do Coque e em Santo Amaro -, em obediência às mesmas necessidades de desocupar o solo para a construção de obras viárias. O Coque foi uma das únicas áreas pobres a continuar resistindo e, hoje, sustenta uma forma diferente de luta, dentro do conjunto de lutas que estão sendo realizadas na guerrilha generalizada.Isto é: os moradores do Coque, desde algum tempo, vem procurando melhorar as condições de vida do local e estão aguardando, com impaciência, a resposta de reivindicações feitas por carta ao Governador Marco Maciel".

O programa narrativo do Estado, contudo, em sua busca pelo Desenvolvimento, na qual S U O [Desenvolvimento] volta a se confrontar com ao programa narrativo dos moradores em busca da Dignidade. Em 1984, o então prefeito Joaquim Francisco acata a proposta do Grupo Souza Luna e Bompreço para a venda de parte do terreno da Ilha de Joana Bezerra para a construção do shopping. Nesse momento, a comunidade do Coque reage articula alianças com políticos e instituições da sociedade civil a fim de não apenas chamar atenção para a grave especulação imobiliária na área como também provocar o Estado com uma contra-proposta de construção de mais equipamentos sociais e de lazer na área. A partir desse ponto, os dois programas narrativos do Coque e do Estado entram em confronto, pois visam o mesmo objeto de valor: a terra do Coque. O primeiro, contudo, deseja a terra como figura da Dignidade e o segundo como figura do Desenvolvimento. Mais uma vez, Coque e Estado se tornam, respectivamente, sujeito e antisujeito um do outro. Aqui, mais uma vez, a performance do Coque junto aos demais movimentos sociais e, principalmente, a partir da denúncia de violação de direitos por parte do Estado, faz com que o Prefeito recue em sua proposta de

implementação do shopping, perdendo, portando, a sua busca pelo Desenvolvimento conforme ilustra a matéria de capa acima de 25/01/1985 – **Figura 19**.

Diários Associados: Assis Chateaubriand

**Projeto sobre venda de ilha é retirado**

Após uma reunião com representantes de 16 entidades populares, o prefeito Joaquim Francisco decidiu, ontem, retirar do regime de urgência, na Câmara Municipal, a mensagem que propõe a venda de parte do terreno da Ilha Joana Bezerra a um grupo empresarial privado, para a construção de um centro comercial. Ao mesmo tempo, determinou a constituição de uma comissão especial para emitir parecer e fornecer alternativas visando solucionar o problema. O prefeito explicou que o debate sobre o assunto já dura cerca de um ano e oito meses mas, em nome do espírito democrático, resolveu atender ao apelo de entidades representativas da sociedade civil que ainda não tinham se manifestado sobre o assunto e ampliar, por um período determinado, a análise da questão. Mais notícias na página A-5

**Figura 19** Projeto sobre venda da Ilha é retirado (CAPA - 25/01/1985)

No campo histórico, a vitória do Coque é garantida com um decreto expropriando a área pertencente a Iraquitan Leite e com a edição da lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife (nº 14.511/89) a qual passa a reconhecer e institucionalizar os assentamentos habitacionais de 27 áreas do Recife como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). O objetivo da ZEIS, na qual o Coque está inserido, é promover a regularização fundiária, ações de urbanização e sua integração à estrutura urbana. Como estamos vendo, no *corpus*, a luta pela posse da terra é uma das tematizações mais freqüentes do sujeito Coque, a partir do seu programa narrativo de base em busca da Dignidade. Vamos agora ilustrar analiticamente as matérias encontradas a partir do que construímos até aqui.

**Grupão do Coque quer discutir**

O Grupão Comunitário do Coque enviou, ontem, ofício ao prefeito Joaquim Francisco, protestando contra o fato de não ter sido incluído no Grupo de Trabalho que vai reexaminar a questão da ocupação da Ilha de Joana Bezerra.

"Nem nós, do Grupão, nem representantes da Aspan, Assembléia dos Bairros, Movimento pela Vida e pela Paz, e nem vereadores que tomaram posição contra o shopping center na Ilha foram convidados, quando nós, que somos os moradores do lugar e os mais atingidos por tudo é que devíamos saber o que é melhor para nós, reclama Márcia Maria de Santana, integrante do Grupão.

> Os representantes do Grupão lembram ainda que a idéia de compor um Grupo de Trabalho para estudar mais detalhadamente o assunto foi sugerida por estas entidades, em documento assinado também pela OAB, IAB, estes sim os únicos que vão participar da nova discussão.
>
> "Ao povo não interessa saber nem discutir o que deve ser feito da Ilha, mas o prefeito soube muito bem chamar os representantes dos grupos empresariais interessados na área: Souza Luna e Bompreço", reclama Rildo Fernandes da Cunha Filho, do Grupão. Ele informa, ainda, que como o projeto do Shopping Center, o Grupão, junto com outras entidades, elaboraram um projeto também para a ocupação daquela área que deverá criar oportunidade de igual número de empregos para os habitantes da área e não só para a classe média como acontecerá com o Shopping Center. (03.02.1985 – Cidade, p.A08)

Dentro do programa narrativo acima, o sujeito Coque realiza sua ação a partir das figuras como Grupão, Márcia Maria de Santana, Aspan, Assembléia da Paz, Rildo Fernandes, Movimento pela Vida e pela Paz. De forma geral, eles questionam a ausência da comunidade nos trabalhos sobre a implementação de um shopping na área. Há uma escolha contínua de figuras representativas da comunidade que, dentro do percurso narrativo, não possuem a Dignidade, mas estão em busca dela, indo de encontro às instâncias governamentais.

No que diz respeito à arquitetura enunciativa, associamos a quantidade de citações diretas de representantes da comunidade e os sucessivos respaldos do jornalista como pontos que ancoram a representação do Coque como o sujeito da narrativa. A objetividade jornalística aqui é utilizada para instaurar os caminhos da descrição e da narração como exteriores ao sujeito que fala, assim, as citações diretas reinstauram o poder de voz e de conexão deste sujeito, pois, como podemos perceber, as citações diretas no jornalismo exigem a localização, no real, do sujeito da enunciação.

Assim, somamos também outra característica a esse texto: a escolha das vozes de dois moradores do bairro e do mesmo Grupo que realiza as reivindicações. Nas vozes desses personagens uma clara diferença entre aqueles interessados nos valores coletivos e/ou comunitários – os movimentos sociais *como a Aspan, a Assembléia dos Bairros, o Movimento pela Vida e pela paz e vereadores que reagiram contra a construção do shopping* e aqueles que estão motivados apenas por interesses econômicos – *Souza Luna e Bompreço*. Além disso, o respaldo do enunciador-jornalista permanece complementando as informações dita por aqueles.

A Prefeitura e as instâncias empresariais tornam-se aqui o antisujeito, aqueles que, por algum motivo, querem impedir a Dignidade do Coque. Como vimos, isso se dá porque a Prefeitura está representada pelo programa narrativo do Estado S ∩ O [Desenvolvimento] e, a

denúncia da comunidade é que esse programa narrativo está alijando o Coque do seu objeto de valor, isto é, está fazendo com que S U O [Dignidade].

Assim, o sujeito Coque "Grupo Comunitário, Aspan, Márcia Maria, etc" vai de encontro ao antisujeito, no caso, a Prefeitura/o prefeito Joaquim Francisco, para exigir que este devolva o objeto de valor que está retendo, a Dignidade. A escolha dos termos que demonstram a ação do Coque também é significativa: eles nem solicitaram ou pediram, mas enviaram ao Prefeito, isto é, de uma condição de igual para igual.

Há aqui uma isotopia figurativa que dimensiona o poder de forma equilibrada entre esses dois, considerando, no entanto, que o sujeito que realiza a ação (envio e protesto) é o Grupo Comunitário. Uma vez que o sujeito "nós" surge na fala de Márcia Maria Santana e o aposto a identifica como membro de um Grupo do Coque, compreendemos que é daí que ela realiza o deslocamento (envio). Esse deslocamento, contudo, não é de qualquer natureza, pois é o envio a partir do Coque até a prefeitura. O Coque, a partir do seu grupo comunitário, é então reconhecido como uma instância de poder capaz de enviar um ofício e questionar as decisões do poder municipal. A matéria, além disso, parece ocorrer no ato de envio desta carta, uma vez que as falas citadas trazem à tona o conteúdo da mesma e, além disso, os testemunhos e/ou o registro de sujeitos históricos implicados na questão.

A-12 DIARIO DE PERNAMBUCO Recife, quinta-feira, 20 de agosto de 1981

GERAL

# Favelados cobram promessa de Figueiredo

## Luiz Vidal culpa Governo

## Deputado contesta atuação da Polícia

Moradores do Coque estiveram, ontem, com a secretária da Casa Civil, Margarida Cantarelli, um memorial em que fazem várias reivindicações, entre elas a posse ao direito da terra, que, segundo eles, foi doada pelo presidente da República há cerca de dois anos. O documento veio endereçado ao governador Marco Maciel, que encontra-se em Brasília, tratando de assuntos políticos e administrativos.

Com a secretária da Casa Civil, uma comissão, representando os moradores, deixou o memorial e fez uma exposição sucinta dos seus problemas e também de suas reivindicações. O diálogo entre dona Margarida Cantarelli e a comissão foi assistido, pela Imprensa, que teve livre acesso à audiência.

Na conversa informal, a comissão enumerou item por item suas reivindicações e fez queixas contra a Refesa, Dnos e Prefeitura, por não prestarem informações sobre o deslocamento de várias famílias, que está em via de acontecer, mas que até o presente momento ninguém tomou conhecimento oficialmente.

Os moradores do Coque, que compareceram ao Palácio do Campo das Princesas trazendo faixas, solicitaram também da Casa Civil a presença do governador Marco Maciel na sua comunidade para um diálogo mais direto com o povo.

A secretária Margarida Cantarelli disse que tão logo o governador regresse da Capital Federal encaminhará o pleito das famílias do Coque.

Além da posse da terra, o principal reivindicação feita é no sentido de que as autoridades governamentais mantenham um diálogo mais estreito com a comunidade, principalmente no que concerne a implantação de uma linha férrea, passando por aquela área, que naturalmente prejudicará de inconveniências.

Querem, ainda, que a urbanização seja procedida somente após a posse da terra.

Os problemas dos moradores do Coque foram levados ao conhecimento do governador, em exercício, professor Roberto Magalhães, pela Secretaria da Casa Civil.

Arrinha, porém estou seguramente informado de que essa área já está ocupada. Assim, tudo parece

tores mais extremados da Igreja. De sã consciência, todos deveriam admitir que essa tranqüi-

QUE O PROMESSA DE FIGUEIRÊDO SEJA VÁLIDA

IVADO! O GOVERNO, A PREFEI

OS, ETC. ESTÃO INVADINDO

*Moradores levaram faixas denunciando invasão de terrenos pelo Governo*

A invasão das casas em construção pela Cohab-PE em Maraguape, município de Paulista, foi abordada na sessão de ontem da Assembléia Legislativa pelo deputado Sérgio Longman (PMDB), que protestou contra a atuação da polícia, a qual "vem tentando expulsar, na base da violência, um povo faminto, desabrigado e desassistido, num retrato sem retoque deste País, diante da insensibilidade dos Governos federal e estadual".

"Estamos sentados sobre um barril de pólvora, e o quadro a que assistimos, hoje de manhã, em Maraguape, é de conflito social, sem perspectiva de violência ainda maior, num regime que não resolve os problemas básicos do povo nem atende à garantia dos seus direitos. Os moveis e bens daquelas pobres famílias — frisou — estão sendo jogados no lixo, enquanto a Secretaria de Habitação quer retirá-las a todo custo. Não há diálogo com aqueles que ocuparam as casas por uma necessidade essencial, de ter onde ficar".

Diante do que qualificou de "confronto de forças entre a polícia armada e os invasores das casas, estes últimos logicamente em desvantagem", o deputado Sérgio Longman propôs a constituição de uma comissão interpartidária para expor o problema ao governador Marco Maciel e ao secretário de Habitação, "visando ao encontro de uma solução a curto prazo para o grave problema".

**Figura 20** Favelados cobram promessa de Figueiredo (CADERNO 1 A Geral p.12, 20.08.1981)

**Favelados cobram promessa de Figueiredo**

Moradores do Coque deixaram ontem, com a secretária da Casa Civil, Margarida Cantarelli, um memorial em que fazem várias reivindicações, entre elas a posse da terra, que, segundo eles, foi doada pelo presidente da República há cerca de dois anos. O documento veio endereçado ao governador Marco Maciel, que encontra-se em Brasília, tratando de assuntos políticos e administrativos.

Com a secretária da Casa Civil, uma comissão, representando os moradores, deixou o memorial e fez uma exposição sucinta dos seus problemas e também de suas reivindicações. O diálogo entre dona Margarida Cantarelli e a comissão foi assistido pela imprensa, que teve livre acesso à audiência.

Na conversa informal, a comissão enumerou item por item suas reivindicações e fez queixas contra a Refesa, Dnos e Prefeitura, por não prestarem informações sobre o desalojamento de várias famílias, que está em via de acontecer, mas que até o presente momento ninguém tomou conhecimentou oficialmente.

Os moradores do Coque que compareceram ao Palácio do Campo das Princesas trazendo faixas, solicitaram também da Casa Civil a presença do governador Marco Maciel na sua comunidade para um diálogo mais direto com o povo.

A secretária Margarida Cantarelli disse que tão logo o governador regresse da Capital Federal encaminhará o pleto das famílias do Coque.

Além da posse da terra, a principal reivindicação feita é no sentido de que as autoridades governamentais mantenham um diálogo mais estreito com a comunidade, principalmente no que concerne à implantação de uma linha férrea passando por aquela área, que naturalmente precisará locomover famílias.

Querem, ainda, que a urbanização seja procedida somente após a posse da terra.

Os problemas dos moradores do Coque foram levados ao conhecimento do governador em exercício, professor Roberto Magalhães, pela Secretaria da Casa Civil.

O programa narrativo desta matéria tem também o programa narrativo de base onde S U O [Dignidade]. Mas, diferente da matéria anterior, o representante político, no caso, o Governador, não é o antisujeito, mas o Destinador. A posição deste como Destinador é evidenciada por encontrar-se em Brasília, sede do poder federal, ocupando-se de “assuntos políticos e administrativos”. O verbo escolhido para sintetizar o ato dos manifestantes é “deixaram”, bastante distinto da notícia anterior “enviaram”, percebe-se que esse verbo é utilizado duas vezes também relacionado à secretária da Casa Civil.

Há também uma “solicitação” da presença do Governador na comunidade, quando, na matéria anterior, a comunidade ia de encontro diretamente ao antisujeito, no caso a Prefeitura. Aqui, a Prefeitura, o Dnos, a Refesa são os antisujeitos e o Coque também os denuncia para o Destinador, solicitando ajuda. O Destinador aqui aparece discursivizado em diferentes figuras como o Governador Marco Marciel, o professor Roberto Magalhães e a Secretaria da Casa Civil. Diferente da outra matéria, onde havia uma diversidade de figuras sobre o bairro, nesta

há apenas "moradores do Coque", o que entra em contraste com a diversidade de figurativizações do Destinador.

Do ponto de vista narrativo, estamos lidando exatamente da instância em que o Coque, embora sujeito-herói em busca da Dignidade aparece na condição de "solicitante" do poder governamental, no caso, do poder do Destinador. Esse Destinador, que aparece figurativizado de diferentes maneiras: Governo – secretária da Casa Civil, governador, governador em exercício, entra em contraste com a simplicidade da figura "Moradores do Coque". Temos assim muito mais aqui a ênfase na figuratividade do Destinador do que propriamente do sujeito-herói.

No entanto, mesmo que a ênfase figurativa seja no Destinador, temos elementos que nos surpreendem: o título da manchete, chamado *Favelados cobram promessa de Figueiredo* e uma foto na qual consta vinte pessoas segurando duas faixas na qual estão os dizeres "Que a promessa de Figueiredo seja válida" e uma, entrecortada, na qual se lê "cuidado, O governo, a prefeitura – estão invadindo...Na legenda da foto, um aviso: *Moradores levaram faixas denunciando invasão de terrenos pelo Governo*.

Ora, aí temos aí tanto na manchete quanto na foto/legenda um sujeito extremamente forte em seu querer-fazer, capaz até mesmo de cobrar uma promessa realizada por um presidente em pleno Regime Militar. Temos figurativizações extremamente fortes que potencializam o sujeito actancial "Coque". É válido lembrar a observação de Mouillaud (2002:44) na qual: "As frases-ação tendem a tornar-se nominalizações, as ocorrências de classes, o caráter do que é acontecimento, um estado das coisas".

Seria essa uma ironia profunda dos editores, responsáveis por construir as manchetes, brincando com os favelados que ousam cobrar o que quer que seja do poderio militar ou seria essa uma excelente ilustração das disputas discursivas que caracterizam esse período histórico uma vez que, como sabemos, trata-se do período de final dos 70 e início dos 80, onde fervilhavam os movimentos populares e a oposição ao regime?

Disputa ou ironia? Como nos diz Bertrand (2003: 299): "Não há nada de espantoso de aceitarmos a idéia de que as estruturas e as relações entre actantes, reconhecíveis no interior do discurso enunciado, são as mesmas que estruturam a realidade enunciativa das interações. A narrativa é uma cenografia exemplar do discurso em ato." Lembramos também que o governo Figueiredo foi caracterizado por uma grande crise econômica, pelas reivindicações dos metalúrgicos e por toda uma emergente pressão por parte de muitos grupos populares. No entanto, a única citação a Figueiredo ao longo do texto é "doada pelo Presidente da República" a qual é, como vimos, refém da opinião dos moradores, uma vez que, está posto a oração

subordinada “segundo os moradores”. Logo, podemos dizer, a matéria enquanto texto escrito e apurado pelo jornalista não está preocupada em atacar o Presidente ou o regime militar. Porém, tanto a manchete quanto a foto escolhidas pelo diagramador/editor evidenciam que a ênfase é justamente na cobrança da promessa, no alerta dos poderios governamentais que invadem a comunidade do Coque.

Analisando as outras duas notícias que se somam ao caderno (Luiz Vidal culpa Governo e Deputado contesta atuação da Polícia), constata-se que a manchete se insere, de fato, no jogo de proposição crítica contra o regime militar, emprestando-se para isso da luta dos favelados, e, portanto, da luta dos moradores do Coque. Mesmo que o tom governamental da matéria, com ênfase na figuratividade do Destinador, tenha sido privilegiada pelo enunciador-jornalista, o sujeito editor/diagramador preferiu – por uma clara opção política – disputar o sentido e colocar a ênfase no efeito de sujeito de fazer do herói-Coque que, por pressão e cobrança junto ao sujeito de estado/governamental deseja a construção de um estado mais justo e de acordo com os princípios de Dignidade e reconhecimento de direitos. E, como havia dito Mouillaud previamente, é a manchete quem impregna a leitura, é o seu estado de presente contínuo que, primeiramente nos impacta. Assim, tomamos consciência de que mesmo no seio de um jornalismo empresarial cada vez mais rotinizado e burocratizado – ainda por cima, censurado – foi possível haver resistências a partir de sujeitos que, na realidade social, também desejavam Dignidade.

# *Mulheres já brilham até como porta-estandarte*

As mulheres invadiram os redutos masculinos até no reinado de Momo. Há cinco anos que a carnavalesca Nadja Moura trocou as rodas de samba pelo frevo rasgado, brilhando como a única porta-estandarte do mundo. No Carnaval Alto Astral, ela será homenageada pela Fundação de Cultura Cidade do Recife e atração especial do concurso de porta-estandarte, a ser realizado, no dia 18, no Pátio de São Pedro. "Como sou a única mulher a participar da categoria, não é justo disputar com os homens", justifica.

Antes de se tornar passista, Nadja conviveu com o pandeiro e tamborim por 35 anos. "Comecei a desfilar na Gigante do Samba aos cinco anos. Foi lá que recebi o apelido de "Nadja Pé de Ouro", conta, admitindo que o peso da idade a obrigou a mudar de ritmo. Sua carreira como porta-estandarte iniciou no Batutas de Água Fria. "Sempre desfilo em diversas agremiações, mas há quatro anos sou destaque na exibição do Galo da Madrugada, no Baile dos Estandartes", diz. A agremiação da rua Padre Floriano já lhe fez convite para arrastar milhares de foliões, nas ruas do Centro, no sábado de Zé Pereira.

Em 1992, ela deu o campeonato à troça "Beija-Flor em Folia", do Coque, que passou do 3º para o 2º grupo. Nadja volta a empunhar o estandarte da agremiação, no Centro da Cidade, na segunda-feira de Carnaval. A passista também defende a troça "Tô Chegando agora", que desce o Alto Santa Terezinha, no dia 22, para animar os foliões na avenida. "Fui convidada, ainda, para fechar os festejos carnavalescos no Shopping Center, no dia 19. Vou fazer um show com o estandarte de "Lavadeiras de Areias", informa Nadja Moura. Outro programa agendado para esse dia é a abertura do Carnaval de Igarassu.

"Para se tornar porta-estandarte, são necessários equilíbrio, coragem e prática", ensina. Nadja diz que o comportamento do público varia de acordo com o sexo. "As mulheres torcem muito por mim e os homens, apesar de sentir uma pontinha de inveja, acabam aceitando minha participação", revela. Como quem nasce no samba não abondona as origens, Nadja continua torcedora fervorosa da Gigante. " Mas adoro o frevo e coloco, sempre, muita fé no Galo da Madrugada".

**O pão** — Panificador em Folia é a prévia carnavalesca que a Associação das Indústrias da Panificação (Aipp) promove, domingo, a partir das 10h, no Clube de Campo de Igarassu, numa contribuição aos festejos de Momo no Estado. O diretor-social da associação, José Euclides, disse que não há previsão para encerramento da manhã de sol.

A prévia será animada pela orquestra Oara e uma batucada de escola de samba, com muito chopp e churrasco. As messas são vendidas por Cr$ 250.000,00 e o ingresso individual para homens por Cr$ 40.000,00, mas o acesso de mulheres é gratuito. Maiores informações serão fornecidas nas sede da Aipp, na rua da Palma, 355, 2º andar.

A direção da associação está empenhada em reunir o maior número possível de associados na prévia carnavalesca, objetivando oferecer lazer à categoria e também colaborar para a reativação do tríduo momesco. Hoje, haverá reunião na Aipp para definir os últimos preparativos da manhã de sol.

**Figura 21** Mulheres já brilham até como porta-estandarte (CADERNO 1B – Cidades, p.3. 12/02/1993)

Na matéria acima, encontramos um programa narrativo no qual o Coque é representado por S ∩ O [Dignidade]. Diferente dos anteriores, no qual o Coque estava disjunto e por isso em busca da Dignidade, aqui ele está em conjunção com ela. A troça "Beija-flor em folia" do Coque, sobe do terceiro para o segundo grupo no campeonato do Carnaval recifense. O Sujeito Coque, a partir do tema da manifestação cultural, é valorizado inclusive como uma instância de cultura que "abrilhanta" o caminho da carnavalesca Nadja Moura. Se formos analisar a isotopia

figurativa, verificamos que o Coque está de igual para igual com todas as manifestações, assim, a Dignidade é representada pela simples ação cultural sem nenhuma "exclusão", mas integrada às ações culturais da cidade no Carnaval.

O que nos importa perceber é que esse sujeito Coque, seja a partir da sua disjunção seja a partir da sua conjunção, afirma o seu lugar enquanto proposição de busca pela Dignidade ou de reconhecimento desta. Percebemos assim que diferente do que se acredita no senso comum o Coque não é o protagonista da violência dentro do jornalismo. O período em que esse bairro mais se destacou – a década de 80 – foi a partir de valores comunitários que viam na Dignidade uma possibilidade efetiva para todos os cidadãos. Assim, são tácitas as diferenças entre o *homo oeconomicus* do regime neoliberal que embasou a constituição do sujeito Polícia na década de 90, com o sujeito Coque, que atingiu seu ápice na década de 80.

> (...) a primeira diferença entre o vínculo que une os sujeitos econômicos e os indivíduos que fazem parte da sociedade civil: há todo um interesse não egoísta, todo um jogo de interesses não egoístas, todo um jogo de interesses desinteressados muito mais amplo que o próprio egoísmo. (FOUCAULT, 2008a: 409)

De forma geral, podemos perceber que é natural que esses dois sujeitos entrem em conflito, afinal, o objetivo do *homo oeconomicus* é a dissolução dos vínculos para economização da vida e o objetivo do sujeito Coque é construção permanente de vínculos para alcance verdadeiro da dignidade.

> Quanto mais se vai no sentido de um estado econômico, mais paradoxalmente o vínculo constitutivo da sociedade civil se desfaz e mais o homem é isolado pelo vínculo econômico que tem com todo o mundo e qualquer um. (FOUCAULT, 2008a: 412)

Como nos disse Oliveira (2007), o regime neoliberal tratou de tirar o sentido completo dos movimentos sociais, plantando a desesperança e a falta de utopias como uma premissa básica das relações humanas. Atacou, portanto, diretamente os movimentos comunitários e associativistas, dotando a vida social de uma falta de sentido: apenas os vínculos econômicos poderiam ser justificados, apenas a economia intrínseca às relações era pertinente. De maneira geral, muitos movimentos populares encontraram seu ocaso simplesmente porque, dentro do regime, não faziam mais sentido ou foram eles mesmos atropelados por uma economia que, como vimos, funcionava a partir da manutenção de desigualdades, punição e repressão aos pobres. Evidenciamos assim o ocaso da presença do Coque a partir da década de 90 e até os

anos 2000, quando, possivelmente inspirados por um reposicionamento político do país, o sujeito Coque volta a surgir com mais ênfase como protagonista da narrativa.

# 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, havíamos nos proposto a investigar o Coque como um de sinônimo da violência dentro do *corpus*. Vimos assim os efeitos da abordagem jornalística sobre o bairro a partir da compreensão do jornalismo como um dispositivo capaz de construir narrativas em grande escala, ele próprio indissociável da própria noção de linguagem e das operações simbólicas inerentes a esta. Observamos que, da mesma forma que a linguagem, o discurso jornalístico constituía temas e figuras na tentativa dupla de reconstituir o real e o leitor. Ao enunciar, contudo, o jornalismo realizava o seu *ethos* próprio com uma imagem e corporalidade sobre si. Esse *ethos*, por sua vez, relacionava-se diretamente a determinadas maneiras de abordar o bairro do Coque, maneiras essas que, como vimos, direcionavam o Coque para o sentido do estigma dentro da cidade.

Quando fechamos o ciclo que evidenciava como o discurso da violência existia entre a sociedade e o discurso, compreendemos a necessidade de explicar como aquele discurso foi possível, a partir da investigação de configurações sócio-históricas que demonstrassem sua inscrição na História. Nesse momento, surpreendemo-nos por encontrar uma diversidade de figuras e temas que não necessariamente nos conduziam à violência. Mesmo assim, decidimos manter ainda a predisposição de investigação sócio-histórica para compreender aquelas figuras e temas ao passo que também tentávamos ordená-las a partir da identificação de recorrências do sentido.

A partir dessa ordenação, encontramos, dentro de um nível narrativo, três sujeitos-actantes que subsumiam todas as figuras encontradas: o sujeito Estado, o sujeito Polícia e o sujeito Coque. A partir do aporte semiótico, identificamos os programas narrativos de base de cada um desses sujeitos e realizamos relações entre estes e as figuras e temas encontradas no discurso. Vimos aí uma oportunidade ímpar de encontrarmos, efetivamente, a compreensão socio-histórica da violência nos discursos.

Valendo-nos de uma análise sócio-histórica, investigamos os programas narrativos de cada um dos sujeitos a partir de um gráfico que pontuava as décadas do *corpus* de um lado e a quantidade de matérias encontradas para cada um dos sujeitos do outro. Realizamos, assim, uma série de conexões históricas importantes as quais pontuamos a seguir:

- Identificamos que o programa narrativo do sujeito Estado, por exemplo, se destaca marcadamente nos anos 1970 e 1980 a partir de uma conexão direta

com o regime militar, o qual foi analisado principalmente a partir do seu impacto nas comunidades populares. O sujeito Estado se constituiu a partir da sua busca pelo Desenvolvimento, sendo este tematizado principalmente a partir de serviços sociais básicos e de reformas urbanas. Já o sucessivo ocaso do Estado na década de 1990 compreendemos a partir da ascensão, no Brasil, do regime neoliberal.

- No programa narrativo do sujeito Polícia, vimos uma discrepância entre este e o restante do *corpus*, sendo este o sujeito actante que mais esteve presente durante as quatro décadas estudadas, embora tenha sido exorbitante a quantidade de matérias protagonizadas por esse sujeito que aconteceram a partir da década de 1990 e seguem em ascensão até o final do *corpus*, em 2007. Compreendemos que algumas das características específicas do neoliberalismo, a repressão e condicionamento dos pobres nas margens da desigualdade, se tornavam os objetos de valor por excelência do sujeito Polícia. Desse modo, também entendemos que a partir do regime neoliberal não era contraditório que a Polícia se desvencilhasse da presença do sujeito Estado no *corpus* uma vez que esta acontecia fundamentalmente a partir da presença estatal em temas relacionados aos serviços sociais básicos. Logo, dentro do neoliberalismo, não fazia sentido, pois, que esses temas existissem, mas – por outro lado – fazia sentido que os pobres fossem punidos e repreendidos graças ao seu "desejo de lucro" a partir de ações criminosas.

- Por fim, no programa narrativo do sujeito Coque, vimos um desejo por Dignidade que se manifestou principalmente na década de 1980 como uma resistência às intervenções e omissões governamentais do Estado na comunidade e esteve orientado por toda uma movimentação por dignidade também na história e sociedade brasileira. Vimos que esse sujeito era figurativizado também junto a diversos movimentos sociais e possuía como tema mais freqüente a reivindicação da posse da terra a partir de uma busca por direitos. Compreendemos também como esse sujeito realizou confrontos específicos com o Estado em torno de objetos de valor em comum, protagonizados pela própria terra do Coque.

Os confrontos citados nesse último item chamaram bastante a atenção e ocorriam, basicamente, quando os actantes desejavam o mesmo objeto de valor (cf. explicou GREIMAS, 1979). Vimos que esse fenômeno não aconteceu em relação aos sujeitos Estado e Polícia, o que significava, de certa forma, uma relação harmônica desses dois no *corpus*. O sujeito Coque, por sua vez, entrou em confronto com os outros dois sujeitos, Estado e Polícia: o primeiro a partir do momento e m que o Sujeito Estado desejava a terra do Coque para realizar o seu projeto de Desenvolvimento; o segundo, quando o Sujeito Polícia se tornava a principal voz sobre a morte de jovens na comunidade, disputando, assim, com os familiares, o sentido do programa narrativo das vítimas.

Em relação ao sujeito Polícia, vimos também como, mesmo ausente da figura de protagonista, esse sujeito permanecia emprestando seus valores às instâncias de enunciação, o que nos revelou uma imbricada relação entre os jornalistas e o campo policial. Surpreenderam-nos também a naturalidade com a qual a morte dos jovens do Coque acontece no *corpus*. Chegamos, ao final, à conclusão de que a sinonímia existente entre o Coque e as figuras de violência ocorrem, basicamente, pelo fato do sujeito Polícia ter sido o principal actante na narrativa sobre o Coque. Como vimos, esse actante está conectado diretamente aos interesses estatais que, durante todo um período histórico, corresponderam a valores neoliberais os quais tornavam o homem um objeto econômico e por isso justificavam toda uma repressão e punição aos espaços populares.

Em relação aos dados dos anos 2000, vemos toda uma nova mobilização dos sujeitos, quando todos iniciam movimentos de ascensão. De um lado, o sujeito Polícia apenas segue o ritmo de crescimento extraordinário que vem realizando desde os anos 2000, do outro, o sujeito Coque e o sujeito Estado passam a se redimensionar,saindo dos baixos níveis em que se encontravam. Em parte, embora não tenhamos condição de analisar com profundidade, vemos toda uma nova configuração de forças, seja a partir da retomada de associações e manifestações populares, esmagadas durante o regime neoliberal, seja a partir de um Estado mais participativo na realidade social das comunidades.

De um modo geral, mesmo a partir da majoritária participação da Polícia no *corpus*, não temos dúvidas de que os valores que constituíram o Coque como sujeito do discurso podem mais uma vez surgir dentro das configurações socio-históricas postas. Afinal, também nós – todo esse tempo – não estivemos imunes aos vínculos que possibilitaram ao Coque se tornar sujeito do discurso. De fato, ao realizarmos essa grande aventura de pesquisa, quase arqueológica e quase semiótica, mantivemos nossos pés no chão simbólico do Coque, ligados diretamente à força-motriz que conferiu sentido, por exemplo, ao surgimento do projeto Coque

Vive. Compreende-se a partir disso, pois, que desejemos que a análise dos presentes dados possam circular por diversos espaços no tempo e impregnar a realidade com a clara noção de que a compreensão e superação da violência e do preconceito não apenas foi como continua sendo possível no horizonte do discurso.

# REFERÊNCIAS


AGRA, Walber de Moura. **Manual de Direito Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

ALBUQUERQUE, Valéria Araújo. **Mídia, Segurança Pública e o Blog PE Bodycount: narrativas em busca de um valor da vida**. Tese de conclusão do curso de jornalismo do Departamento de Comunicação Social da UFPE. Recife, 2010.

AMADOR, Pedro Augusto de Queiroz. **As formas de governo da juventude na contemporaneidade: um estudo sobre a "Rede Coque Vive"**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da UFPE. Abril de 2010.

AMORIM, Marília. **Cronotopo e exotopia**. In: BRAIT, Beth (Org.) Bakthin. Outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008.

AMOSSY, RUTH (Org). **As imagens de si no discurso**. A construção do *Ethos*. São Paulo: Contexto, 2008

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir. GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**. As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p.9-23.

BARROS, Diana. **Teoria Semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 2005.

BEIVIDAS, Waldir; RAVANELLO, Tiago. Reflexões sobre o discurso: a linguagem como recriação do mundo. In: LARA, Glaucia Muniz Proença (Org.) **Lingua(gem), texto, discurso**. Belo Horizonte: Lucerna, 2006. p.117-135.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: Edusc, 2003.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, Beth (Org.) **Bakthin. Conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2008. p.61-78

CARDOSO DE MELLO, João Manuel; NOVAIS, Fernando A. In: **História da vida privada no Brasil**. SHWARCZ, L.M. (Org.) Capitalismo tardio e socialibidade moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.560-658

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

CHAREAUDEAU, Patrik; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**, São Paulo: Contexto, 2008.

CEPAL. **Juventud y cohésion social em Iberoamérica – um modelo para armar**. Naciones Unidas: Santiago do Chile, 2008.

CORDEIRO, Tania. Prefácio. In: **Micropoderes, macroviolências**. VARJÃO, S. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 1999.

FIORI, José Luiz. **O vôo da coruja**. Para reler o desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2003. p.115-165.

FIORIN, José Luiz. Semiótica e Comunicação. In: DINIZ, Maria Lúcia Vissoto Paiva e PORTELA, Jean Cristtus (Orgs.) **Semiótica e mídia**. Textos, práticas, estratégias. Bauru: UNESP/FAAC, 2008. p.75-92.

_____. **O projeto hjelmsleviano e a semiótica francesa**. Disponível em: http://glossematics.Org/forum/pdfs/FIORIN_O_projeto.pdf Acesso em 11/04/2010.

_____. **Em busca do sentido**. Estudos discursivos. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2007.

_____. **Semiótica e história**. Texto cedido pelo autor, abril de 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FREITAS, Alexandre Simão. **Fundamentos para uma sociologia crítica da formação humana**. Um estudo sobre as redes associacionistas da sociedade civil. Recife, UFPE. Tese de doutoramento, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1985.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**. Reflexões sobre a formação do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.57-67.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.
GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**. Discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, 2003.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Comunicação e Identificação**. Ressonâncias no jornalismo. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____ As aquisições e os projetos. Prefácio. In: COURTÉS, Joseph. **Introdução à semiótica narrativa e discursiva**. Coimbra: Livraria Almedina, 1979. p.7-34.

_____A sopa "au pistou" ou a construção de um objeto de valor**.** In: **Significação**. Revista Brasileira de Semiótica. São Paulo: Annablume, 1996. Setembro. Ed. 11 e 12. p. 7-21.
GUARESCHI, Pedrinho. JOVCHELOVITCH, Sandra. (Orgs.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

HERNANDES, Nilton. **A revista Veja e o discurso do emprego na globalização**. Uma análise semiótica. Salvador: Edufba, ; Maceió, Edufal, 2004.

HERKENHOFF, João Baptista. **A cidadania**. Manaus: Valer, 2000

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIPPMAN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. **Imprensa e cidade**. São Paulo: UNESP: 2006.
MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MORAIS, Maria Carolina Morais. **Sombra e trauma na cidade: um olhar sobre o livro Coque Vive Notícias**. Tese de conclusão de curso (mimeo). Departamento de Comunicação Social da UFPE, 2009.

MOSCOVICI, Sergei. **As representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOUILLLAUD, Maurice. PORTO, Sérgio Dayrell. **O Jornal**. Da forma ao sentido. p.23-203. Brasília: Editoria Universidade de Brasília, 2002.

NABAIS, Nélia. **Sema**. Verbete. IN: Carlos Ceia (Org.). E-dicionário de termos literários. Disponível em: http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/S/sema.htm. Acesso em 11.04.2010. ISBN: 989-20-0088-9.

OLIVEIRA, Luciano. **Neo-Miséria e Neo-Nazismo - Uma revisita a crítica da razão dualista**. Política Hoje, Recife (PE), v. 5, pp. 100-122, 1996
OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir. GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**. As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p.24-29.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha**. Policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SANTOS, Regina Bega. **Movimentos Sociais urbanos**. São Paulo: UNESP, 2008.

SARLET, Ingo. W. As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. In: **Revista Brasileira de Direito Constitucional (RBDC)**: Revista do Programa de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Direito Constitucional. Escola Superior de Direito Constitucional (ESDC) – São Paulo: ESDC, 2007. N.9 pp.361-379

SENNA, Ana Carolina, FERRAZ, Ana Flávia e FERNANDES, Fernando Lannes. (Orgs.) **Redes de valorização da vida**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

SILVA, Ana Carolina Senna Melo e. **O enigma da comunicação comunitária**. Segurança, segregação e vínculo a partir da experiência de grupos de comunicação em periferias do Recife. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em comunicação social da UFPE. Recife, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 27 ed - São Paulo:Malheiros, 2006.

SILVA, Rafael Filipe Souza et all. **Coque vive: uma investigação sobre o repertório sociohistórico de uma comunidade da periferia do Recife (PE)** IN: Juventudes do Nordeste do Brasil, da América Latina e do Caribe. Coleção "Jóvenes em El saber". Teresina: UFPI, 2009 v.3

SILVA, Rafael Filipe Souza et all. **Coque vive: Notícias**. Inventário. Disponível na Biblioteca Popular do Coque. 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes. Fobópole. **O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2008.

STELLA, Paulo Rogerio. Palavra. In: BRAIT, Beth (Org). **Bakhtin. Conceitos-chave.** São Paulo: Contexto, 2008. p.177-200.

VALE NETO, João Pereira. **Coque: a morada do vínculo**. Trabalho de conclusão de curso (mimeo). Departamento de Comunicação Social da UFPE, Recife, 2007

VARJÃO, Suzana. **Micropoderes, macroviolências**. Salvador: EDUFBA, 2008.

WACQUANT, Loîc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: JOrge Zahar Editor, 2001.

WACQUANT, Loîc. **Punir os pobres**. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

**DOCUMENTOS CONSULTADOS**

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em: 03 mar. 2004.

RECIFE, **Atlas de Desenvolvimento Humano**, Recife: Editora da Cidade do Recife, 2005.